

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Rennan Moraes Rodrigues

**A ECONOMIA DO PETRÓLEO E AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS  
TRABALHADORES DO RAMO PETROLÍFERO NO ESPÍRITO SANTO**

**VITÓRIA  
2022**

Rennan Moraes Rodrigues

**A ECONOMIA DO PETRÓLEO E AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS  
TRABALHADORES DO RAMO PETROLÍFERO NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Estudos Urbanos e Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota

**VITÓRIA**

**2022**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

R696e Rodrigues, Rennan Moraes, 1994-  
A Economia do Petróleo e as Trajetórias de Vida dos Trabalhadores do Setor Petrolífero no Espírito Santo / Rennan Moraes Rodrigues. - 2020.  
180 f. : il.

Orientador: Ednelson Mariano Dota.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Migração. 2. Mobilidade Pendular. 3. Trajetórias de Vida. 4. Economia do Petróleo. 5. Trabalho Qualificado. I. Dota, Ednelson Mariano. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

---

Rennan Moraes Rodrigues

**“A Economia do Petróleo e as Trajetórias de Vida dos  
Trabalhadores do Ramo Petrolífero do Espírito Santo”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em 29 de setembro de 2022.

Comissão Examinadora:

**Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota (UFES)**  
Orientador e Presidente da Sessão

**Prof. Dr. Claudio Luiz Zanotelli (UFES)**  
Examinador Interno

**Profª Drª Silvana Nunes de Queiroz (UFRN/URCA)**  
Examinadora Externa

**Profª Drª Isis do Mar Marques Martins (UFES)**  
Examinadora Externa

*Dedico esta dissertação ao meu amado avô  
Valdir Rodrigues dos Santos (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Depois de mais de dois anos e meio, chega o tão esperado momento de finalizar a dissertação e encerrar mais um ciclo.

Muitas adversidades encontrei ao longo desse tempo, a começar pelo início da pandemia, que me fez retornar inesperadamente para minha cidade natal (o que foi bom, pela presença da família). Além disso, também contabilizei a fratura dos dois cotovelos e, mais recentemente, uma cirurgia de grande porte depois de complicações de apendicite.

Mas cito todas essas adversidades com alegria, pois elas adoçam as nossas conquistas e também nos mostra a importância de sempre ter pessoas queridas por perto.

Assim, agradeço à minha família pela força de sempre, de modo especial aos meus avós Valdir e Ormi que sempre me apoiaram e foram os maiores incentivadores dos meus estudos.

À minha avó Gilva, meu pai Valdir Jr. e minha mãe Gilza, por sempre estarem por perto. Gratidão também aos meus irmãos e tios, de modo especial ao meu tio e padrinho Júlio, que sempre me ajudou desde a minha chegada em Vitória.

À minha companheira e braço direito Cinthia que sempre esteve do meu lado.

Ao meu orientador Ednelson Dota, por sempre ser compreensivo e pelas portas que abriu ao longo da minha jornada.

À CAPES por me favorecer com uma bolsa de mestrado, fundamental para a realização da dissertação.

Ao professor Claudio Zanotelli, pelas ótimas orientações de pesquisa e por proporcionar os trabalhos de campos que enriqueceram meu trabalho.

A todos meus amigos da família Geografia Ufes e também da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Local Vitória.

Aos meus amigos de pesquisa e de pós-graduação, de modo especial: Ana Leite, Francismar, Zandor, Vivian, Chico, Yago, Rachel, Marcone, Hamanda, Ítala, Leonardo e Matheus.

Agradeço a Emili e a Christy pela grande ajuda na transcrição dos áudios das entrevistas.

Muitas outras pessoas merecem ser citadas, infelizmente não há espaço, mesmo assim deixo o meu muito obrigado.

## RESUMO

A presente dissertação tratará sobre a mobilidade espacial de uma população específica: a ocupada no setor de petróleo e gás, residente no estado do Espírito Santo. O objetivo da dissertação é entender como o setor de petróleo e gás em suas diferentes conjunturas, impacta na mobilidade dos ocupados no ramo, considerando os dados secundários demográficos e do mercado de trabalho, bem como, as trajetórias de vida dos trabalhadores do setor petrolífero. Para alcançar os objetivos, o trabalho apresenta como abordagem metodológica um estudo quali quantitativo. Na parte quantitativa é realizada uma análise de dados secundários de cunho demográfico e relacionados com o mercado de trabalho capixaba. Em relação ao estudo qualitativo, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas objetivando traçar as trajetórias de vida dos trabalhadores do petróleo residentes no Espírito Santo. O grande desafio é tentar trazer uma visão articulada entre as questões estruturais e conjunturais com as questões dos indivíduos, de modo especial aquelas relacionadas às aspirações e desejos de mover-se. Para alcançar o proposto, o trabalho inicia apresentando a importância da economia do petróleo em relação com a geografia, principalmente pensando na formação urbana e social dos lugares afetados pelos investimentos. Ainda nesse momento, será apresentado os dados secundários sobre produção de petróleo, mercado de trabalho e demografia. Na sequência a dissertação irá apresentar um debate teórico sobre trabalho qualificado e mobilidade espacial da população. Por último, serão apresentadas as trajetórias de vida dos trabalhadores do petróleo, evidenciando o impacto da economia do carbono na vida das pessoas ocupadas no setor. Os resultados demonstram que o emprego no petróleo determina migração para os trabalhadores do setor, sendo responsável por gerar grande fluidez espacial dessas pessoas. Além disso, foi possível demonstrar que as trajetórias de vida são diretamente influenciadas pelas questões estruturais e conjunturais. De modo geral, o estudo demonstrou que a economia do petróleo além de impactar as questões espaciais dos locais onde os empreendimentos são instalados, também impactam diretamente a vida dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração; Mobilidade Pendular; Trajetórias de Vida; Economia do Petróleo; Trabalho Qualificado.

## **ABSTRACT**

This master's thesis will discuss about the spatial mobility of a specific population: the workers of Oil and Natural Gas segment in state of Espírito Santo. The main goal is to know how the carbon economy affect the population movements of workers, using a methodological approach quali quantitative. In the quantitative part this dissertation will analyze the secondary data about demography and labor market. In the qualitative study it was decided to carry out semi-structured interviews with the aim of tracing the life-path of Oil workers. The great challenge is tried approach an articulated view between the macro structural and conjunctural issues with individual issues, special about aspire and desire of migration. To achieve the proposed, the discussion begins showing the importance of Oil economy to geographic issues, mainly wondering about urban and social formations of the places impacted by investments in Brazil and in the state of Espírito Santo. Furthermore, in this moment will show the secondaries data about oil production, labor market and demography. In sequence, the text will present a theoretical discussion about skilled work and spatial mobility of population. Finally, will be presented the Oil workers life-path, evidencing the effects of carbon economy in the life of the people that works in the segment. The results demonstrate that oil is the main motivator of migration for workers in the sector, being responsible for generating great spatial fluidity for these people. In addition, it was possible to demonstrate that life trajectories are directly influenced by structural and conjunctural issues. In general, the study showed that the oil economy, in addition to impacting the spatial issues of the places where the projects are installed, also directly impact the lives of workers.

**KEYWORDS:** Migration; Commuting; Life-Path; Oil Economy; Skilled Work.

## Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa dos campos de exploração do pré-sal.....	44
Figura 2 - Terminal Aquaviário Norte Capixaba (TNC) – São Mateus-ES.....	49
Figura 3 - Estaleiro Jurong Aracruz (EJA).....	50
Figura 4 - Visita de campo na Unidade de Operações do Espírito Santo (UO-ES), sala de controle da produção, sede da Petrobrás em Vitória.....	61
Figura 5 - Infraestrutura abandonada próximo à Mariricu, região de Guriri - São Mateus-ES.....	67
Figura 6 - Estação coletora de petróleo arrendada pela Seacrest, em São Mateus-ES.....	68
Figura 7 - Área contaminada pelo vazamento de petróleo na região de Entre Rios, Regência – Linhares/ES.....	69

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Novos poços de exploração na Bacia de Campos entre 2000 a 2005.....	43
Gráfico 2 – Produção anual de barris de petróleo e volume de ocupações no setor formal de petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.....	52
Gráfico 3 - Volume das ocupações do petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.....	56
Gráfico 4 - Proporção das ocupações do petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.....	56
Gráfico 5 - Média e mediana da remuneração, em salários mínimos, das ocupações do petróleo no Espírito Santo em comparação com o total de ocupações do estado entre 2000 a 2018.....	62
Gráfico 6 - Comparação da média salarial entre as ocupações técnicas e científicas e as ocupações industriais no setor petrolífero entre 2000 a 2017.....	63
Gráfico 7 - Volume de migrantes ocupados no setor petrolífero no Espírito Santo – 2000 e 2010.....	64
Gráfico 8 - Média e mediana da renda em número de salários mínimos da população total, a população migrante total, da população ocupada no setor de petróleo e dos migrantes que estavam ocupados no setor do petróleo em 2010 no ES.....	68
Gráfico 9 - Sexo dos Trabalhadores do Setor de Petróleo e Gás no Espírito Santo: Censo Demográfico 2010, RAIS 2019 e participantes da Pesquisa Qualitativa.....	89
Gráfico 10 - Estado Civil dos Trabalhadores do Setor de Petróleo e Gás no Espírito Santo: Censo Demográfico 2010 e Participantes da Pesquisa Qualitativa.....	89
Gráfico 11 - Número de filhos dos Trabalhadores do Petróleo: Censo Demográfico 2010 e Participantes da Pesquisa Qualitativa.....	90
Gráfico 12 - Condição de Moradia dos Trabalhadores do Petróleo: Censo Demográfico de 2010 e Entrevistados.....	90

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Atividades econômicas do petróleo e gás, selecionadas a partir da CNAE 1.0 e 2.0.....	16
Quadro 2 - Reclassificação adotada com base no Grande Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).....	20

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Pessoas ocupados no setor de petróleo e gás no Espírito Santo e na RMGV, 2000 e 2010.....21

Tabela 2 - Pessoas que migraram e que estavam ocupadas no setor de petróleo e gás no Espírito Santo e na RMGV, 2000 e 2010.....22

## Lista de Mapas

Mapa 1 - Recorte espacial das Regiões Costeiras do Espírito Santo.....	18
Mapa 2 - Primeiras perfurações de poços em busca de petróleo no Espírito Santo.....	47
Mapa 3 - Localização e número de ocupações com vínculos ativos no setor do petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.....	54
Mapa 4 - Espacialização das ocupações técnicas científicas e industriais do setor petrolífero em 2000 e 2005.....	58
Mapa 5 - Espacialização das ocupações Técnicas científicas e industriais do setor petrolífero em 2010 e 2015.....	59
Mapa 6 - Espacialização das ocupações técnicas científicas e industriais do setor petrolífero em 2018.....	60
Mapa 7 - Exemplo de Trajetória de Vida de um Trabalhador em Início de Carreira no Setor de Petróleo e Gás: Movimentos para Treinamento e Especialização.....	97
Mapa 8 - Trajetória de Vida de Um Trabalhador do Setor de Petróleo, que Demonstra a Importância do Estado do Rio de Janeiro a Partir do Primeiro Movimento Migratório.....	100
Mapa 9 - Trajetória de Vida de Um Trabalhador do Setor de Petróleo, que Demonstra a Importância do Estado do Rio de Janeiro a Partir do Primeiro Movimento Migratório.....	101

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ANP – Agência Nacional do Petróleo  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações  
CENPES – Centro de Pesq. e Desen. Leopoldo América Miguez de Mello  
CEP – Conselho de Ética de Pesquisa  
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNP – Conselho Nacional do Petróleo  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
RAIS – Relação Anual de Relações Sociais  
Reduc – Refinaria Duque de Caxias  
REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini  
REGAP – Refinaria Gabriel Passos  
REPAR – Refinaria Presidente Getúlio Vargas  
REPLAN – Refinaria de Paulínia  
REVAP – Refinaria Henrique Lage  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
RLAM – Refinaria Landulpho Alves  
RPBC – Refinaria Presidente Bernardes  
SGMB – Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro  
SUPEP – Superintendência de Pesquisa de Exploração e Produção  
TNC – Terminal Norte Capixaba  
UN – Unidade de Negócio  
UO – Unidade de Operação  
UTGC – Unidade de Tratamento de Gás Cacimbas  
UTG-Sul – Unidade de Tratamento de Gás Sul Capixaba

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. CAMINHOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>15</b>
2.1. Pesquisa quantitativa: dados secundários e procedimentos.....	15
2.2. Pesquisa qualitativa: entrevistas semiestruturadas.....	24
<b>3. GEOGRAFIA DO PETRÓLEO .....</b>	<b>28</b>
3.1. Os primórdios do petróleo brasileiro na primeira metade do século XX: do ceticismo aos interesses de exploração .....	28
3.2. A era Petrobrás: do surgimento ao pré-sal .....	32
3.3. Economia do petróleo no Espírito Santo: produção e infraestrutura .....	46
3.4. Mercado de trabalho do petróleo e migração .....	51
3.5. Breves apontamentos sobre a economia do petróleo no Espírito Santo na atualidade: relatos, observações e levantamentos de campo .....	66
<b>4. QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO E MOBILIDADE .....</b>	<b>72</b>
4.1. Trabalho qualificado, técnica e espaço .....	72
4.2. Trabalho qualificado no Brasil: distribuição desigual de oportunidades e migração de pessoas qualificadas .....	79
4.3. Curso de vida, trajetórias de vida, aspirações e capacidades em migrar ...	82
<b>5. AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS TRABALHADORES DO PETRÓLEO NO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>88</b>
5.1. Infância e adolescência.....	91
5.2. Educação e qualificação .....	92
5.3. Trabalho, migração e mobilidade pendular .....	95
5.4. Das questões estruturais e conjunturais.....	105
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>112</b>
<b>7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE 1: ROTEIRO DA ENTREVISTA.....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE 2: TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>127</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a mobilidade espacial da população, seja via migração ou por outros tipos de movimentos, são de fundamental importância para a compreensão dos fenômenos sociais e geográficos. Isso porque mover-se é algo intrínseco da humanidade desde os primórdios das civilizações.

Enquanto fenômeno social, a mobilidade espacial da população se associa com diferentes elementos que tangem diversas escalas, desde a macro – envolvendo as questões estruturais e conjunturais, até a micro escala - que envolvem as questões individuais. É importante salientar que ambas as escalas devem ser vistas de forma complementar e interrelacional, embora ainda haja muitos estudos abordando as visões de forma separada (SANTOS et al., 2010).

É na tentativa de avançar o debate nesse ponto que a presente dissertação de mestrado se desenvolverá, tendo como base a economia de petróleo e gás do Espírito Santo. O setor petrolífero, seja pelo caráter econômico, político ou social, é responsável por gerar grandes mobilizações dentro do espaço, a partir da implantação de infraestrutura e atração de trabalhadores via abertura de novos postos de trabalho.

No Espírito Santo a economia do petróleo começou a se expandir com maior intensidade a partir da década de 2000, ganhando maior potência com as descobertas dos poços na camada do pré-sal a partir de 2007, que deu enfoque e criou grandes expectativas para as regiões costeiras do estado, seja pelo aumento do beneficiamento com royalties por parte dos municípios (petro-rentismo), seja pela possibilidade de crescimento dos investimentos e implantação de novos projetos industriais de grande porte, assim como ocorrido nas últimas décadas do século XX (ZANOTELLI, 2000).

Embora possa gerar grandes expectativas, é importante salientar que os resultados dos grandes empreendimentos do petróleo podem apresentar distintos impactos nos lugares onde são instalados (PIQUET, 2007). Tais impactos podem trazer profundas metamorfoses nas estruturas sociais, urbanas e regionais (LEANDRO; GIVISEZ, 2015), demandando novos desafios para a gestão pública.

Dentre as capacidades de metamorfose das estruturas social e espacial, é possível destacar eventuais mudanças da dinâmica demográfica, principalmente

com a abertura de novos postos de trabalhos, direta ou indiretamente ligados à economia petroleira.

No Espírito Santo o setor petrolífero demonstrou crescimento no volume de vínculos no mercado de trabalho formal ao longo dos primeiros anos do século XXI. Conforme a Relação Anual de Relações Sociais (RAIS), o número de vínculos nas atividades econômicas do petróleo passou de 582 no ano de 2000, para 3.360 no ano de 2015. Também ocorreu aumento da variedade nas atividades e qualificação das ocupações (RODRIGUES, 2018).

Mesmo sozinha não sendo suficiente para explicar as mudanças na dinâmica migratória no Espírito Santo, já foi demonstrado que a economia do petróleo também pode ser capaz de mobilizar uma migração específica de população qualificada e bem remunerada (DOTA, 2019; RODRIGUES, 2019).

Embora seja uma população muito específica, os trabalhadores do petróleo possuem particularidades importantes que podem reverberar de forma incisiva nos processos de produção e reprodução social do espaço.

Porém, é necessário ponderar que dentro do próprio setor existem variações no que se refere aos perfis dos trabalhadores e que podem representar diferentes formas de interação socioespacial. Isso quer dizer que, se faz necessário analisar o trabalho no setor de acordo com: a empresa – se é a Petrobrás ou prestadora de serviço; ao local de trabalho – embarcado/confinado ou não; ou a qualificação do trabalhador – trabalhador industrial ou técnico.

A dissertação buscará aprofundar todas essas questões envolvendo o segmento petrolífero no Espírito Santo, demonstrando suas nuances e dando enfoque no trabalho e na mobilidade da população envolvida nesta economia. Para isso, é necessário trazer uma visão integrada entre as questões individuais e as questões estruturais, considerando, principalmente, as diferentes conjunturas políticas e econômicas que afetam diretamente o segmento de petróleo e gás.

O objetivo da dissertação é entender como o setor de petróleo e gás em suas diferentes conjunturas – prosperidade ou recessão - impacta na mobilidade dos ocupados no ramo, considerando uma análise quantitativa - dados secundários demográficos e do mercado de trabalho, e qualitativa – considerando as trajetórias de vida dos trabalhadores do setor petrolífero.

Além disso, o trabalho busca demonstrar a importância da economia do petróleo para as transformações sociais e urbanas no Brasil; discutir sobre a economia do petróleo no estado do Espírito Santo a partir do crescimento da produção e dos investimentos em infraestrutura; apresentar os dados do mercado de trabalho formal do setor petrolífero, demonstrando suas particularidades e compreendendo as potencialidades relacionadas com a migração; e entrevistar os trabalhadores do ramo petrolífero objetivando traçar as trajetórias de vida, relacionando-as com os aspectos estruturais.

Se pretende responder as seguintes questões: Qual a importância da economia do petróleo para as questões espaciais, urbanas, econômicas e sociais do Brasil e do Espírito Santo? Quais são as características dos trabalhadores do ramo petrolífero capixaba? A partir das trajetórias de vida dos trabalhadores, é possível conhecer o quão móvel é essa população? Quais são as especificidades relacionadas a migração e mobilidade pendular das pessoas ocupadas ao setor de petróleo no Espírito Santo? O trabalho no petróleo é motivador de migração? Qual a importância das questões estruturais e conjunturais para a mobilidade espacial dos trabalhadores do petróleo?

Para alcançar os objetivos e responder as perguntas o trabalho apresentará no próximo capítulo os caminhos metodológicos traçados pela pesquisa, com caráter quali-quantitativo.

Na sequência, a dissertação tratará sobre a geografia do petróleo, demonstrando como esse setor está associada com as transformações espaciais de diversas localidades do Brasil e do Espírito Santo, demonstrando os avanços em infraestrutura e na abertura de postos de trabalho.

Na quarta parte é apresentada o debate teórico que baseia e guia as discussões sobre trabalho do petróleo realizadas na dissertação, possuindo como assuntos principais a qualificação do trabalho, a mobilidade espacial da população e o debate sobre curso e trajetórias de vida.

Por fim, será explorado as nuances envolvendo as trajetórias de vida dos trabalhadores do petróleo residentes no Espírito Santo, obtidas através de aplicação de entrevistas semiestruturadas. O intuito é demonstrar o impacto da economia petrolífera na vida de seus trabalhadores, guiando uma interlocução entre as decisões dos indivíduos, as questões estruturais e as diferentes conjunturas.

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

### 2.1. Pesquisa quantitativa: dados secundários e procedimentos

A pesquisa se apoiará nos dados secundários para a realização das análises dos fenômenos migratórios, espaciais, da produção de petróleo e do mercado de trabalho. Dessa forma, serão utilizados os microdados das principais pesquisas que possuem variáveis pertinentes para a temática, considerando o recorte temporal de 2000 a 2018.

Para a identificação de aspectos do mercado de trabalho formal e de atividades econômicas, serão utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que são disponibilizados pelo Ministério da Economia. Tais dados já demonstraram ser de grande pertinência para o objeto aqui estudado, conforme visto em Dota et al. (2018).

A RAIS é um compilado anual das informações fornecidas pelos estabelecimentos empregadores no Brasil, seja do setor público ou privado. Porém, em primeiro lugar, é de extrema necessidade ponderar que os dados se referem especificamente ao mercado de trabalho formal.

Embora se limite apenas aos trabalhadores formalizados, por ser tratar de registros administrativos, os dados são do tipo universo, dessa forma, o número de casos representa o número real de ocupações registradas com vínculo ativo em cada ano analisado.

Com o intuito de atender o foco da pesquisa, foram desconsiderados os registros de ocupações que sofreram desligamento ao longo de cada ano. Em outras palavras, os resultados da dissertação apresentarão apenas as ocupações do setor petrolífero que estavam em situação ativa no último dia de cada ano.

Para filtrar as ocupações do setor de petróleo e gás, utilizou-se os códigos na variável da “*Classificação Nacional de Atividades Econômicas*” (CNAE) - subclasses. Esse procedimento já demonstrou ser adequado para análises do mercado de trabalho formal do setor do petróleo, possuindo ainda, boa comparabilidade com os dados censitários (DOTA et al., 2018).

Porém, ao realizar uma análise histórica com base nos dados da RAIS, é necessário atentar que algumas variáveis sofreram atualizações ao longo do tempo, dentre elas a própria CNAE.

Por isso, os dados correspondentes entre os anos 2000 a 2005 utilizam-se a versão 1.0 da CNAE, enquanto que a partir de 2006 é possível utilizar sua versão 2.0, a mais atual. Nesse sentido, para manter boa comparabilidade histórica entre os dados, optou-se por selecionar três atividades, representadas no quadro 1, que serviram como filtro para coletar as informações no setor petrolífero. Destaca-se que as atividades possuem ampla compatibilidade considerando ambas versões.

Quadro 1 - Atividades econômicas do petróleo e gás, selecionadas a partir da CNAE 1.0 e 2.0.

<b>Setor</b>	<b>CNAE 1.0</b>	<b>CNAE 2.0</b>	<b>Descrição</b>
Extrativismo	11.10-0	06.00-0/01	Extração de Petróleo e Gás Natural
	11.20-7	09.10-6/00	Atividades de Apoio à Extração de Petróleo e Gás Natural
Indústria	60.30-5	49.40-0/00	Transporte Dutoviário

Fonte: Ministério da Economia, layout dos microdados da RAIS. Adaptado pelo autor.

Vale salientar que o trabalho no segmento petrolífero se apresenta de forma bastante diversificada e complexa, o que pode trazer limitações às classificações e fontes de dados. Dentre as limitações, principalmente ao considerar aos vínculos relacionados com a Petrobrás, destaca-se dificuldade em captar funcionários terceirizados ou funcionários que trabalham no Espírito Santo, mas são registrados em outra unidade federativa.

No entanto, é importante ponderar que o foco da dissertação é captar os trabalhadores com vínculo formal, diretamente ocupados em uma das três principais atividades petrolíferas presentes no Espírito Santo. Tal critério de escolha, além de ser adotado para evitar generalizações de atividades, o que poderia extrapolar o número de vínculos para além do segmento de petróleo e gás, também está alinhado às características dos entrevistados na parte qualitativa do trabalho, o que será melhor explorado na seção 2.2.

Nesse sentido, é importante frisar que o quantitativo de pessoas empregadas no segmento petroleiro capixaba é superior ao número que será apresentado por esta dissertação. Ferreira (2022) demonstra esse número excedente ao apresentar sobre o circuito produtivo do petróleo e gás no Espírito Santo.

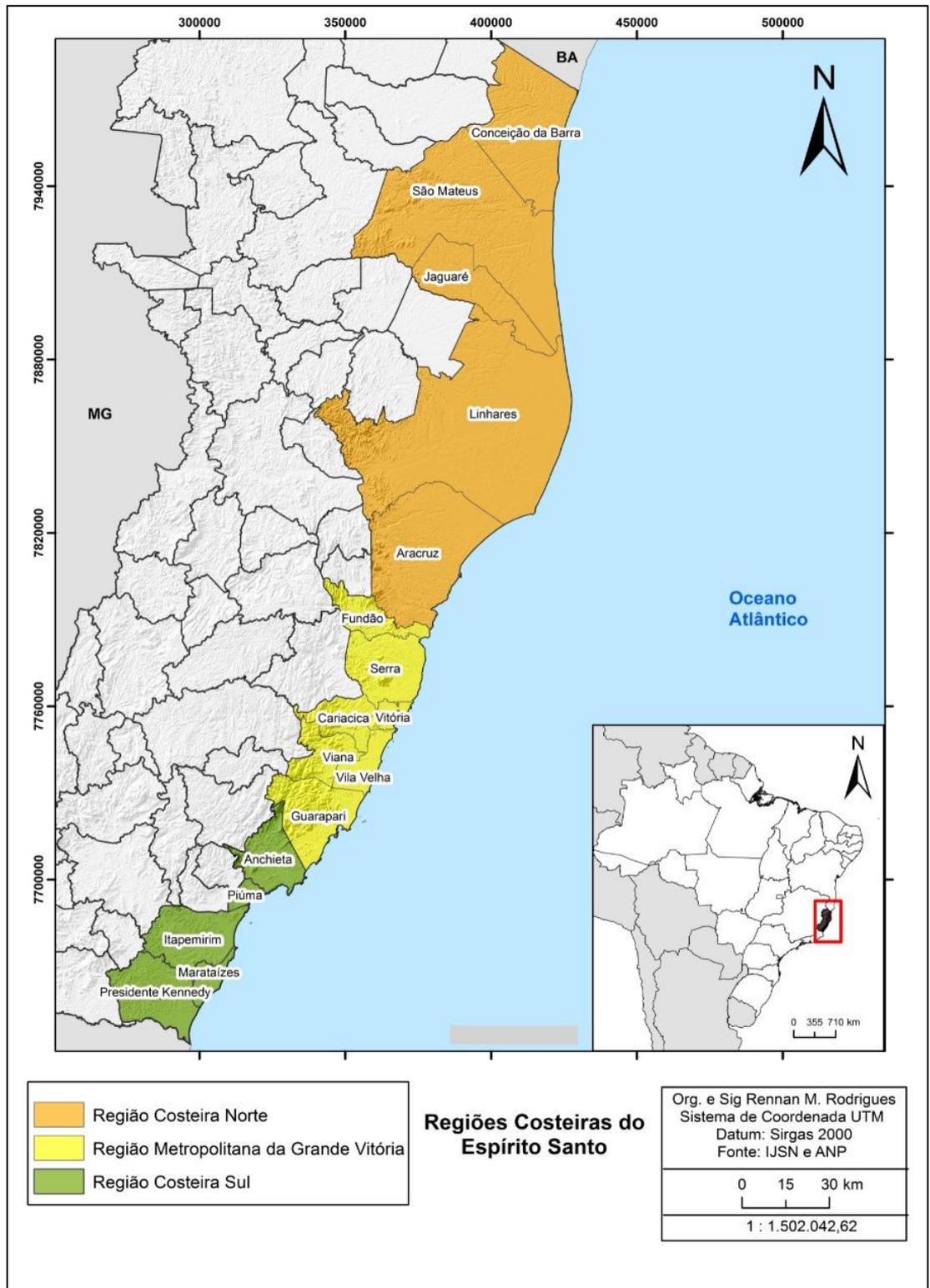
A partir da filtragem das ocupações do petróleo com vínculo ativo, foi possível trabalhar com as demais variáveis. Dentre elas, a variável “*Município de Trabalho*”, que possibilitou a espacialização e mapeamento das ocupações na escala das Regiões Costeiras (Mapa 1).

A especialização das Regiões Costeiras, que foi proposto em Zanotelli *et al.* (2019), se justifica pelas diferentes características do segmento petrolífero capixaba. Por exemplo, na Região Costeira Norte se concentra a exploração *onshore* e a produção *offshore* da Bacia do Espírito Santo, enquanto que na RMGV se localiza a Unidade de Operação da Petrobrás no Espírito Santo.

Outra reflexão de fundamental importância para a pesquisa está relacionada com a renda. Nesse sentido, utilizou-se a variável “Remuneração Média Anual em Salários Mínimos”. A partir dela, e com o intuito de realizar análises comparativas entre o segmento do petróleo e o total de ocupações, foram geradas médias e medianas dos salários.

Já para trabalhar com os tipos de ocupações foi necessário realizar adequações na variável da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), utilizando-se principalmente os seus Grandes Grupos de ocupação, conforme explicitado em Dota *et al.* (2018).

Mapa 1 - Recorte espacial das Regiões Costeiras do Espírito Santo.



Elaborado pelo autor.

Assim como no caso da CNAE, também foi necessário utilizar duas variações da CBO: a de 1994 – utilizadas até nos dados de 2002; e a atualização da classificação em 2002 – utilizadas a partir do ano de 2003, realizando uma adaptação para manter a isonomia da análise.

Nesse sentido, conforme demonstrado no quadro 2, foi adotado, com base nos grandes grupos da CBO, quatro grupos de ocupações, sendo: técnicas e científicas; administrativas; industriais; e outras. Com base na reclassificação, foi possível adequar as duas versões da CBO, para uma análise temporal.

A reclassificação se justificou na medida que a CBO 94 considera ocupações técnicas e ocupações científicas dentro de uma mesma categoria, enquanto que a versão mais atualizada há uma separação em duas categorias distintas. Vale destacar que a junção não comprometeu as análises, pois o foco era comparar as características da divisão do trabalho no setor petrolífero, que tende a apresentar de um lado uma força de trabalho mais qualificada (ocupações técnicas e científicas) e de outro uma força de trabalho industrial.

Quadro 2 - Reclassificação adotada com base no Grande Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

<i>CBO 1994</i>	<i>CBO 2002</i>	<i>Reclassificação para a Dissertação</i>
<b>Grande Grupo</b>	<b>Grande Grupo</b>	<b>Ocupações</b>
Trabalhadores das profissões científicas, técnicas e artísticas	Profissionais das Ciências e Artes	Técnicas e Científicas
	Técnicos de nível médio	
Trabalhadores de serviços administrativos	Profissionais de serviços administrativos	Administrativas
Trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas e condutores de veículos	Trabalhadores da indústria	Industriais
	Profissionais da reparação e manutenção	
Membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Funcionários públicos superiores e diretores de empresas	Membros superiores, dirigentes e gerentes	Outras
Trabalhadores de comércio	Profissionais de serviços, comércio e mercado	
Trabalhadores de serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento e segurança auxiliares de saúde		
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	Agropecuários	
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	

Fonte: Ministério da Economia, layout dos microdados da RAIS. Adaptado pelo autor.

Para a identificação e análise dos aspectos da migração, foram utilizados os microdados dos censos demográficos de 2000 e 2010, que embora apresente uma defasagem de 11 anos, ainda nos permite realizar importantes análises. Diferente da RAIS, os censos demográficos se constituem como uma pesquisa amostral domiciliar, demandando assim que a CNAE se adapte a este modelo. Com base neste pressuposto, os dados de 2000 e 2010 foram filtrados a partir de três atividades principais: “extração de petróleo e gás natural”, “fabricação de produtos derivados do petróleo” e “produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas”. Vale ressaltar que cada censo utilizou uma versão distinta da CNAE Domiciliar, porém, não ocorreu mudanças na nomenclatura das atividades petrolíferas entre os anos analisados. O quantitativo de população atingido por tal procedimento está expresso na tabela 1.

Tabela 1 - Pessoas ocupados no setor de petróleo e gás no Espírito Santo e na RMGV, 2000 e 2010.

Recorte Espacial	2000		2010	
	N <sup>1</sup>	n <sup>2</sup>	N	n
ES	1.593	173	6.553	647
RMGV	855	92	3911	370

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

A partir dessa delimitação, foi possível dar prosseguimento nos dados sobre migração, sendo definida pelo IBGE como “às mudanças pertinentes de residência entre unidades residenciais pré-definidas” (CARVALHO; RIGOTTI, 1998, p.7). Em outras palavras, o movimento migratório aqui proposto terá a mudança residência como ponto essencial, adequando-se com a metodologia do IBGE.

Porém, no censo são disponibilizadas duas variáveis para tratar sobre migração: última etapa, quando perguntado ao entrevistado o último município, unidade da federação ou país estrangeiro de moradia dentro do intervalo de 10 anos; e data fixa, quando perguntado o município, unidade da federação ou país

<sup>1</sup> Representa o número ponderado calculado a partir de pesos obtidos pela amostra do censo demográfico. Dessa forma, o N representa o número real da população.

<sup>2</sup> É o número da amostra. Em outras palavras, o n representa o número de pessoas entrevistadas pelo censo demográfico.

estrangeiro de moradia exatamente 5 anos antes do censo<sup>3</sup>, sendo esta adotada pela pesquisa por apresentar um intervalo temporal exato para toda a população.

Vale destacar que, ao cruzar a variável de migração com a população ocupada em alguma área relacionada com o petróleo, não é viável afirmar, por limitações metodológicas, que as pessoas selecionadas realizaram o movimento migratório para trabalhar com o petróleo, isso porque o censo capta o movimento e não o motivo do movimento migratório.

Por isso, aqui será adotado o cuidado de se referir ao grupo estudado como “população ocupada no setor de petróleo e que havia realizado o movimento migratório no intervalo de 5 anos”. A tabela 2 demonstra o quantitativo e a amostra de tal grupo, bem como, do total da população ocupada com o petróleo nos dois recortes espaciais adotados pela pesquisa.

Tabela 2 - Pessoas que migraram e que estavam ocupadas no setor de petróleo e gás no Espírito Santo e na RMGV, 2000 e 2010.

Recorte Espacial	2000		2010	
	N	n	N	n
ES	248	28	1.458	142
RMGV	174	19	936	85

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010. Adaptado pelo autor.

Devido ao tamanho do n amostral, não será possível aprofundar as análises a partir das variáveis dos censos. Dessa forma, as análises dos casos ponderados (N) estarão restritas ao volume, para os anos de 2000 e 2010, e a remuneração entre a população migrante e não migrante, apenas para o ano de 2010.

Para este último, foi mantida a mesma lógica estabelecida na RAIS para tratar de renda nos dados do censo. Desse modo, utilizou-se a variável “Rendimento no Trabalho Principal em Número de Salários Mínimos”, trabalhando com média e mediana, bem como, na reclassificação em 16 faixas de renda, como já demonstrado anteriormente.

Além das fontes de dados citadas acima, a pesquisa também se apoiou em outros dados secundários, igualmente importantes e fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa. Dentre eles, os dados disponibilizados pela Agência Nacional

<sup>3</sup> No caso do censo de 2000 a data de referência foi 31/07/1995. Para o censo de 2010, a data de referência foi 31/07/2005.

de Petróleo (ANP), que foram utilizados com o intuito de demonstrar os dados sobre produção de petróleo e gás no Brasil e no Espírito Santo.

Vale destacar que a série histórica dos dados de produção iniciaram-se em 1997, contando com a produção mensal e anual em barris de petróleo. Tais dados foram utilizados para realizar uma associação entre a produção e o volume de ocupações no setor petrolífero ao longo dos anos.

Também foi utilizado os dados de campos de produção, que serviram para a realização de mapeamentos a partir de arquivos *shapefile*. Este dado, por sua vez, permitiu a realização de cruzamentos com os municípios de trabalho da RAIS, bem como, com os tipos de ocupações.

Outra fonte utilizada, objetivando analisar os investimentos em infraestrutura do petróleo no estado do Espírito Santo, foram os relatórios de impacto ambiental – EIA e RIMA, todos fornecidos no site do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

Foram utilizados os relatórios de impacto ambiental de instalação dos empreendimentos: Terminal Norte Capixaba (TNC) – ano de 2002; Gasoduto Cacimbas Vitória – ano de 2003; Escoamento de óleo e gás do Campo de Jubarte – ano de 2004; Gasoduto Cacimba-Catu e produção e escoamento de petróleo e gás natural do campo de golfinho – ano de 2005; Projeto de expansão do terminal especializado de Barra do Riacho – ano de 2006; Dutos Cacimbas-Barra do Riacho e terminal aquaviário – ano de 2007; Estaleiro Jurong em Aracruz – ano de 2009; Atividade de perfuração marítima dos blocos BM – ES – ano de 2010; Gasoduto Sul-Norte Capixaba e desenvolvimento e produção de petróleo blocos BM-C-39 e BM-C-40 e BM-C-41 – ano de 2011; Atividades de perfuração marítima, escoamento de petróleo e gás no Parque das Baleias e base de apoio *offshore* de Itapemirim – ano de 2012; Petrocity Portos – ano de 2018 e 2019.

Buscando enriquecer a discussão, também se utilizou de imagens e informações coletadas através de trabalhos de campo realizados em diversas localidades com a presença de infraestrutura do petróleo no estado, entre os anos de 2017 e 2018 – Realizada a partir do projeto de pesquisa “A Geografia Econômica e Regional do Petróleo e do Gás no Litoral do Espírito Santo” (2017-2021).

Vale destacar que os trabalhos de campo foram financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), a partir da inscrição

do projeto de pesquisa Geopolítica, Geoeconomia e Paisagens da Infraestrutura do Petróleo na Região Costeira do Sudeste do Brasil, sendo esta pesquisa de mestrado fruto do mesmo projeto.

Para o tratamento dos dados, bem como para a criação de tabulações e gráficos, será utilizado o software livre de estatística PSPP. A pesquisa também se apoiará no uso do software ArcGIS (ESRI) e QGIS para a espacialização dos dados. Espera-se que os mapas gerados possam agregar nas análises e ajudem a criar uma síntese entre a dinâmica migratória da população e a distribuição dos empreendimentos do petróleo nas regiões costeiras do Espírito Santo.

## **2.2. Pesquisa qualitativa: entrevistas semiestruturadas**

O segundo braço da pesquisa será construído através de uma pesquisa qualitativa, visando compreender as trajetórias de vida dos trabalhadores do petróleo, afim de diferencia-los através de suas escolhas e motivações relacionadas com educação, trabalho e migração.

Para Silva e Mendes (2013, p.203), a abordagem qualitativa se baseia na compreensão dos fenômenos a partir “de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores” e possibilitam produzir informações sobre lugares, pessoas e processos por meio da imersão direta do pesquisador com o objeto de estudo.

Há vários procedimentos metodológicos utilizados nessas pesquisas, com destaque para “a observação, a entrevista, a história oral e pesquisa documental” (SILVA; MENDES, 2013, p.203). Dentre tais possibilidades metodológicas de abordagem qualitativa, a presente pesquisa se propõe na realização de entrevistas semiestruturada.

A escolha da entrevista como procedimento visa, ainda com base em Silva e Mendes (2013), investigar as características particulares relatadas por cada sujeito sobre o que eles pensam, agem e acreditam, tendo como base, suas vivências no cotidiano. A partir desse aspecto relacionado com a vida cotidiana será possível traçar elos de ligação com os aspectos estruturais.

Para fomentar tal argumento, Poupart *et al.* (2008) afirma que o entrevistado deve ser visto como uma peça chave capaz de informar não apenas sobre suas

próprias práticas, como também, sua representatividade dentro do grupo em que está inserido e sobre a sua percepção dos diversos elementos sociais.

Outra justificativa pela escolha de adotar a entrevista semiestruturada como recurso metodológico, está relacionada com a espontaneidade do entrevistado (LIMA *et al.*, 1999) e pela a possibilidade do pesquisador de deslocar o rumo da entrevista, caso apareça algum elemento pertinente que não estava previsto dentro do roteiro pré-estabelecido.

Para atingir os sujeitos alvo da pesquisa, pretende-se usar a técnica não-probabilística *Snowball*, sendo, segundo Vinuto (2014) um recurso de adoção adequada em pesquisas qualitativas, principalmente considerando um grupo social restrito, como o caso dos trabalhadores do petróleo.

Solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. (VINUTO; 2014, p.203)

A partir da aplicação das entrevistas semiestruturadas pretendeu-se captar as trajetórias de vida dos trabalhadores afim de construir o entendimento sobre as questões envolvendo a mobilidade espacial dessa população, compreendendo como o emprego no setor do petróleo age sobre os caminhos das pessoas ocupadas nesse segmento.

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado um roteiro com perguntas semiestruturadas (Apêndice 1). O roteiro está dividido em duas partes principais, a primeira contendo um breve questionário fechado para coletar informações sociodemográficas e a segunda parte contendo as perguntas da entrevista semiestruturada.

Vale destacar que as perguntas da segunda parte estarão estruturadas em quatro blocos ou eixos: primeiro – infância e adolescência; segundo – educação e qualificação; terceiro – trabalho e migração; e quarto - Conjuntura e a influência das questões estruturais.

Para a realização das entrevistas, primeiramente, foi feito contato inicial com o entrevistado via número de telefone, onde foi explicado o objetivo da pesquisa. Esse primeiro contato também serviu para construir os primeiros laços de confiança

entre o entrevistado e o entrevistador. Ao ser aceito o convite de entrevista, foi perguntado se o entrevistado preferiria que a entrevista ocorresse de forma presencial ou remota.

Para aqueles que optaram pela entrevista presencial, foi estabelecido o dia, horário e local definido pelo entrevistado. Vale ressaltar que devido ao momento da pandemia, na qual se observava avanços significativos na vacinação e diminuição de casos e mortes, foi possível realizar as entrevistas presenciais de forma segura, seguindo também outras medidas de segurança sanitária, como uso de máscara, álcool em gel e a manutenção da distância de mais de 1 metro.

A maior parte das entrevistas, no entanto, foram realizadas de forma remota. É importante frisar que a qualidade da pesquisa não foi perdida, sendo realizada de forma satisfatória, assim como demonstrado por Mendez *et al.* (2021). Entretanto, as mesmas dificuldades alertadas pelos autores foram verificadas, principalmente as relacionadas com problemas de instabilidade na conexão com a internet.

Para facilitar na transcrição das entrevistas (tanto as presenciais como as realizadas no modo remoto), foi utilizado um gravador de voz via aplicativo de smartphone, que foi utilizado após a devida aprovação dos entrevistados. Depois da transcrição dos áudios, a mesma foi enviada para o entrevistado, como forma de transparência da pesquisa.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes da assinatura, foi ressaltado os riscos e benefícios da pesquisa.

A pesquisa apresentou riscos mínimos aos entrevistados, ainda assim, foi pontuado que algumas perguntas poderiam gerar certo grau de desconforto, especialmente as que envolviam respostas pessimistas, por exemplo, o temor de perder o emprego. Também se admitiu que o uso de gravador de voz poderia gerar algum nível de constrangimento aos participantes. Para amenizar eventuais riscos, foi evidenciado incisivamente a não obrigatoriedade de responder todas as perguntas. Além disso, também foi explicitado reiteradamente a garantia de anonimato dos participantes, o reenvio da transcrição da entrevista gravada e da divulgação da dissertação ao término da pesquisa.

Sobre os benefícios, foi comentado que a pesquisa poderá contribuir para a compreensão da importância da economia do petróleo na vida dos trabalhadores

envolvidos no setor, bem como, a compreensão das interrelações com as escalas que estão além dos sujeitos.

Vale ressaltar que foi garantido o total sigilo dos entrevistados e que as entrevistas só ocorreram após a autorização e emissão do parecer favorável<sup>4</sup> do Conselho de Ética de Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN).

A maior parte dos entrevistados foram contactados a partir de indicações realizadas via Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), sendo que, como recorte da pesquisa, todos os trabalhadores residiam no Espírito Santo.

Foi realizado um total de 11 entrevistas, alcançando o total de 12 trabalhadores e trabalhadoras do ramo petroleiro (Apêndice 2). Desses entrevistados, 9 possuíam vínculo direto com o sindicato dos petroleiros.

Dentre os entrevistados, 10 eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino, apresentando ocupações bem distintas, sendo elas: engenharia química, engenharia ambiental, técnico em geologia, técnico de operações (três entrevistados), técnico em suplementos, técnico de manutenção (dois entrevistados), técnico em segurança do trabalho, contabilidade e operação de guindaste.

Após a aplicação, foi realizado as análises dos dados sociodemográficos, onde foi feito tabulações e gráficos para auxiliar na interpretação das características mais gerais da amostra. Essas características foram comparadas com os dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais de 2019 e com os dados do Censo Demográfico de 2010, que objetivaram comparar o perfil dos participantes da pesquisa qualitativa com o grupo em que fazem parte.

As trajetórias de vida foram analisadas conforme Hagerstrand (1969), considerando, portanto, uma análise espaço-temporal dos eventos. Ao final, também foi feito o mapeamento de algumas trajetórias para melhor demonstrar alguns padrões.

Também como método de análise, a pesquisa foi guiada pelo uso de metodologia da história oral. Segundo Silva et al. (2007), a história oral permite o aprofundamento da realidade em um dado momento histórico. Tal aprofundamento permite maior aproximação entre o sujeito entrevistado e sua realidade.

---

<sup>4</sup> Para consulta, o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) foi registrado no número: 55910722.8.0000.5542.

### **3. GEOGRAFIA DO PETRÓLEO**

#### **3.1. Os primórdios do petróleo brasileiro na primeira metade do século XX: do ceticismo aos interesses de exploração**

Estudar a formação econômica do petróleo e gás também é estudar a formação histórica, econômica e geográfica do Brasil. O petróleo, para além de um recurso energético, é cercado por questões políticas em diferentes escalas de poder e em diferentes épocas, sendo capaz de trazer grandes complexidades para a dinâmica social e espacial, além do mais, sua infraestrutura modificou, e vem modificando, a paisagem, sendo responsável também pela mobilização de grande fluxo de capitais e de força de trabalho.

Para compreender tais complexidades é importante revisar o passado para construir o entendimento sobre os tempos mais recentes. Nesse sentido, para abordar sobre a história do petróleo no Brasil é necessário retornar para o período imperial, momento em que se inicia a preocupação em explorar o recurso, muito impulsionado pela expansão do capitalismo no globo, que é “lubrificado” pelo petróleo (ALTVATER, 2010).

Porém, por falta ou limitações técnicas do século XIX, no período imperial não ocorreram avanços no sentido de exploração e beneficiamento, havendo, inclusive, incertezas da existência do recurso no subsolo brasileiro (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Enquanto não havia a certeza da presença do recurso energético, o que chama atenção naquele período, segundo Peyerl (2014), foi a criação e avanços nas primeiras legislações, que já delimitavam as regras para a exploração. Além disso, foram criadas “novas instituições e comissões, as quais contribuíram [em um período posterior] para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas em variadas áreas científicas” voltadas para a pesquisa e exploração carbonífera (PEYERL, 2014, p. 16).

É importante frisar que naquele final de século XIX o capitalismo industrial já estava em plena ascensão e expansão a partir dos países centrais (MELLO, 1975), havendo demanda crescente por recursos energéticos para alimentar a produção. Por esta razão, já era possível dimensionar a importância do petróleo, além também

de outros recursos minerais, o que explica a premeditação da lei em relação a extração e produção mineralógica<sup>5</sup> em si.

No entanto, o que é necessário destacar ao se olhar para a história da exploração do petróleo e do gás em território brasileiro, principalmente em seus primórdios, é o conflito de interesses entre aqueles que teriam o direito de explorar o recurso energético, mesmo antes de se saber se haveria existência e abundância do recurso no Brasil (DIAS; QUAGLINO, 1993).

A partir da década de 1920 a conjuntura apontava para um caminho de predomínio estatal da exploração do petróleo. Tal fato foi impulsionado por dois fatores principais: o primeiro, pelo avanço em estudos do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB), que melhor apontou para a potencial presença de petróleo nas estruturas geológicas sedimentares brasileiras. O segundo fator foi pelo crescente interesse das potências do norte em explorar os recursos naturais na América Latina (DIAS; QUAGLINO, 1993).

Tal retrospecto foi de fundamental importância para a criação da Lei de Minas de 1921 que sistematizava e ampliava as possibilidades do Estado em realizar pesquisas, no solo e no subsolo, mesmo em propriedades privadas, bastando apenas uma comunicação ao proprietário (DIAS; QUAGLINO, 1993). Mais adiante, em 1926 e 1927, com destaque fundamental para a figura do deputado Simões Lopes, foram estabelecidas novas legislações e diretrizes para regulamentar a exploração do petróleo no Brasil. Tais esforços tinham dois objetivos principais: o primeiro era a intencionalidade de impedir o possível avanço de empresas internacionais em território brasileiro; o segundo objetivo estaria centrado na criação de um corpo técnico, especialmente de geólogos do petróleo. É importante ressaltar que tais iniciativas foram fortificadas com ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 (PEYERL, 2014).

Embora o avanço na legislação em prol da exploração estatal, a década de 30 também é marcada pela continuidade dos conflitos relacionados aos responsáveis pela exploração do petróleo, com destaque para uma figura marcante na literatura brasileira: Monteiro Lobato, que organizou a Companhia Petróleo Nacional e defendia que a exploração e prospecção do petróleo não fossem realizadas nem pelo Estado e nem por empresas multinacionais. Para Almeida (2008), na história

---

<sup>5</sup> Considerando a exploração mineralógica para fins energéticos, uma vez que já existia exploração de ouro desde a fase colonial, conforme apontado por Celso Furtado (1963).

petrolífera brasileira, o escritor pode ser considerado e caracterizado como um agitador do debate público, sendo inclusive, responsável por criar conspirações a respeito do impedimento de se explorar o petróleo.

Em resposta às investidas dos interesses privados, foi tomada uma série de iniciativas pelo governo Vargas, dentre elas se destaca a promulgação da lei nº 395 de 29 de abril de 1938 que ampliou o poder do Estado em ter controle total da exploração do petróleo no Brasil. É importante destacar, por conseguinte, o Art. 4º desta lei, que cria o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), sendo o órgão mais importante já criado, até aquele momento, voltado especificamente para os hidrocarbonetos.

No entanto, embora tenham existido grandes expectativas, seja por parte da iniciativa pública ou privada, a exploração do petróleo em si não foi efetivada de forma abundante até o final da década de 1930. A virada de chave desse retrospecto ocorreu apenas em janeiro de 1939, quando o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) perfurou 210 metros de poço na localidade de Lobato na Bahia, e assim, enfim, o petróleo jorrou (LUCCHESI, 1998).

Embora não fosse suficiente para se estabelecer uma produção ampla, a descoberta foi de fundamental importância para confirmar o que os estudos geológicos já apontavam. A partir desse momento os ventos passaram a soprar favoravelmente para o futuro da exploração petrolífera brasileira.

Segundo Lucchesi (1998), entre janeiro de 1939 até o ano de 1953, vários campos foram descobertos no Recôncavo Baiano, com destaque para Candeias, sendo este o primeiro poço com capacidade comercial<sup>6</sup>, além também de Aratú, Dom João e Água Grande. É importante apontar ainda que,

o primeiro período de exploração de petróleo no Brasil teve como participantes alguns empreendedores privados, embora em grande parte financiados por recursos públicos e utilizando equipamentos do governo federal, de governos estaduais, SGMB, DNPM e, posteriormente, do CNP. Caracterizou-se, principalmente no início, pelo amadorismo e pela falta de equipamentos e recursos, situação que melhorou sensivelmente com a entrada em cena do SGMB, do DNPM e, em especial, do CNP. (LUCCHESI, 1998, p. 21).

A década 1940 foi decisiva para o futuro da exploração petrolífera no Brasil, principalmente após a concretização das descobertas dos primeiros campos

---

<sup>6</sup> De acordo com documento do Ministério de Minas e Energia (MME – 2009). Acesso: [http://www.mme.gov.br/documents/36212/447336/Linha\\_do\\_tempo.pdf/b55bbdd3-08e6-f86e-dac3-2bb532f312f7](http://www.mme.gov.br/documents/36212/447336/Linha_do_tempo.pdf/b55bbdd3-08e6-f86e-dac3-2bb532f312f7)

comerciais no Recôncavo Baiano, e que introduziu um grande desafio para a produção petrolífera nacional, que consistia na superação das insuficiências técnicas para a exploração (PEYERL, 2014).

Como medida para superar as insuficiências, o CNP decidiu contratar serviços de perfuração e de geofísica com empresas de capital estrangeiro – especialmente petroleiras estadunidenses (DIAS; QUAGLINO, 1993). Peyerl (2014) aponta que naquele momento a presença estrangeira era vista de forma benéfica para a nacionalização da indústria, por proporcionar a constituição de *know-how*.

A insuficiência técnica persistiu durante quase toda a década de 40, ao passo que, com o desenrolar da II guerra mundial, existia ainda maiores dificuldades em se conseguir materiais para a exploração (PEYERL, 2014) – o que também explica o caminho escolhido pelo CNP em permitir a atuação de empresas estrangeiras. Ao mesmo tempo, as políticas adotadas pelo presidente Dutra, que incluíam acordos unilaterais com os EUA (FERREIRA, 2019), dava indícios para a privatização da exploração dos hidrocarbonetos.

Em conjunto com as políticas de Dutra, a mídia buscava moldar a opinião pública com discursos de posituação da exploração estrangeira de petróleo, algo que se estabeleceu até o início dos anos 50.

Assim, enquanto a política do governo Dutra, nos velhos moldes estadonovistas, espancava os que defendiam a tese de exploração estatal dos nossos recursos petrolíferos, a imprensa se unia para sustentar as teses antinacionais de entrega desses recursos à exploração estrangeira (SODRÉ, 1998, p. 397-398).

A partir desse momento se vê o estopim do conflito de interesses entre aqueles que desejavam assumir o protagonismo na exploração dos combustíveis fósseis no Brasil. Por um lado,

o imperialismo cedo entendeu que era imprescindível liquidar a parcela nacionalista da política de Vargas. Para isso, montou, à base das agências de publicidade, gigantes e persistente campanha antinacionalista, visando impossibilitar a solução estatal do problema do petróleo (SODRÉ, 1998, p.399).

Por outro lado, para superar as ofensivas daqueles que eram contrários ao predomínio estatal e que eram apoiados pela imprensa, foi adotada como estratégia uma grande mobilização pela nacionalização do petróleo. Dessa forma, em 1947 se viu nascer movimento “o petróleo é nosso”.

Para Ferolla e Metri (2006), a campanha do petróleo representou uma das maiores mobilizações sociais que o país já conhecera até aquele momento, contando com a participação de diferentes membros da sociedade civil. Além disso, por não possuir espaço na mídia, a campanha adotou métodos diferenciados de mobilização, centrados na realização de palestras e comícios.

Os anos 1940 se encerraria ainda sem uma definição de futuro para a exploração, no entanto, impulsionado pelas campanhas, já havia indícios de vitória para o predomínio estatal. Dessa forma, a década seguinte será decisiva e marcará o surgimento da Petrobrás, sendo um divisor de águas para a indústria petrolífera brasileira.

### **3.2. A era Petrobrás: do surgimento ao pré-sal**

O início da década de 50 é marcada pelo fim do governo Dutra e pelas eleições presidenciais que definiria o seu sucessor. Após o fim do período eleitoral, o ex-presidente e senador Getúlio Vargas consegue se reeleger.

A segunda Era Vargas se inicia em janeiro de 1951. Além de ser marcado por crises políticas e projetos de desenvolvimento nacional, o novo mandato de Getúlio foi decisivo para a indústria do petróleo (D'ARAUJO, 2017), dando aval para a exploração estatal.

Conforme já esperado, a vitória de Vargas confirmaria o predomínio Estatal na produção petrolífera. Ainda em 1951, o Presidente da República enviou ao congresso o Projeto de Lei nº1.516<sup>7</sup>, que após dois anos de longas discussões, foi promulgado e se tornou a Lei Ordinária nº2.004<sup>8</sup>, de 3 de outubro de 1953. Assim, foi instituída a criação do Petróleo Brasileiro S.A.: a Petrobrás.

As primeiras atuações da empresa começaram em 1954, a partir da transferência das unidades de pesquisa, produção e operação dos poços de exploração para a Petrobrás, que eram administradas pelo CNP. Vale destacar que, de acordo com Peyerl (2017), o grande desafio e objetivo da estatal naquele momento era a busca por autossuficiência técnica.

Com base em tal objetivo, a empresa iniciou seu processo de expansão o que pode ser considerado sinônimo de transformações no território e aumento nas

---

<sup>7</sup><https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193089>

<sup>8</sup><https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>

dinâmicas e complexidades sociais e espaciais relacionadas ao petróleo. Nos próximos parágrafos, será feita a tentativa de evidenciar esse fenômeno.

As primeiras descobertas petrolíferas do Brasil, no Recôncavo Baiano, no final dos anos 30 já havia criado grandes expectativas para a região. Mesmo com as perspectivas em alta, principalmente por políticos locais, não se observou naquela metade da década de 50, com a implantação da Petrobrás, a ascensão econômica na região do Recôncavo, demonstrando que os investimentos em petróleo nem sempre se traduzem em desenvolvimento.

Essa característica é marcante na economia do carbono, baseando-se nisso Ross (2019) descreve sobre a maldição do petróleo a partir da análise de indicadores econômicos dos maiores produtores mundiais, onde se observou nesses países menos crescimento e mais volatilidade econômica – ou seja, uma prosperidade que variava de acordo com as diferentes posições das commodities no mercado internacional.

Retornando para o caso do Recôncavo Baiano, é importante destacar que as expectativas entorno do petróleo também não foram alcançadas devido a outros fatores, principalmente aos relacionados a outros agentes regionais, tais como os coronéis, banqueiros e fazendeiros, e acordo com Bomfim (2006, p.74),

a política de atuação da Petrobrás no Recôncavo, praticamente restringia a aplicação dos recursos nas obras de ampliação da [Refinaria Landulpho Alves] RLAM, na abertura de estradas e asfaltamento, portanto com interesses voltados para a própria companhia. Basicamente, a RLAM limitava-se à produção de gasolina, querosene, óleo diesel, óleo combustível e gás liquefeito do petróleo.

Mesmo não atingindo as expectativas, Pinho (1995) e Bomfim (2006) apontam que, ainda assim, muitas transformações regionais emergiram com a atuação da Petrobrás, principalmente após a inauguração da RLAM, com destaque para: transformações nas relações de trabalho a partir da queda do trabalho agrícola e crescimento do trabalho industrial com aumento de qualificação; aumento na circulação de dinheiro e investimentos em infraestrutura na região; surgimento de acampamentos para os trabalhadores e que mais tarde serviria como base para o processo de urbanização e surgimento de cidades; com a crescente demanda por mão-de-obra qualificada, foi estimulado o surgimento de diversos cursos na Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialmente na área de geologia e engenharia.

No entanto, os investimentos da Petrobrás no início de suas operações não se concentraram apenas na Bahia. Em 1955, entra em operação a Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão (RPBC), a maior do país, localizada no estado de São Paulo, que já havia sido planejada anos antes, ainda durante as atuações do CNP. É importante salientar que os anos que premeditaram a construção da RPBC, geraram grandes expectativas de geração de empregos para a população mais jovens, mas também provocou medo para outra parcela da população, que calculava riscos de incêndios e explosões (COUTO, 2003).

Para além das expectativas, também se faz necessário compreender as razões pela instalação da maior refinaria do país numa distância de cerca de 2.000 km (ou 1,5 mil km em linha reta) dos principais poços de petróleo. Nesse sentido, Couto (2003) elucida que a escolha da localização da RPBC era estratégica de caráter político e econômico, uma vez que havia grande proximidade com o principal centro consumidor: a Região Sudeste e com o Porto de Santos, para exportação do óleo cru.

Ainda de acordo com Couto (2003), a refinaria também foi projetada para processar petróleo cru venezuelano e árabe, além de possuir planejamento para constantes expansões e reformas, algo que ocorreu ao longo dos anos. A RPBC no início de sua operação, era capaz de produzir 65.000 barris por dia, suficiente para abastecer todo país e diminuir drasticamente a dependência de importação derivados do petróleo, mobilizando aproximadamente 3.000 trabalhadores.

Na década de 1960 a estatal continua seu processo de expansão territorial. Em 1961 é observado o início da exploração na plataforma continental em um longo pedaço da costa brasileira, do Maranhão ao Espírito Santo. Naquele mesmo ano foi inaugurado a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no estado do Rio de Janeiro.

A implantação da Reduc levou transformações espaciais significativas para a Baixada Fluminense. Segundo Costa (2009), a refinaria liderou um agudo processo de urbanização, mudando o status de Duque de Caxias, passando de cidade dormitório da capital para subcentro metropolitano.

Ademais, é importante destacar que já naquela época o setor petróleo começa a expressar uma de suas características principais, o forte encadeamento industrial, “uma vez que o petróleo constitui uma fonte privilegiada de recursos naturais capaz de fornecer divisas, energia e insumos a partir das quais é possível dá início ao processo de industrialização (PIQUET, 2007, p.23). A exemplo disso, se

formou, a partir da implementação da Reduc, um parque petroquímico na região de Duque de Caxias, o que ampliou ainda mais a oferta e procura por empregos (RODRIGUES, 2012).

Além do surgimento da Reduc, com o objetivo de aumentar a produção de derivados do petróleo e atender ainda mais o mercado interno, também se viu no estado do Rio de Janeiro uma tentativa de avanço técnico e científico da estatal. Dessa forma, inaugurou-se no ano de 1966 o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, o CENPES, localizado no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Elucidar tal investimento, que visava a ampliação da autossuficiência técnica na época, é de suma importância para se compreender uma característica marcante da força de trabalho da Petrobrás nos dias de hoje: a alta qualificação. Tal caráter será melhor aprofundado posteriormente.

Retornando para o desenvolvimento da produção, houve novas expansões na Região Nordeste. Ainda na década de 1960, foi inaugurada uma fábrica de asfalto em Fortaleza Ceará. Além disso, o estado de Sergipe também passaria a entrar em evidência, primeiro com a descoberta no campo de Carmópolis, em 1963, e Guaricema, em 1968 (sendo a primeira descoberta de petróleo *offshore*).

De acordo com Menezes e Vasconcelos (2011), Sergipe vivenciaria na próxima década o processo de crescimento industrial, com maior presença de atividades urbanas no PIB estadual, tendo a Petrobrás participação decisiva nesse processo, principalmente a partir da instalação de uma sede da empresa em Aracaju em meados dos anos 70.

No encerrar da década de 60, foi realizada as primeiras empreitadas em busca de petróleo na bacia de Campos (RJ), com a perfuração do primeiro poço submarino. Tal bacia terá grande protagonismo na produção nacional nos anos subsequentes.

Em 1968, foram inauguradas mais duas refinarias, a Gabriel Passos (Regap) e Alberto Pasqualini (Refap). A primeira fez parte do processo de urbanização, industrialização e crescimento populacional de Betim e municípios adjacentes, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (CUNHA, 2010), integrando também a concentração econômica da parte central de Minas Gerais. Destaca-se ainda que a Regap,

foi o primeiro grande empreendimento industrial no município (de Betim), tornando-se responsável pelo desenvolvimento de muitas atividades complementares, como o comércio atacadista de combustíveis. Vários fatores propiciaram a instalação da refinaria no município. A disponibilidade de uma grande área cedida pelo governo local, juntamente com a privilegiada localização geográfica, facilitaria o escoamento da produção. Além disso, sua proximidade com Contagem e Belo Horizonte, centro dinâmico da região, garantiria a demanda de um centro consumidor e também o fornecimento de mão de obra (CAMARGOS, 2006, p. 48).

Ao mesmo tempo, a Refap também fez parte e contribuiu para desencadear diversos processos metropolitanos, a partir de sua instalação em Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Segundo Viegas (2011), a refinaria foi de grande importância para projetar o município gaúcho como uma cidade-industrial, potencializando também a formação, segundo Borges (2011), de um eixo econômico saindo de Porto Alegre em direção ao norte do estado.

Já nos 1970, viu-se inaugurar a Refinaria de Paulínia (Replan), sendo a maior do Brasil, localizada na cidade de mesmo nome, na Região Metropolitana de Campinas. Wassall e Schicchi (2011, p.30) apontam para um novo contexto em que está inserida a implantação dessa refinaria: os novos padrões de urbanização no país, caracterizados pela “redução do ritmo de crescimento da cidade-sede, no caso Campinas, o crescimento mais expressivo do entorno metropolitano que do núcleo central, [...] das periferias urbanas, seja elas formadas por ocupações de favela ou por loteamentos residenciais de alta renda”.

Dentro dessa lógica, foi construído em Araucária a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). Inaugurada já no fim da década de 70, integrou a nova lógica de expansão e localização industrial na Região Metropolitana de Curitiba, onde se estabeleceu, a partir da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), cidades industriais nas zonas periféricas da metrópole (FIRKOWSKI, 2002; NIEHUES, 2014).

Ainda nos anos 1970, no ponto de vista industrial, é importante citar que o segmento do petróleo recebeu um importante incremento, a indústria petroquímica. O primeiro polo foi instalado no ano de 1972 em Capuava em Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, e assim como o caso da refinaria de Cubatão, a lógica de localização do polo estava relacionado com aproximação com o mercado consumidor e também estava relacionada com o fomento do processo de industrialização vivida pelo Brasil naquele momento, “que apresentava uma demanda crescente por produtos intermediários” (PRATES, 2005, p.58).

O segundo polo petroquímico foi inaugurado já no final daquela década, em 1978, em Camaçari, Bahia. A implantação desse polo no Nordeste exprime uma intencionalidade política, com o intuito de desconcentração de atividade econômica e desenvolvimento regional. Além disso, havia também estratégias militares para implantação de um segundo polo petroquímico, no sentido de tornar o país menos vulnerável, caso ocorresse algum conflito internacional (OLIVEIRA, 2004).

Embora os dois polos petroquímicos instalados no Brasil durante os anos 70 possuíssem grandes diferenças no ponto de vista da localização: o primeiro instalado próximo ao mercado consumidor; e o segundo instalado com objetivo de desconcentração industrial, há uma grande semelhança entre os dois: o modelo de negócio.

Conforme revelado por Oliveira (2004) e Prates (2005), a efetivação dos investimentos ocorreram via modelo empresarial tripartite, portanto, o capital das empresas estava dividido em três partes iguais, a primeira destinada para empresas privadas nacionais, a segunda para multinacionais e a terceira para a estatal.

Para a efetivação do modelo tripartite, principalmente no que diz respeito ao investimento estatal, contou-se com a ajuda da subsidiária da Petrobrás, criada pelo governo militar no final da década de 60, a Petroquisa, que tinha como objetivo atrair investimentos privados (nacionais e internacionais) e estabelecer concorrências dentro do segmento petroquímico (OLIVEIRA, 2004). Tal fato, pode revelar outra tendência marcante da Petrobrás nos anos 70: a criação de diversas subsidiárias.

Segundo Dias (1993), as subsidiárias tinham como objetivo principal flexibilizar, especializar e descentralizar as atividades da estatal, sendo fruto da reorganização administrativa da Petrobrás a partir do Golpe Militar de 1964. Dentro dessa lógica, foram criadas, além da Petroquisa, as seguintes subsidiárias: Petrobrás Distribuidora S.A., com o foco no comércio e distribuição de combustíveis; Petrobrás Internacional (Braspetro S.A.), que buscava expandir as atividades da estatal no exterior; Interbrás, que também exercia atividades no exterior, porém no ramo comercial; Petrofértil, com atividades voltadas para fabricação e distribuição de fertilizantes; e a Petromisa, que possuía o foco na mineração também voltada para a indústria de fertilizantes.

Para além da diversificação de atividades, os anos 1970 também foram de grande importância para a exploração. Viu-se nessa década o descobrimento e início das operações na Bacia de Campos, de modo especial nos campos de

Enchova. É importante ressaltar que naquele período entrava em vigor o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como um dos objetivos o fomento da indústria de base no Brasil, sendo, de acordo com Pessanha (2017), de grande importância para a expansão da exploração *offshore* no litoral do Rio de Janeiro.

No ponto de vista urbano-industrial do Norte Fluminense, o início das operações da Bacia de Campos representava o início de grandes transformações regionais, conforme Piquet (2004), a década de 1970 representou o fim do predomínio da economia açucareira na região e o início de um novo ciclo econômico impulsionado pelo petróleo.

A partir daquela nova dinâmica regional, novos arranjos emergiram, dentre eles o início da expansão da cidade de Macaé a partir da escolha de instalação da Petrobrás no município. É importante destacar que, naquele primeiro momento, tal fato representava uma verdadeira ruptura à hegemonia econômica que se centrava na cidade de Campos dos Goytacazes no período (PIQUET, 2004). No entanto, Mesquita (2021), mesmo admitindo que ocorreu um processo de reestruturação na dinâmica regional do norte fluminense, alerta que Campos (herdando sua importância da economia açucareira) não perdeu totalmente o predomínio regional, sendo igualmente receptor de investimentos dos setores petrolífero e para-petrolífero, em conjunto com Macaé.

Também se faz necessário salientar que esse ponto da história da exploração de petróleo, com o início da produção na Bacia de Campos é de fundamental importância para o objeto de estudo desta dissertação, pois é o marco inicial de dinâmicas espaciais que não se mantiveram apenas no estado do Rio de Janeiro, mas que também se expandiram para o Espírito Santo, algo que será melhor explorado posteriormente.

Saindo um pouco da realidade da Região Sudeste, também se observou nos anos setenta outro marco importante para a expansão territorial da Petrobrás, a descoberta de reservatórios de gás natural com potencialidades comerciais no campo de Juruá, marcando a expansão da estatal para a região Amazônica.

Mesmo com os avanços e a expansão territorial da Petrobrás, vale ressaltar ainda que os anos 70 foram desafiadores para a empresa, na medida em que crescia a demanda de consumo interno e a produção não acompanhava o mesmo

ritmo, fato que foi agravado pelos choques do petróleo de 1973 e de 1979 (DIAS; QUAGLINO, 1993).

É com essa necessidade de aumento na produtividade que a Petrobrás e o setor petrolífero adentram na década de 1980. Nesse sentido, logo no início da década é inaugurada a Refinaria Henrique Lage (REVAP), em São José dos Campos/SP, que impulsionou um forte encadeamento industrial no setor químico e petroquímico, além também de ser um dos fatores que favoreceram o incremento de mais de 50% na população urbana da região (NOGUEIRA, 2006).

Os anos oitenta também representaram avanços significativos na área de tecnologia, tanto no refino como na exploração e prospecção. Com isso ocorreu aumento da integração da Petrobrás com o CENPES na área do refino, que estava ligada com a necessidade de adaptações técnicas com o intuito de contornar a baixa procura por gasolina, provocada pelos choques internacionais dos hidrocarbonetos (MORAIS, 2013).

No âmbito da produção e prospecção ocorreu, em 1983, a ampliação das atividades da Superintendência de Pesquisa de Exploração e Produção (SUPEP), que havia sido criada no CENPES em meados de 1979. O objetivo da SUPEP, conforme Moraes (2013), a partir da criação do ramo de Engenharia Básica, era de projetar plataformas de exploração, desenvolvimento de equipamentos para águas profundas e criação de parcerias internacionais com transferência tecnológica.

É importante destacar que tais mudanças nos investimentos em tecnologia representaram também avanços na especialização dos trabalhadores do setor petrolífero. Nesse período dos anos 80 se inicia então o aumento, de aproximadamente 30%, no número de profissionais técnicos e de nível superior, impulsionado pelas pesquisas nas áreas de engenharia (FREITAS, 1993).

Todas essas iniciativas no avanço do aperfeiçoamento técnico e científico, também relacionado com os choques do petróleo, estavam ligadas com o objetivo principal: a busca pela autossuficiência (PESSANHA, 2017). Nesse sentido, em 1984 as expectativas aumentaram significativamente com a descoberta do poço de Albacora na Bacia de Campos, sendo o maior já encontrado no Brasil até o momento, fazendo aumentar a relevância do país no cenário internacional de petróleo explorado em águas profundas.

Porém, o campo de Albacora apenas inaugurou uma série de outras descobertas na Bacia de Campos, com destaque para o campo de Marlim, descoberto em 1985, e para o campo de Marlim Leste, descoberto em 1987.

Acompanhando o aumento da produção, a Petrobrás inicia uma fase de abertura de concursos para contratar trabalhadores para as plataformas. No caso do Norte Fluminense, Piquet (2004) revela uma transformação significativa no quadro qualitativo de empregos, uma vez que a economia tradicional do açúcar que predominava no passado não exigia trabalhadores qualificados, algo que muda drasticamente com o petróleo. Assim, “ser petroleiro passou a representar uma nova perspectiva para os jovens da região” (PIQUET, 2004, p.29-30).

Por fim, antes de encerrar os anos 80, é importante destacar também as descobertas dos primeiros campos de exploração na Bacia de Santos, nos campos de Tubarão, Coral, Estrela do Mar e Caravela, algo que gerou grandes expectativas para a produção (FERNANDEZ, 2017).

Embora a conjuntura econômica do país não estivesse em seu melhor momento por conta da alta inflação e recessão econômica herdada após o fim do Governo Militar, no ponto de vista da economia do petróleo, o Brasil acessava os anos 90 com outra realidade: a autossuficiência aparentava se aproximar.

A primeira evidência dessa aproximação ocorreu em 1993 quando foi inaugurada a primeira plataforma semissubmersível na Bacia de Campos inteiramente projetada pelos técnicos e engenheiros da Petrobrás, sendo resultado dos investimentos do CENPES realizados nas décadas anteriores.

Além disso, novas descobertas, como o gigantesco campo de Roncador na Bacia de Campos, fizeram elevar a produção, alcançando a marca de um milhão de barris por dia em 1997. É importante destacar que a autossuficiência, para além do ponto de vista do consumo interno do país, representa também maior segurança e menor vulnerabilidade de uma nação dentro de um contexto de interdependência internacional de recursos energéticos (BRITO et al, 2012).

Porém, ao se tratar sobre a última década do século XX no Brasil, é necessário trazer maior profundidade ao debate sobre autossuficiência, interdependência e segurança energética. Isso porque, os anos noventa foram marcados também pela ascensão de políticas de cunho neoliberal, que se iniciaram no governo de Fernando Collor e ganharam maior corpo a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Tal conjuntura pode representar uma verdadeira mudança de rumo no ponto de vista do monopólio estatal do petróleo, na medida que favorece a entrada de outros agentes não estatais (BRITO et al., 2012), ao mesmo tempo em que rompe com a ideia de que “a nacionalização das reservas e a criação de empresas estatais coincidem com a constatação da importância do petróleo para o desenvolvimento [...] e para o domínio das tecnologias ligadas ao setor” (EGLER; MATTOS, 2012, p. 91)

No caso brasileiro, a flexibilização do domínio estatal pode ser representada pela Emenda Constitucional nº 9 de 1995 que permitiu a contratação de empresas terceirizadas na execução de atividades no ramo petrolífero. Doravante, em 1997 é aprovada a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997), que flexibilizou ainda mais o monopólio da Petrobrás.

Entrando no detalhe da lei, é possível observar de forma explícita a intencionalidade neoliberal a partir do art. 1º nos incisos IX, que busca estabelecer a livre concorrência; XI e XV, que fomenta a competitividade internacional do país no ramo do petróleo. Também é possível destacar o viés neoliberal no art. 2º<sup>10</sup>, principalmente no inciso VIII que aborda as regras sobre as concessões e partilhas dos blocos de exploração. Vale destacar também a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), pelo art. 7º da mesma lei, sendo atribuído a principal competência como órgão regulador do setor petrolífero.

No mesmo ano da Lei do Petróleo, foi descoberto em 1997 o maior campo de exploração até aquele momento, o de Roncador, com o início das produções em 1999. Tal fato consolidou a Bacia de Campos como a principal fonte de hidrocarbonetos do Brasil.

Porém, com as mudanças na legislação, a Petrobrás não estava mais sozinha nessa expansão exploratória, o que criou novas dinâmicas urbanas e regionais. No caso do Norte Fluminense, Piquet (2004, p.30) revela que a Lei 9.478/97 “se traduziu em uma nova onda de investimentos no setor e novas *majors* petrolíferas passam a operar” e com isso novas empresas e postos de trabalho são abertos. Ainda de acordo com a autora, aquele momento gerou “um afluxo maciço de

---

<sup>9</sup> O Art. 1º aborda os objetivos das políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia.

<sup>10</sup> O Art. 2º estabelece a criação e atribuições do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

população que sobrecarrega os serviços de infraestrutura urbana, educacionais e de transporte”, especialmente no município de Macaé.

Contudo, é importante salientar que mesmo com a nova legislação, naquele período mais 80% da exploração e produção continuará sob posse da Petrobrás. O incremento de empresas do segmento privado se retinha ao segmento parapetrolífero (apoio a exploração e produção) e atividades de prestação de serviços.

Nessa nova fase se observou aumento no número de trabalhadores terceirizados, instaurando todo um debate sobre a precarização do trabalho no setor petrolífero. Indo por este sentido, Alvarez et al. (2007) revela que na segunda metade dos anos 90 houve suspensão de concursos públicos, criando um déficit de mão-de-obra na Petrobrás, ao mesmo tempo em que a produção apresentava crescimento constante, impulsionando assim a contratação de trabalhadores terceirizados.

Tal retrospecto se estabeleceu ainda mais na entrada dos anos 2000, na qual se observou contingente quase três vezes maior de terceirizados em relação à efetivos, somente na Bacia de Campos (ALVAREZ et al., 2007).

Outro fato marcante ocorrido logo na entrada dos anos 2000, mas que também é resultante da Lei 9.478/97, foi o início da exploração da Shell na Bacia de Campos, marcando de vez a entrada de empresas privadas na exploração do petróleo brasileiro – embora que naquele período ainda muito associada com parcerias junto à Petrobrás.

Em 2001, também foi registrado outro acontecimento marcante ligado a esse período de forte neoliberalização da economia do petróleo no Brasil, sendo o lançamento de ações da Petrobrás na bolsa de Wall-Street, possibilitada pela transformação da empresa em capital misto – com o Estado detendo a maior parte da empresa.

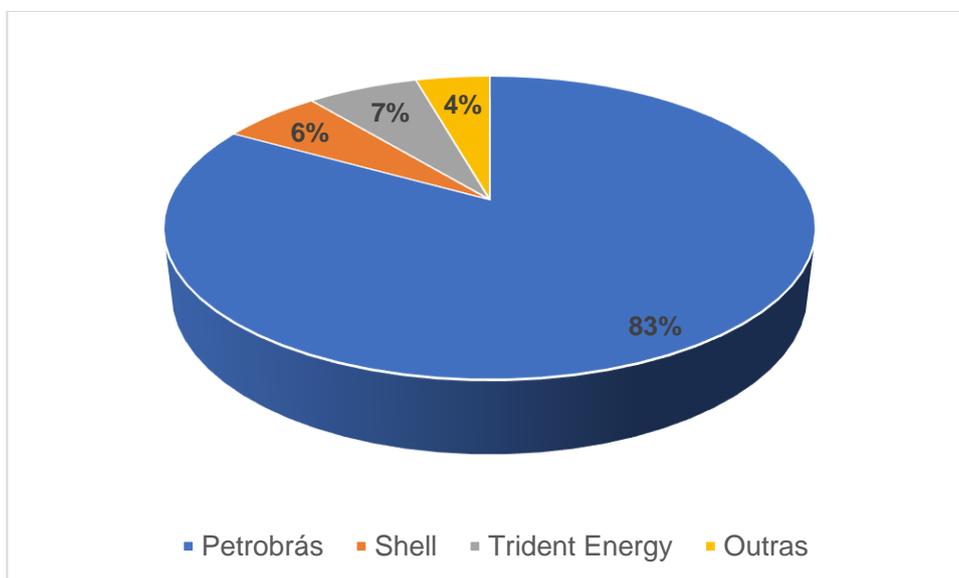
Para Schutte (2016), todos esses acontecimentos que marcaram os anos do governo FHC transformaram o comportamento da Petrobrás em algo mais próximo de uma empresa privada, especialmente com a abertura de capital e venda de porções da estatal para acionistas brasileiros e estrangeiros.

No entanto, a partir das eleições presidenciais de 2002 e com a vitória de Lula o caminho nacional desenvolvimentista prometia ser retomado, principalmente com as promessas de campanha que sugeria que as licitações fossem feitas pela própria Petrobrás, passando agora, a agir como um instrumento nacional de política

industrial, mesmo não ocorrendo alteração no marco regulatório de 1997 (SCHUTTE, 2016).

Além do fator político, nos anos 2000 também se observou a continuação da ampliação produtiva do setor petrolífero, principalmente a partir de descoberta de campos ainda maiores em relação aos descobertos na década de 1990. Somente na Bacia de Campos, do início da década até 2005, foram abertos 730 novos poços de exploração, sendo 83% operados pela Petrobrás (Gráfico 1), demonstrando a política de nacionalização nos primeiros anos de governo petista.

Gráfico 1 - Novos poços de exploração na Bacia de Campos entre 2000 a 2005.



Fonte: Acervo de dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Adaptado pelo autor.

Todo esse retrospecto de constante aumento na produção, fez com que o Brasil enfim alcançasse a tão almeja autossuficiência, no ano de 2006. Naquele momento a Petrobrás passou a produzir 1,7 milhão de barris por dia (GOLDEMBERG; LUCON, 2007), nesse sentido, o país passou a ocupar o rol de exportadores de petróleo no mundo (TOLMASQUIM, 2012). Entretanto, Goldemberg e Lucon (2007) alertam que a autossuficiência não necessariamente é algo duradoura, especialmente por se tratar de um recurso não renovável.

Porém, com a chegada do ano de 2007 grandes expectativas foram criadas e tudo indicava que a autossuficiência brasileira perduraria por um tempo duradouro. Isso porque foram encontradas as primeiras jazidas de óleo leve na camada do pré-sal, no campo de Caxaréu – Bacia de Campos, em seguida, confirmou-se que a



Santos também começou a se destacar na produção nacional. Nesse sentido, Silva (2019) revela que a partir daquela metade da década de 2000 a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) ampliou sua participação no circuito espacial produtivo do petróleo. Em outras palavras, a RMBS que já possuía importância no setor de refino (*downstream*) a partir da instalação da RPBC, conforme já demonstrado neste capítulo, passou a assumir importância no setor de produção (*upstream*).

Do ponto de vista urbano e social, dentre as metamorfoses que emergiram no contexto das descobertas do pré-sal, Silva (2019) indica o processo de descentralização administrativa da sede principal da Petrobrás no Rio de Janeiro, possibilitando assim a inauguração de Unidade de Operação (UO) ordenadas de acordo com as bacias de exploração, com destaque para a UO de Santos e de Vitória.

Dentre as várias capacidades de modificação espacial, é possível destacar que a instalação das UO representou um crescimento significativo no número de ocupações, transformando a divisão territorial do trabalho, a criação de uma rede de informação entre as metrópoles, aumento da interligação entre toda a infraestrutura do petróleo, desde a extração, o refino e o transporte (SILVA, 2019).

É com esse retrospecto de crescimento produtivo proporcionado a partir das descobertas dos poços do pré-sal que aqui se encerra o levantamento histórico geográfico do petróleo no Brasil. É importante salientar que, embora o texto tenha destacado alguns elementos de capacidade transformativa que envolve a economia petrolífera, muitos outros elementos ficaram de fora da análise, principalmente por envolver uma série de complexidades na qual a presente dissertação não pretende abordar.

De todo modo, mesmo não entrando em detalhe ou não alcançando o território brasileiro de forma mais abrangente, os aspectos históricos evidenciados até aqui demonstram que o petróleo, para além de um importante recurso energético do mundo capitalista, se apresenta também como um agente transformador do espaço, alcançando diversos âmbitos, tais como: territorial, regional, político, econômico, jurídico, social e urbano.

### 3.3. Economia do petróleo no Espírito Santo: produção e infraestrutura

As primeiras empreitadas do setor petrolífero no estado se iniciaram em 1957, após a criação da Petrobrás. Naquele primeiro momento, foram realizados estudos técnicos com o objetivo de identificar a viabilidade da presença de reservatórios de petróleo *onshore* (em terra) no litoral norte do Espírito Santo.

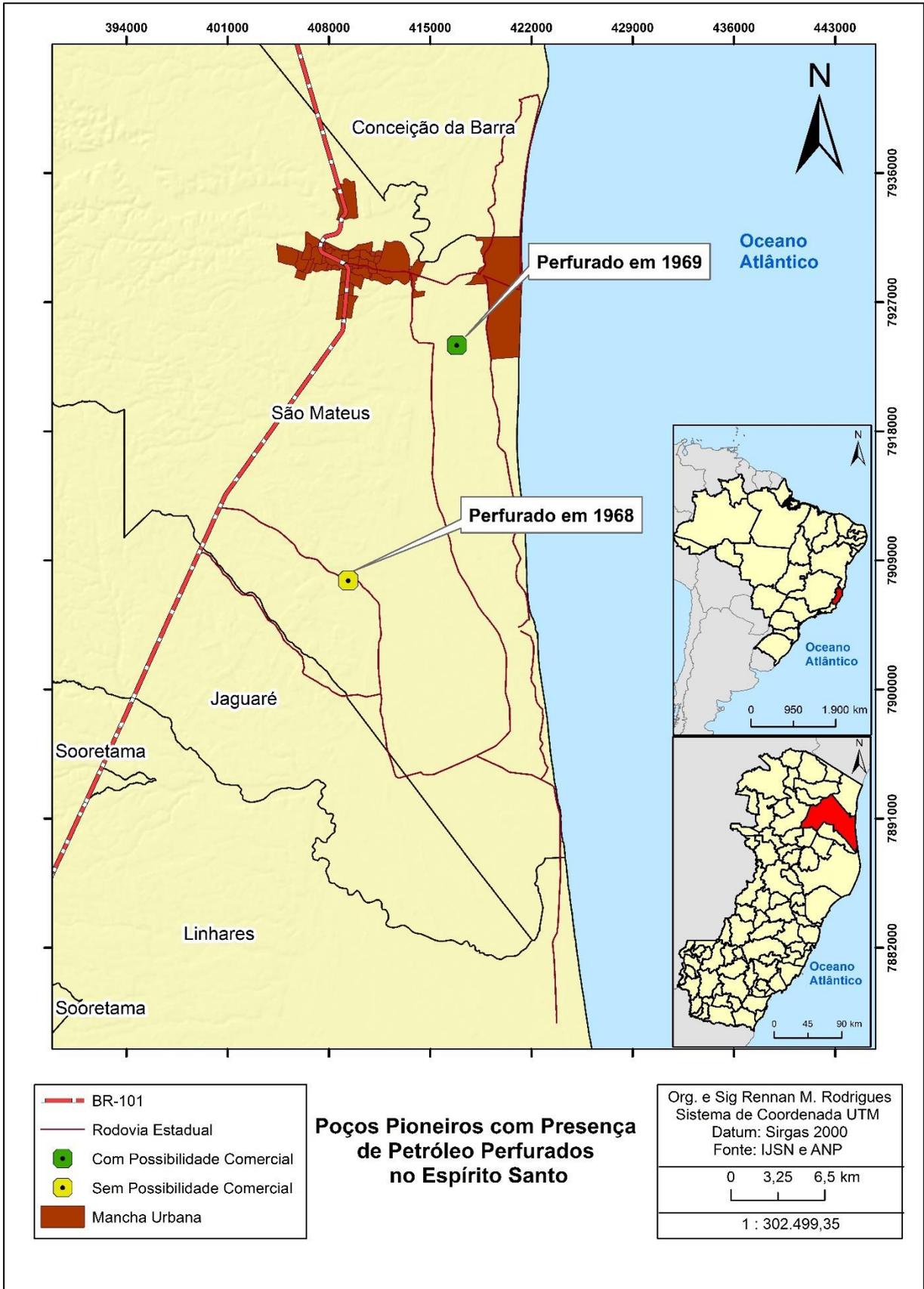
Após os estudos pioneiros, a primeira perfuração foi realizada dois anos mais tarde, em 1959, no poço localizado no município de Conceição da Barra, porém a missão não obteve êxito. Vale aqui ressaltar, como já abordado anteriormente, que a Petrobrás em seus primórdios demonstrava dificuldades em operar em decorrência de limitações técnicas.

Foi apenas na década seguinte, em 1967, que ocorreu a primeira descoberta de petróleo no Espírito Santo, mais especificamente no município de São Mateus, mas ainda sem potencial para ser comercializado.

Um ano mais tarde, em 1968, ocorreu no mesmo município um importante marco para a Petrobrás: a perfuração do primeiro poço (*offshore*) na plataforma continental, sem, no entanto, ter sido encontrado óleo. Ainda assim, a empreitada foi muito importante pois possibilitou a aquisição de conhecimentos sobre os aspectos geológicos da bacia sedimentar do Espírito Santo, sendo um passo importante para o desenvolvimento da exploração *offshore* (MENDONÇA et al., 2003).

No encerramento dos anos sessenta, em 1969, finalmente foi perfurado o primeiro poço com possibilidade de produção em escala comercial no Espírito Santo, ainda no município de São Mateus. No mapa 2 é possível identificar a localização do primeiro poço com petróleo e o primeiro poço com potencial de comercialização no município de São Mateus, ambos *onshore*.

Mapa 2 - Primeiras perfurações de poços em busca de petróleo no Espírito Santo.



Elaborado pelo autor.

Na década seguinte foi registrado outro marco importante para a produção de petróleo no estado: a descoberta do primeiro poço marítimo com a presença de óleo em 1977, também no município de São Mateus. Mesmo com a descoberta, conforme admitido pela própria Petrobrás, o Espírito Santo ficou quase duas décadas sem receber grandes investimentos, porque o foco da empresa se concentrou nas grandes reservas encontradas na Bacia de Campos nos anos 70 (QUEM SOMOS, Comunica Espírito Santo).

Nos anos 1980, no entanto, houve uma forte retomada nas atividades petrolíferas no estado, especialmente na perfuração e extração de petróleo *onshore*. De acordo com a ANP, ao longo daquela década foram perfurados 301 poços com produção comercial e subcomercial de petróleo e/ou de gás na Bacia do Espírito Santo.

Em 1988 inaugurou-se uma nova fase para a economia do petróleo em território capixaba a partir da descoberta do primeiro poço *offshore* com possibilidade comercial, localizado no campo de Congoá, a 45 km da costa de Linhares e com lâmina d'água de 60 metros, conforme os dados da ANP.

Mesmo com a descoberta de petróleo em mar, na década de 1990 não houve uma expansão muito significativa na exploração em território capixaba, ainda que em 1996 tenha sido descoberto o campo de Fazenda Alegre, localizado entre os municípios de São Mateus e Jaguaré, e em 1997 o campo *offshore* de Peroá e Congoá, localizado a aproximadamente 53 km do litoral de Linhares, ambos com elevado potencial produtivo de gás natural – que se concretizaria a partir do início dos anos 2000.

No último ano da década de 1990, ocorreu também a perfuração do primeiro poço em águas profundas no território marítimo capixaba. Conforme os dados da ANP, a perfuração foi realizada na Bacia de Campos, com lâmina d'água de 1.800 metros de profundidade, numa distância de aproximadamente 140 quilômetros do litoral de Presidente Kennedy.

Diferente da década anterior, a economia do petróleo e gás do Espírito Santo conheceria uma verdadeira expansão produtiva a partir da virada do milênio, tanto no segmento *offshore* como *onshore*, seja na Bacia do Espírito Santo ou na Bacia de Campos.

A partir desse contexto, mesmo que o petróleo sozinho não seja capaz de transformar o espaço, emergiu sobre o território capixaba, a partir da expansão do

setor, elementos de potencial transformação das configurações sociais e espaciais (LEANDRO; GIVISIEZ, 2015). Para exemplificar tal potencial, é possível destacar a criação de novos investimentos, principalmente relacionados com infraestrutura.

No caso específico do Espírito Santo no início dos anos 2000, é possível realçar a implantação do complexo aquaviário Terminal Norte Capixaba (TNC) em São Mateus, operado pela Transpetro, subsidiária da Petrobrás encarregada pela infraestrutura de transporte e logística (Figura 2).

Figura 2 - Terminal Aquaviário Norte Capixaba (TNC) – São Mateus-ES.



Fonte: Acervo pessoal do autor, dezembro de 2018.

O processo de instalação do TNC iniciou-se em meados de 2001 e foi concluído em 2005, dando início às operações de escoamento da produção da Bacia do Espírito Santo para navios atracados em monobóia. A infraestrutura do terminal foi construída na região de Barra Nova, com o objetivo de substituir o escoamento da produção dos campos terrestres, principalmente de Fazenda Alegre, que antes era realizado via caminhões que transportavam até o Terminal de Regência (que foi desativado), passando a ser realizado via oleoduto até o TNC.

Com a continuidade da expansão produtiva no Espírito Santo na primeira metade dos anos 2000, com destaque para o início das operações no campo de Peroá, novas obras de infraestrutura foram demandadas. Para além do tratamento e escoamento do óleo retirado das reservas, atividades que justificaram a implantação de infraestruturas como o TNC, também foram implantados investimentos relacionados com o tratamento e escoamento de gás natural.

Nesse sentido, no município de Linhares foi inaugurada em fevereiro de 2006 a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), com capacidade de

processar 18 milhões de metros cúbicos de gás natural, advindos da Bacia do Espírito Santo, como também advindos dos campos ao norte da Bacia de Campos, do chamado Parque das Baleias.

Também vale dar destaque para o início das obras de implantação, no ano de 2007, da Unidade de Tratamento de Gás Sul Capixaba (UTG-Sul), localizada em Anchieta – Região Costeira Sul. Porém, as operações na unidade só tiveram início três anos mais tarde, já no encerramento da década.

Ressalva-se também que, a partir da segunda metade da década de 2000, as descobertas de vastas reservas de petróleo na camada do pré-sal, também tiveram relevância para a expansão de investimentos do setor petrolífero no estado. Conforme a Petrobrás (QUEM SOMOS, Comunica Espírito Santo) o pré-sal foi um marco para o boom da produção capixaba de hidrocarbonetos.

Com isso, se evidenciou no Espírito Santo outra característica marcante relacionada com a economia do petróleo: o potencial de criação de um forte encadeamento econômico. Em outras palavras, foi criado e consolidado os chamados círculos espaciais de cooperação, que se define pela interligação de atividades econômicas de diversas naturezas, relacionadas direta ou indiretamente com o setor de petróleo (FERREIRA; ZANOTELLI, 2020).

A exemplo disso é possível destacar a introdução de grandes empresas transnacionais, como o caso do Estaleiro Jurong em Aracruz (Figura 3), que iniciou seu processo de instalação em 2009, com início das operações em 2012.

Figura 3 - Estaleiro Jurong Aracruz (EJA).



Fonte: Acervo pessoal do autor, maio de 2018.

Seguindo esta linha de desenvolvimento dos círculos espaciais de cooperação do petróleo, também é possível destacar o aumento de instalação (ou projetos de instalação) de alguns complexos portuários. Para melhor exemplificar, considerando apenas a relação de Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA) presentes no site do IEMA<sup>11</sup>, enquanto que entre 2000 a 2006 foram submetidos apenas um estudo de impacto ambiental relacionado com empreendimento de atividades portuárias, entre 2007 e 2019 foram submetidos, no total, treze relatórios de instalação de complexos portuários.

Ainda com base na análise do volume de RIMA's, é possível contabilizar no site do IEMA, num período de cinco anos (2007 a 2012), oito relatórios de impactos ambientais relacionados com atividades do petróleo, em diversos segmentos, tais como: pesquisa de sísmica marítima, perfuração de blocos marítimos, instalação de terminais, projetos de desenvolvimento de escoamento de produção petrolífera, etc.

### **3.4. Mercado de trabalho do petróleo e migração**

Todos esses relatórios de impacto ambiental ligados a empreendimentos petróleo ajudam a demonstrar como o segmento apresentou grande significância no estado do Espírito Santo, principalmente a partir da expansão produtiva do setor ao longo dos anos 2000. Arelado a esse processo, é possível considerar a abertura de postos de trabalho como algo intrínseco àquele momento.

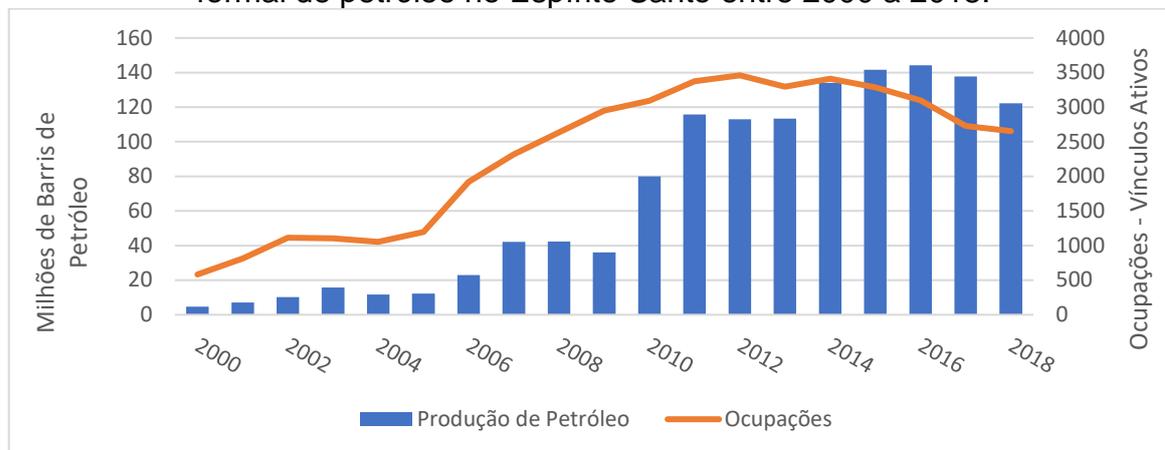
O gráfico 2 ajuda a sustentar tal afirmativa, na medida que demonstra boa confluência entre a produção e o número de ocupações de vínculo formal no setor. Nota-se que até o final da primeira metade da década de 2000, tanto a produção de barris de petróleo como o número de ocupações com vínculo ativo estavam seguindo um ritmo lento de crescimento.

Porém, a partir da segunda metade dos anos 2000 ocorreu um verdadeiro salto tanto produtivo como no número de empregados. É interessante notar que as ocupações iniciaram o salto de crescimento de forma antecipada em relação à produção, que só aumentou de volume na virada da década de 2010, quando o petróleo do pré-sal começou a ser produzido de fato.

---

<sup>11</sup> Espírito Santo (Estado). Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Relação dos Relatórios de Impactos Ambientais - RIMAS's disponíveis no sítio institucional.

Gráfico 2 - Produção anual de barris de petróleo e volume de ocupações no setor formal de petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.



Fonte: ANP (2021) e RAIS (2000-2018). Tabulado pelo autor.

As ocupações mantiveram o ritmo de crescimento até o ano de 2012, porém, entre 2013 e 2014 se observou o início de oscilações no número de trabalhadores formais e, posteriormente, seguiu uma tendência de queda até 2018. Nesse mesmo período a produção manteve crescimento entre 2014 a 2016, mas também apresentou declínio entre 2017 e 2018, embora ainda mantendo um padrão produtivo maior se comparado com o início da década de 2010.

Nesse sentido, a segunda metade da década de 2010 revelou uma mudança na lógica de confluência entre produção e trabalho, onde o volume de ocupações entra em declínio de forma mais avançada em relação a produção.

Tal fenômeno pode ser associado com a crise econômica, política e jurídica que se instalou no país a partir de 2013, na qual o petróleo foi um dos elementos centrais, principalmente com o início da Operação Lava Jato.

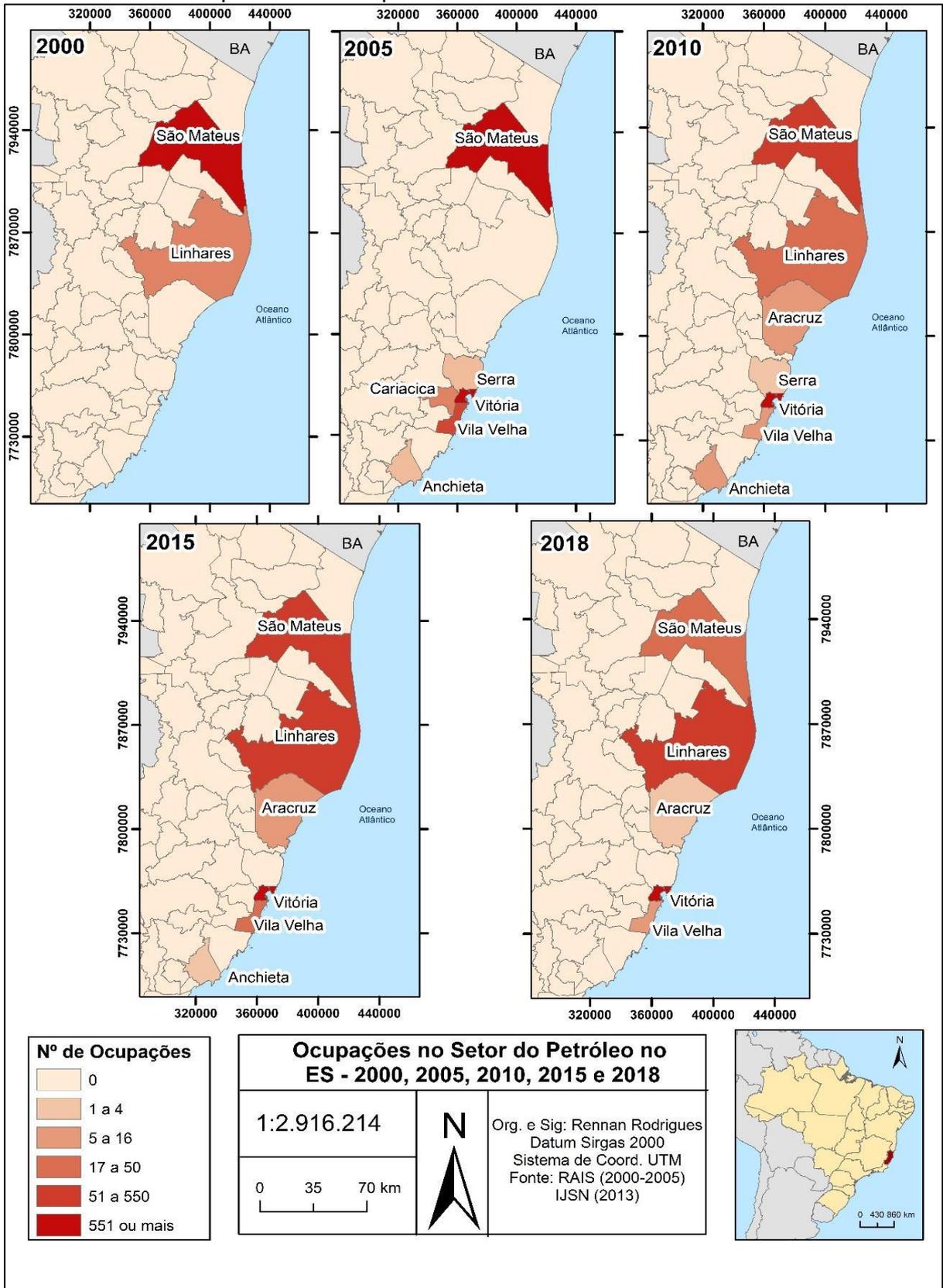
Observou-se, a partir desta conjuntura, um enfraquecimento produtivo da Petrobrás, que se constata principalmente nas concessões de exploração dos campos de petróleo para empresas do setor privado. Para Zanotelli e Ferreira (2021), todo esse processo, principalmente após 2016, fazem parte de uma iniciativa de enfraquecimento da estatal, que possui laços com a nova guinada para a governamentalidade neoliberal no país. Vale ressaltar, que isso também estava associado a uma construção de narrativa midiática, que frisava interesses relacionados com políticas de privatização e desmonte da Petrobrás (ZANOTELLI et al., 2019).

Com base em tais mudanças, é possível afirmar que, ao menos especificamente no caso capixaba, a crise da Petrobrás e as privatizações de campos de exploração, possivelmente impactaram diretamente as ocupações, algo que aparecerá a partir da análise de outras variáveis do mercado de trabalho formal.

Dessa forma, ao analisar espacialmente o volume de ocupações por município das regiões costeiras do Espírito Santo, é possível identificar modificações na dinâmica ao longo do tempo que, provavelmente, interagem com as especificidades de cada tempo histórico.

Conforme expresso no mapa 3, os anos 2000 se iniciaram com ocupações concentradas na Região Costeira Norte, especificamente nos municípios de São Mateus e Linhares, algo explicado pela própria história de exploração de petróleo no estado.

Mapa 3 - Localização e número de ocupações com vínculos ativos no setor do petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.



Elaborado pelo autor.

Porém, com o avançar dos anos e o aumento tanto da produtividade como das ocupações, observou-se uma tendência de crescimento no número de pessoas ocupadas formalmente na RMGV, principalmente em Vitória. Tal fato pode ser explicado pela mudança da Unidade de Negócio do Espírito Santo (UN-ES) de São Mateus para a capital do estado, algo ocorrido em meados de 2001, o que possibilitou a ampliação do mercado de trabalho petrolífero na região metropolitana.

Outro importante fator que explica o relevante volume de ocupações na capital do estado, foi a criação da Unidade de Operações do Espírito Santo (UO-ES) em Vitória, inaugurada em 2012, sendo fruto de um processo de reestruturação organizacional da estatal, que ocorreu em diversas bacias de exploração.

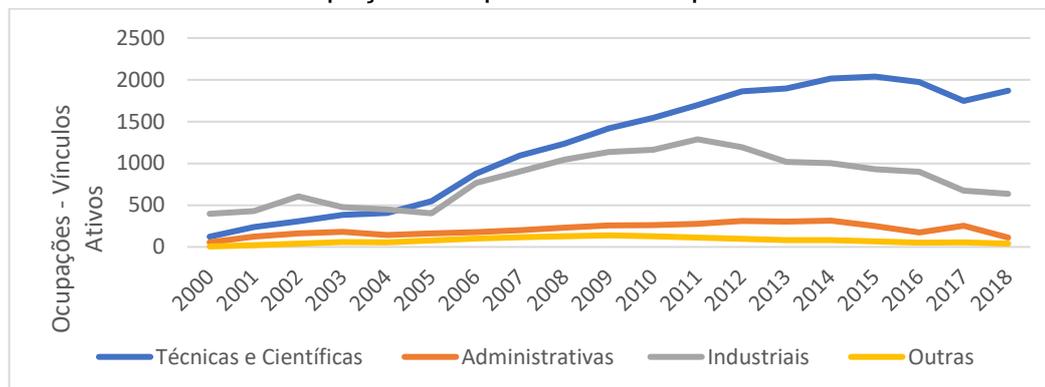
A transformação das Unidades de Negócio em Unidades de Operação também representa um processo de descentralização produtiva e administrativa das atividades econômicas que se concentravam principalmente na sede principal da empresa, localizada no Rio de Janeiro (SILVA, 2019).

É importante dar ênfase na criação da UO-ES em Vitória, pois ajudou a consolidar, ainda mais, o mercado de trabalho petrolífero na RMGV. A exemplo disso, ainda considerando o mapa 3, a capital manteve a centralidade de concentração das ocupações mesmo entre 2010 a 2018, quando ocorreu, devido à crise de 2016, o desaparecimento ou perda de volume das ocupações em muitos municípios costeiros.

Porém, além da análise do quantitativo de ocupações do petróleo, também vale dar destaque para as mudanças nos tipos de ocupação que ocorreram no setor ao longo do tempo. Tais mudanças são igualmente interrelacionadas com as diferentes conjunturas.

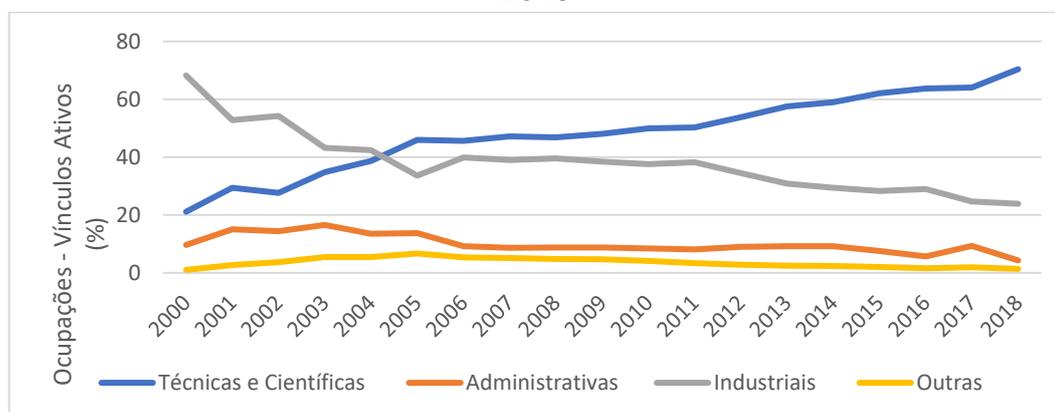
Por isso os gráficos 3 e 4 revelam a evolução dos tipos de ocupações do segmento do petróleo, tanto em volume como em proporção. Em modo geral, há um crescimento significativo de ocupações técnicas e científicas em detrimento das ocupações industriais.

Gráfico 3 - Volume das ocupações do petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.



Fonte: RAIS (2000-2018). Tabulado pelo autor.

Gráfico 4 - Proporção das ocupações do petróleo no Espírito Santo entre 2000 a 2018.



Fonte: RAIS (2000-2018). Tabulado pelo autor.

Tal aspecto possui forte relação com o processo de centralização das ocupações na RMGV, principalmente na capital. Isso também pode ser reflexo, assim como ocorreu no Rio de Janeiro com a criação do CENPES, dos investimentos P&D recebidos no município a partir de 2005. Naquele momento, a Petrobrás – a partir do apoio do próprio CENPES e da Unidade de Negócio do Espírito Santo – iniciou uma parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que culminou na criação do Centro de Competência de Óleos Pesados (Copes), com investimentos que poderiam alcançar a casa dos 20 milhões de reais (A GAZETA, 2005).

Como fruto dos investimentos em P&D da Petrobrás em parceria com a Ufes, foi inaugurado em 2012 o Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Metodologias para Análise de Petróleos (LabPetro), com pesquisas voltadas para a área de química do petróleo.

Embora não seja possível afirmar que os investimentos em P&D sozinhos sejam capazes de explicar o crescimento de ocupações técnicas e científicas, eles podem nos indicar para possíveis interesses da Petrobrás em contar, além de pesquisas que beneficiaram a produção, com a formação de força de trabalho qualificada.

Ao analisar proporcionalmente (Gráfico 4), as ocupações técnicas e científicas mantiveram constante tendência de aumento de importância em detrimento dos demais tipos de ocupações, mesmo no período de recessão. Isso pode estar revelando que a crise da Petrobrás na metade dos anos 2010 representou uma ameaça maior para as ocupações industriais, enquanto que as ocupações técnicas e científicas obtiveram não apenas um impacto menor, como também uma recuperação mais rápida entre 2017 e 2018 (Gráfico 3).

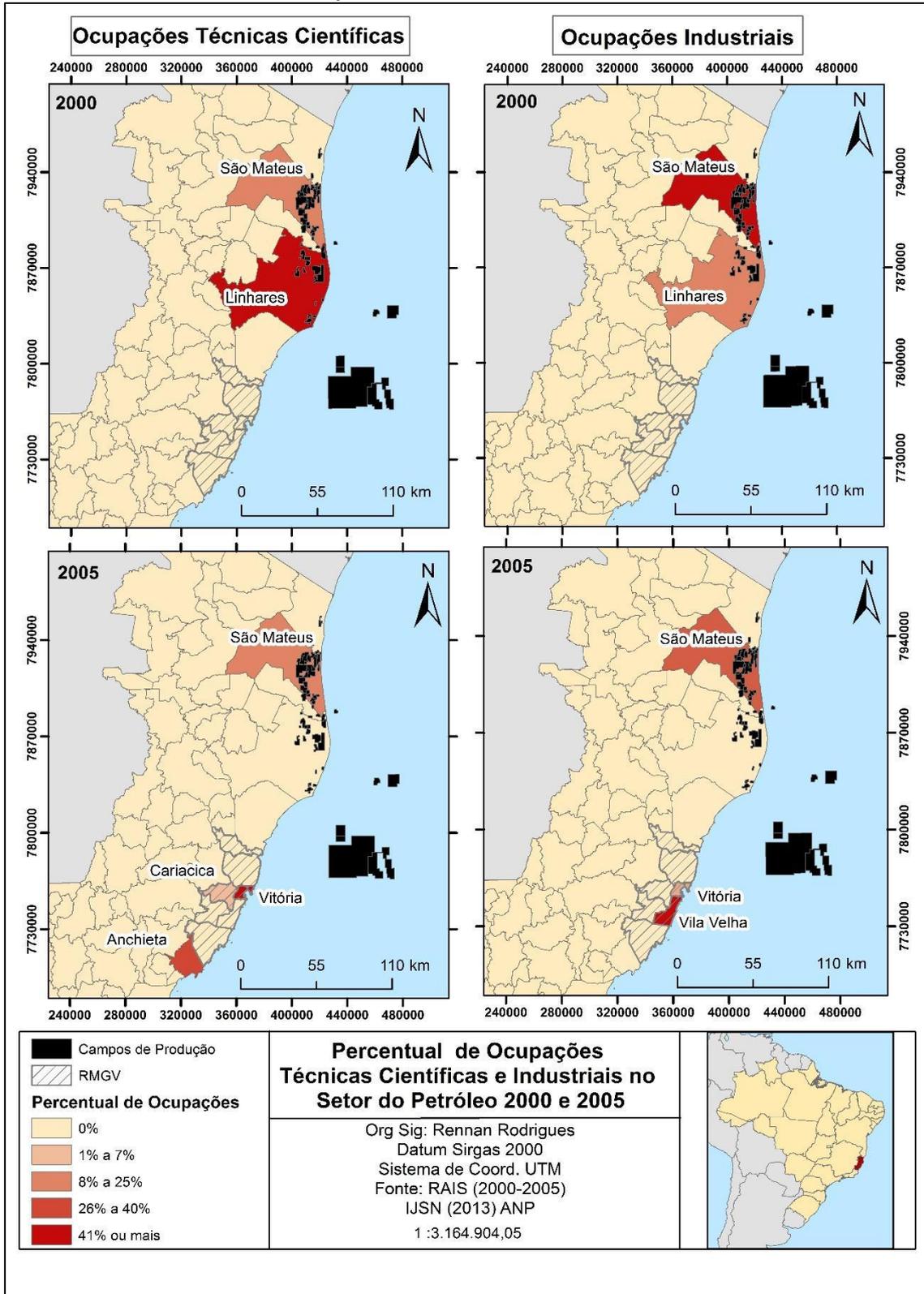
Quando se verifica espacialmente a concentração das ocupações técnicas e científicas e das ocupações industriais, observa-se padrões de distribuição das mesmas nos municípios costeiros. Deste modo, a partir da análise dos mapas 4, 5 e 6, observa-se que nos municípios da Região Costeira Norte, de modo especial São Mateus e Linhares, a proporção de profissionais industriais foi maior (exceto em 2010).

Já considerando as ocupações técnicas e científicas, observa-se que elas se concentravam de forma mais relevante em Vitória, a partir de 2005, no mesmo momento em que ocorreu expansão do setor.

Analisando as ocupações como um todo (ainda nos Mapas 4, 5 e 6), nota-se que, entre 2000 a 2010, houve espraiamento para diferentes municípios costeiros. Em 2000, apenas dois municípios apresentaram ocupações do petróleo, enquanto que em 2010 observou-se a presença de ocupações em sete municípios costeiros.

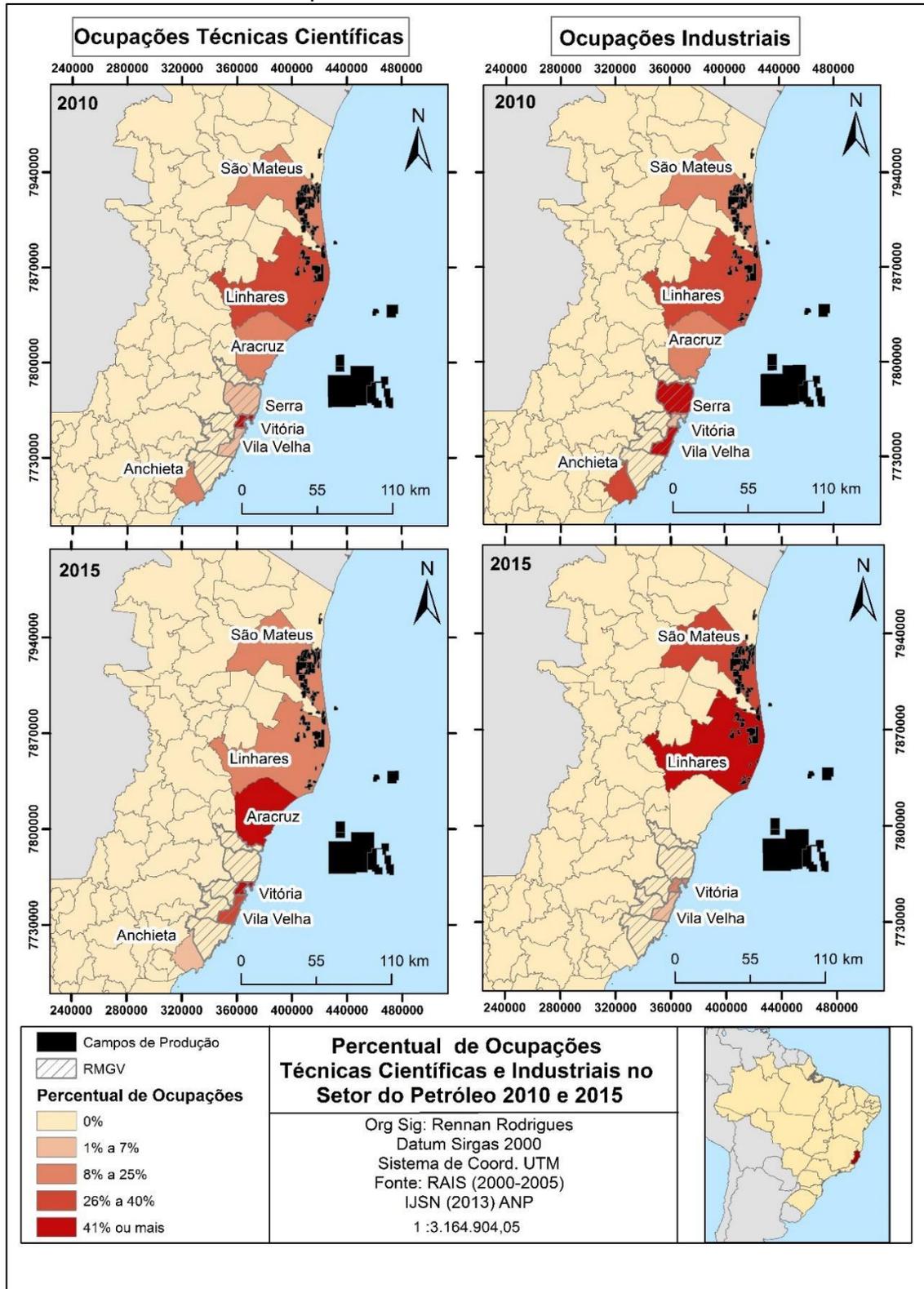
Em 2015, possivelmente também sendo um aspecto relacionado com o momento de crise, ocorreu redução da presença das ocupações nos municípios. Porém, mais uma vez é possível evidenciar que o impacto maior foi nas ocupações industriais, principalmente nos municípios com presença de campos de produção *onshore*.

Mapa 4 - Espacialização das ocupações técnicas científicas e industriais do setor petrolífero em 2000 e 2005.



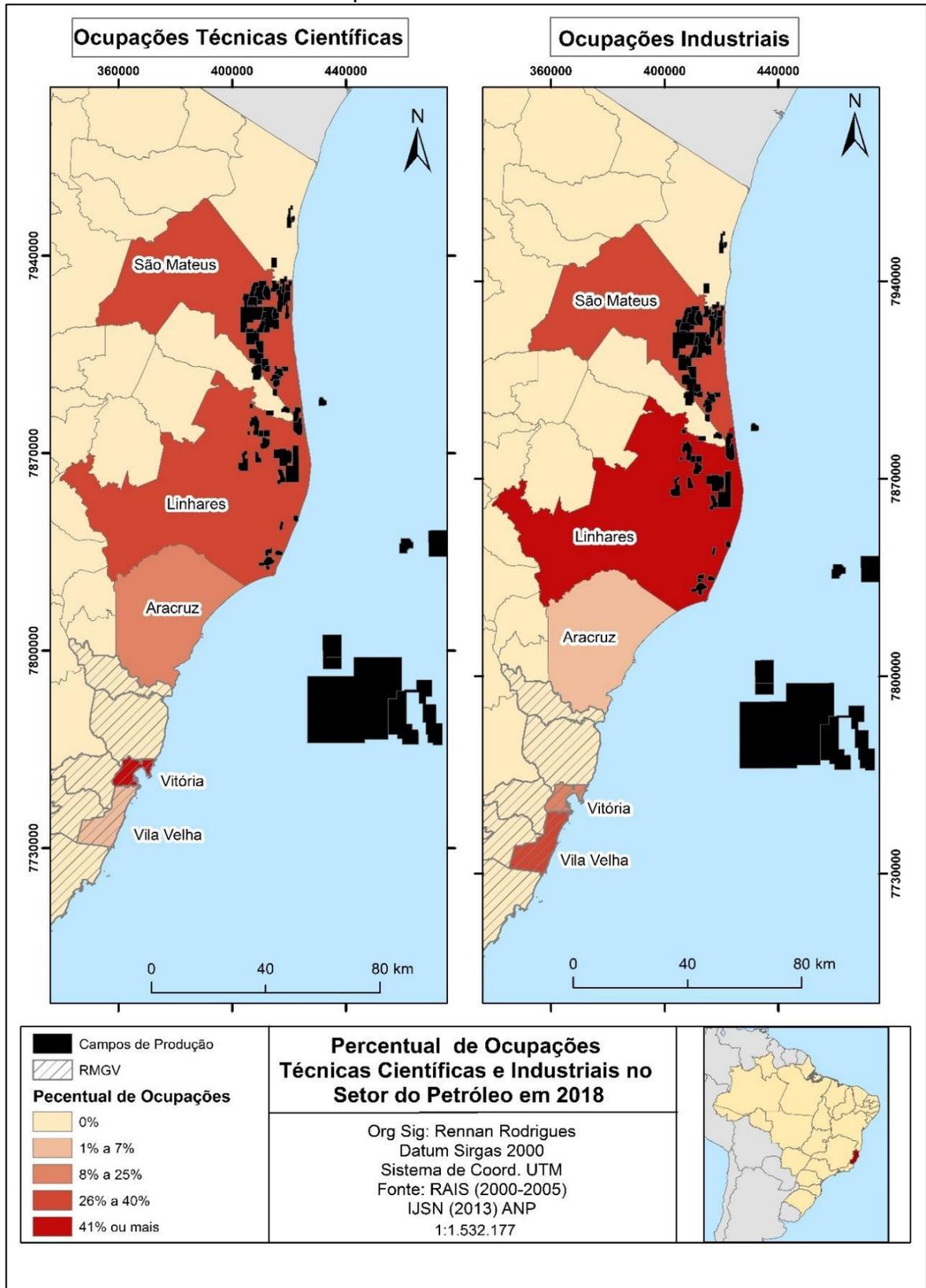
Elaborado pelo autor.

Mapa 5 - Espacialização das ocupações técnicas científicas e industriais do setor petrolífero em 2010 e 2015



Elaborado pelo autor.

Mapa 6 - Espacialização das ocupações técnicas científicas e industriais do setor petrolífero em 2018.



Elaborado pelo autor.

Embora as ocupações técnicas e científicas não se concentrem em municípios onde de fato há petróleo, vale destacar que elas também participam diretamente da produção, por meio de controle e monitoramento remoto, principalmente dos campos *offshore* da Bacia do Espírito Santo e Bacia de Campos, a partir da UO-ES em Vitória (figura 4).

Além desta característica, comparando os mapas 5 e 6, também é possível destacar que a crise da metade dos anos 2010, fez com que se reduzisse a participação dos municípios, ao mesmo tempo que acentuou a maior concentração de ocupações técnicas e científicas em Vitória e de ocupações industriais em São Mateus e Linhares.

Figura 4 - Visita de campo na Unidade de Operações do Espírito Santo (UO-ES), sala de controle da produção, sede da Petrobrás em Vitória.



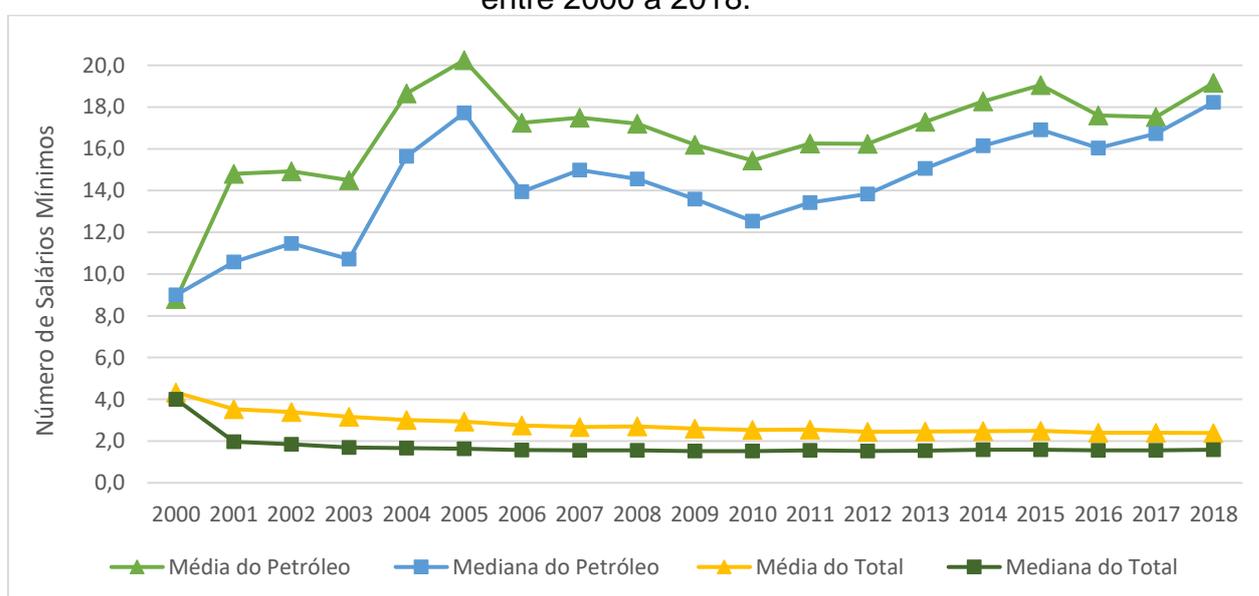
Fonte: Comunicação e Marcas da Petrobrás no Espírito Santo. Campo realizado no quadro da pesquisa “A geografia econômica do petróleo e do gás no litoral do Espírito Santo”. Dezembro de 2017.

É importante destacar uma característica marcante dos trabalhadores do petróleo no Espírito Santo: o recebimento de salários elevados. Esta característica é de fundamental importância para se pensar que, embora seja uma população de trabalhadores muito específica (e até mesmo reduzida) - se comparada com o total da população ocupada, pode representar impactos relevantes nos meios de reprodução social.

Assim, quando se pensa em um acréscimo de ocupados no ramo do petróleo, é possível considerar um incremento de pessoas com forte potencial de consumo no local de inserção dessa população, como o caso de Vitória ao longo dos anos 2000. Para sustentar tal afirmativa, é possível recorrer ao gráfico 5 que revela que os trabalhadores do petróleo possuem, tanto na média como na mediana, salários bem acima se comparados com o total do mercado de trabalho formal capixaba.

Embora seja perceptível a característica de alta renda dos trabalhadores do petróleo no mercado de trabalho formal, observa-se também que ocorreram oscilações nos valores dos salários. Nesse sentido, os cinco primeiros anos da década de 2000 revelaram um aumento significativo da renda dos trabalhadores do petróleo, período no qual observou-se expressiva assimetria entre as rendas, o que revela a presença de rendas bem mais elevadas e que fazem aumentar a distância da média para a mediana. Embora tal aspecto se repita na maior parte da série histórica analisada, a assimetria, todavia decresce consideravelmente entre os anos de 2017 e 2018.

Gráfico 5. Média e mediana da remuneração, em salários mínimos, das ocupações do petróleo no Espírito Santo em comparação com o total de ocupações do estado entre 2000 a 2018.

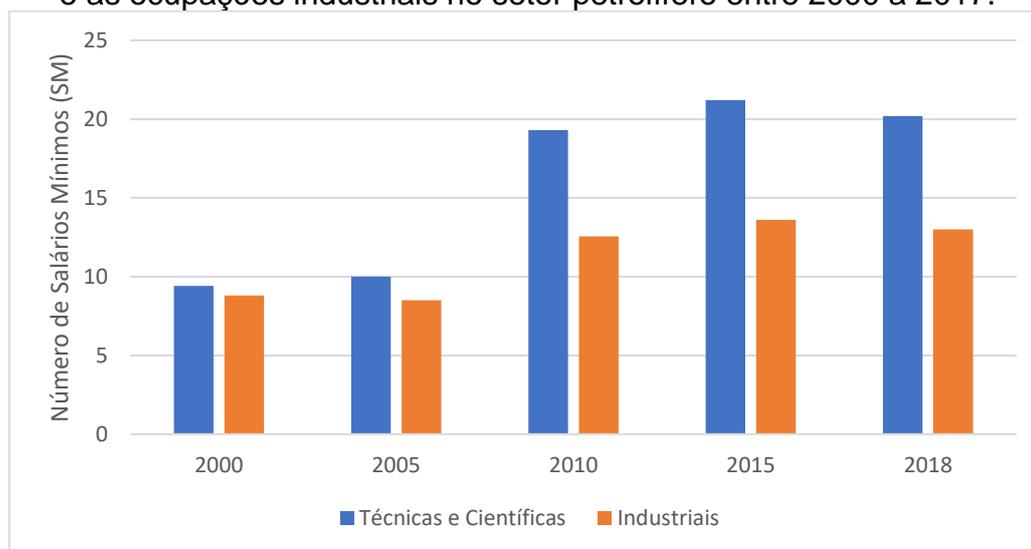


Fonte: RAIS (2000-2018). Adaptado pelo autor.

Este crescimento relativo de ocupações técnicas e científicas, em decorrência da queda de ocupações industriais, também pode ajudar a explicar o aumento salarial do setor a partir da década de 2010.

Isto ocorre, conforme exposto no gráfico 6, pelo fato das ocupações técnicas e científicas apresentarem média salarial maior se comparado com as ocupações industriais, fazendo com que, portanto, o crescimento relativo da primeira, via redução da segunda, resulte em aumento salarial em todo o segmento.

Gráfico 6 - Comparação da média salarial entre as ocupações técnicas e científicas e as ocupações industriais no setor petrolífero entre 2000 a 2017.



Fonte: RAIS (2000-2018). Adaptado pelo autor.

É com base nesse crescimento de ocupações no ramo do petróleo, principalmente de profissionais técnicos e científicos, que se busca evidenciar a migração como um elemento intrínseco ao processo de expansão do mercado de trabalho petrolífero no Espírito Santo.

Os dados censitários de 2000 e 2010 ajudam a apoiar essa ideia, na medida em que é possível constatar que com o crescimento de ocupações petrolíferas ao longo da primeira década do segundo milênio, também se viu aumentar o número de pessoas que estavam ocupadas no setor e que haviam migrado.

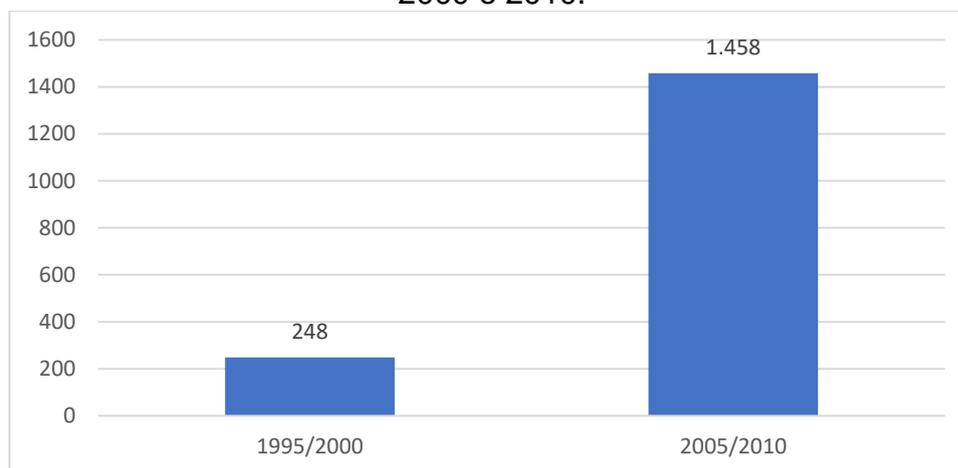
O gráfico 7 revela este salto no número de pessoas ocupadas no petróleo e que eram migrantes, passando de 248 pessoas em 2000 para 1.458 pessoas em 2010, confirmando o crescimento já averiguado em Zanotelli et al. (2019). Também é importante observar que o último censo revelou um crescimento no saldo migratório do Espírito Santo, confluindo com os dados apresentados pelo gráfico 7.

Contudo, conforme já apresentado em Rodrigues (2019), há de se notar uma grande diferença entre o padrão migratório total do estado e o padrão migratório das pessoas que estavam ocupadas no segmento do petróleo. Tal diferença está

expressa ao se analisar especificamente o caso da capital do estado que, como demonstrado por Dota, Coelho e Camargo (2017), apresentava saldo migratório total negativo. Já considerando a migração do grupo relacionado ao petróleo observa-se uma lógica inversa, ou seja, maior concentração em Vitória.

Mesmo não sendo possível afirmar, através dos dados secundários, que essa população tenha migrado especificamente para trabalhar com o petróleo, e ainda, que somente a expansão do segmento de petróleo seja suficiente para explicar o aumento da atração migratória para o estado (DOTA, 2019), é viável pensar que os trabalhadores qualificados do petróleo também possuem na migração um elemento particular capaz de caracterizar a carreira.

Gráfico 7 - Volume de migrantes ocupados no setor petrolífero no Espírito Santo – 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Adaptado pelo autor.

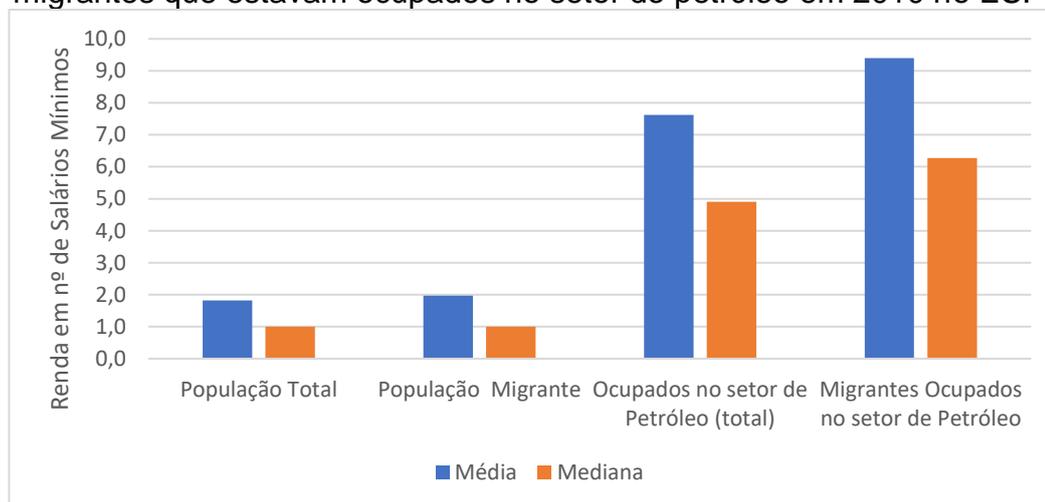
Pensar na renda dos migrantes é igualmente pertinente para a reflexão. Nesse sentido, considerando apenas os dados do censo de 2010, também é possível observar, a partir do gráfico 8, que a média e mediana de renda dos migrantes que estavam ocupados no setor de petróleo é bastante superior em relação à população total, sendo também maior do que a renda da população total que estava ocupada no mesmo ramo. Isso pode indicar que esses migrantes possuem maior capacidade de consumo e participação na reprodução social.

Para ser mais exato, enquanto que os migrantes ocupados no ramo do petróleo possuíam média salarial de aproximadamente 9 salários mínimos, a média do total da população não ultrapassava 2 salários mínimos.

Ao comparar apenas dentro do setor petrolífero, a média salarial (gráfico 8) era ligeiramente menor. Ainda assim, os migrantes recebiam em média

aproximadamente 2 salários e em mediana 1 salário mínimo a mais em relação ao total de trabalhadores do ramo.

Gráfico 8 - Média e mediana da renda em número de salários mínimos da população total, a população migrante total, da população ocupada no setor de petróleo e dos migrantes que estavam ocupados no setor do petróleo em 2010 no ES.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010. Adaptado pelo autor.

Todos os resultados expostos acima revelam que, com o crescimento do setor de petróleo e gás no estado do Espírito Santo, o mercado de trabalho também acompanhou o mesmo ritmo. Muito além do volume, se viu ganhar maior importância o trabalho qualificado em relação ao trabalho industrial, aumentando, ao mesmo tempo, a concentração de ocupações em Vitória.

A construção de todo este retrospecto teve como intuito elucidar a importância dos movimentos migratórios relacionados com o processo de expansão do setor petrolífero. Os dados do censo ajudam a demonstrar e sustentar tal aspecto, graças ao aumento de migrantes ocupados em atividades econômicas do petróleo de 2000 para 2010.

No geral, ao traçar o perfil desses trabalhadores é possível alcançar a compreensão de que são bem remunerados, qualificados (ocupações técnicas e científicas) e tendem a se concentrar na RMGV, principalmente na capital, sendo que os trabalhadores migrantes tendiam a ser ligeiramente mais bem remunerados do que os não migrantes.

### **3.5. Breves apontamentos sobre a economia do petróleo no Espírito Santo na atualidade: relatos, observações e levantamentos de campo**

Atualmente, a economia do petróleo e gás capixaba, assim como a brasileira, encontra-se em estágio completamente diferente se comparado com a década de 2000. A partir de 2016, vêm ocorrendo um processo contínuo de perda de predomínio estatal da produção petrolífera no estado, ampliando a participação do segmento privado internacional e local.

Tal retrospecto é abordado por Zanotelli e Ferreira (2021), que desvendam as políticas de cunho neoliberal adotadas nos últimos anos e que vêm culminando na venda de infraestrutura e diminuição da Petrobrás na produção carbonífera no estado.

Dentro desse contexto de enfraquecimento da Petrobrás, vem aumentando a participação de petroleiras do segmento privado de pequeno, médio e grande porte, com destaque para a BGM Petróleo, IPI Oil Exploração, Imetame Energia Ltda, Vipetro Petróleo S/A e Karavan Seacrest (OLIVEIRA, 2021).

Acompanhando todo esse contexto, nos últimos anos vem se intensificando o sucateamento de infraestrutura da Petrobrás, devido a diminuição de demanda pela produção. A exemplo disso, com a realização de trabalho de campo na Região Costeira Norte, foi possível observar diversas transformações em curso, desde processos de sucateamento de infraestrutura, início de operações das petroleiras privadas e novas contradições territoriais.

No que se refere ao sucateamento, se observa a inexistência de manutenção de infraestrutura da Petrobrás, ocorrendo um verdadeiro abandono das mesmas. Um dos casos que chamou a atenção durante o trabalho de campo, foi a estação satélite de Mariricu (Figura 5), em São Mateus, que não recebe manutenção desde 2016.

Muito do que se diz respeito ao processo de sucateamento está atrelado as mudanças organizacionais da Petrobrás nos últimos anos. Por exemplo, a implantação da norma interna da Petrobrás, N-2318, de novembro de 2016, estendeu em 5 anos o prazo para inspeção de tanques e afins, explicando o abandono e o descaso de certos equipamentos na Região Costeira Norte.

Vale destacar ainda, que esse processo de sucateamento de infraestrutura não ocorre apenas em decorrência das novas políticas adotadas na Petrobrás nos

últimos anos. Especificamente na Região Costeira Norte, as demandas de produção começaram a sofrer declínio logo após o início das explorações nos campos do pré-sal nas bacias de Campos e Santos, fazendo a empresa desconcentrar as forças na produção *onshore*.

Figura 5 - Infraestrutura abandonada próximo à Mariricu, região de Guriri - São Mateus-ES.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

A queda produtiva também afetou a infraestrutura de logística e transporte de óleo e gás no norte do estado, como por exemplo, o Terminal Aquaviário Norte Capixaba (TNC), gerido pela Transpetro, que vem caindo sua movimentação portuária desde de 2013 (SILVA, 2021).

Mesmo com a diminuição dos investimentos *onshore*, a Petrobrás iniciou a produção de 60 poços na região de São Mateus, sendo esses a concretização de contratos estabelecidos em 2014.

No entanto, conforme relato de campo, logo após o início das operações de novos poços em 2021, já no contexto das privatizações, a Petrobrás vendeu-os para

a Karavan Seacrest – sendo uma petroleira que também atua no ramo de investimentos e atualmente possui como diretor financeiro um ex-gerente da Petrobrás. A partir de 2019, esta empresa arrendou boa parte da infraestrutura e da produção de petróleo em São Mateus, como o caso da estação coletora (Figura 6).

Figura 6 - Estação coletora de petróleo arrendada pela Seacrest, em São Mateus-ES.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

Também tem ocorrido mudanças no quadro de trabalhadores do petróleo no norte do estado. De acordo com um líder sindical entrevistado em trabalho de campo, o número de trabalhadores na sede da Petrobrás em São Mateus vem diminuindo desde 2014, passando de aproximadamente 1000 para atuais 200 trabalhadores, sendo a maioria compostos por terceirizados – estima-se que apenas aproximadamente 30 trabalhadores são próprios.

Além disso, com o avanço da atuação de petroleiras privadas, o número de trabalhadores desse segmento também vem crescendo. Essa mudança pode está trazendo transformações significativas no perfil de trabalhadores do petróleo na região, como por exemplo, a modificação nos padrões de salário e de benefícios – como planos de saúde e descontos de mensalidade em educação para os filhos dos trabalhadores (algo que ocorre para o quadro de efetivos da Petrobrás).

Dentro desse processo de crescimento da atuação de empresas privadas na Região Costeira Norte, também é possível observar a entrada de empresas que são originais de outros ramos no setor petrolífero. Em Linhares, a Imetame se encaixa nessa categoria, sendo uma empresa capixaba que possuía como atividade foco o setor metalmeccânico e arrendou alguns campos de exploração que pertenciam à Petrobrás.

O que chama a atenção nesse caso é a eventual falta de *know-how* e certas dificuldades de ação em relação à eventuais questões que podem ocorrer dentro do processo produtivo do petróleo e do gás.

Em fevereiro de 2022, a título de exemplo, ocorreu um vazamento de óleo em Entre Rios, próximo a Regência – Região da Foz do Rio Doce em Linhares. A empresa apresentou dificuldades na ação de mitigação do problema ambiental. Mesmo após 3 meses do ocorrido, ainda era possível encontrar uma grande quantidade de óleo no local, conforme demonstra a figura 7.

Figura 7 - Área contaminada pelo vazamento de petróleo na região de Entre Rios, Regência – Linhares/ES.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2022).

Vale destacar que tal incidente afetou e mobilizou parte da comunidade local, já traumatizada por conta da contaminação do rio Doce por rejeitos de minério de ferro da Samarco.

Historicamente, as comunidades da foz do rio Doce também foram atingidas por outros impactos ambientais relacionados ao setor de petróleo. O exemplo mais marcante ocorreu na virada dos anos 80 para 90, onde um vazamento de gás fez com que um gasoduto, gerido pela Petrobrás na época, expelisse fogo durante 15 dias, bem próximo de casas em Areal – comunidade próxima de Regência. Mais recentemente, em 2009, também foi verificado vazamento de óleo no mar por um navio da Petrobrás, afetando a praia de Regência.

Conforme apresentado por Vargas (2021), a presença da indústria do petróleo na região da foz do rio Doce afetou o modo de vida das comunidades tradicionais, e mesmo impactadas por diversos incidentes, as pessoas receberam valores irrisórios de indenização. Além disso, vale destacar que a infraestrutura do petróleo também modificou as paisagens e sobrepôs os territórios tradicionais (SALDANHA, 2018), somando-se como elemento que traz grande complexidade espacial para a região.

Em relação ao vazamento de 2022, em conversa com os moradores locais, foi relatado por parte das pessoas a sensação de falta de preparo da petroleira capixaba na contenção do problema, que havia sido acentuado em decorrência da cheia do rio. Também foi verificado sentimento de insatisfação por parte de algumas pessoas, principalmente as ligadas com as causas ambientais, com a falta de transparência da empresa e ausência de ação do poder público.

Os ativistas ambientais locais, comentaram que a empresa criou diversos grupos de *WhatsApp*, separando-os de acordo com suas diferentes características (aqueles ligados as causas ambientais, os que possuíam algum familiar ocupado na empresa, etc.). Conforme foi relatado, acredita-se que tal iniciativa teve como princípio a desmobilização da comunidade por parte da empresa, além também, de “tentar vencer os ativistas com o cansaço” ao não dar respostas satisfatórias sobre o incidente.

Na tentativa de tentar compreender a assimilação das pessoas locais quanto a retirada da Petrobrás na localidade, foi perguntado: “se a Petrobrás ainda estivesse atuando na região, acredita que as ações seriam diferentes em relação ao vazamento?”. A resposta foi: “Acredito que se a Petrobras estivesse atuando a contenção do vazamento seria mais eficiente”.

Embora não seja o foco desse trabalho, demonstrar todas essas questões ajuda a compreender as transformações que vem ocorrendo no setor de petróleo no Espírito Santo – principalmente na diminuição do predomínio estatal e nos novos

fenômenos que emergem desse processo, que incluem novas relações entre o setor e a sociedade. Todo esse novo momento, será de fundamental relevância para as análises das trajetórias de vida dos trabalhadores (no último capítulo).

#### **4. QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO E MOBILIDADE**

Ao se deparar com uma população tão específica como a ocupada no ramo petrolífero no Espírito Santo, é possível pensar em distintas implicações relacionadas a ela. Dentre tais, é necessário destacar o caráter ligado à localização da produção que está diretamente associada com as regiões costeiras, seja no que tange ao segmento industrial, infraestrutura e prospecção, ou no segmento administrativo, técnico e científico associado com a UO-ES em Vitória.

Muito embora as atividades petrolíferas estejam concentradas nas regiões costeiras e metropolitana do Espírito Santo, o setor pode ser responsável por mobilizar trabalhadores de diferentes localidades, criando dinâmicas espaciais para além das áreas onde situam os estabelecimentos (ZANOTELLI et al., 2019).

Esses trabalhadores, conforme demonstrado anteriormente, passaram a ocupar, cada vez mais, profissões relacionadas com as áreas técnicas e científicas. Por isso, é necessário refletir o que isso significa no âmbito teórico, mais precisamente o que se entende como qualificação.

##### **4.1. Trabalho qualificado, técnica e espaço**

Com o intuito de debater teoricamente sobre as características do trabalho no segmento petrolífero, é necessário definir o que será entendido como trabalho qualificado. Isto não é necessariamente algo simples, pois, conforme ressaltado por Manfredi (1998), existe uma polissemia relacionada ao termo “qualificação”, com constantes ressignificações na medida em que se avança a história da sociedade capitalista.

Como ponto de partida para a reflexão, é possível recorrer a Manfredi (1998) que, ao pensar sobre o desenvolvimento da técnica, afirma que a gênese da ideia de qualificação surge dentro da própria divisão do trabalho e da separação entre o trabalho manual e trabalho intelectual, este último inserido no aspecto de domínio do capital sobre o conhecimento.

Embora haja tal noção de separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, vale ressaltar que “nenhum trabalho é tão completamente rotinizado que possa ser executado sem que se tenha alguma forma de organização conceptual. Da mesma forma, todo trabalho mental envolve alguma atividade corporal” (MANFREDI, 1998, p.7).

Mesmo realizando tal ponderação, é importante afirmar que a qualificação do trabalho é um elemento presente e já enraizado dentro da produção e reprodução social. Porém, Manfredi (1998) alerta que o conceito de qualificação pode apresentar tanto uma visão teórica negativa como uma visão positiva.

A visão negativa está muito baseada na leitura marxista do fenômeno. Segundo esta, as diferentes qualificações estão inseridas dentro do processo de alienação, fragmentação e punição da má qualidade do trabalho (MANFREDI, 1998).

Já na visão positiva, é considerado que o aumento da qualificação no trabalho possibilitaria uma apropriação transformadora do capital pelo trabalhador e a imposição de resistências e transgressões aos padrões instituídos pela produção (MANFREDI, 1998).

Silva (2005) vai além ao afirmar que qualificação do trabalho, dentro do contexto da modernização, tem como objetivo a alteração da capacidade cognitiva e da construção intelectual do trabalhador. Dessa forma, o trabalhador qualificado seria aquele capaz de transmitir conhecimentos e técnicas no exercício de sua ocupação.

Baseando-se em tal conceito, é viável pensar no papel desempenhado pela educação para a formação e preparação das pessoas para o mundo do trabalho. Silva (2003) demonstra, a partir de uma reflexão empírica da ação estatal do Brasil nos anos 90, a importância da construção de uma educação voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências dos trabalhadores, bem como, na adaptação dos mesmos frente ao avanço da técnica no processo produtivo.

Entretanto, Ferretti (2004) aponta que é errôneo considerar qualificação e competência no trabalho como sinônimos. Para o autor, a concepção de qualificação se divide em duas matrizes principais. A primeira está ligada ao desenvolvimento técnico-científico e as transformações das relações sociais de trabalho a partir daí. A segunda parte pensa a qualificação em sentido amplo, considerando-a como algo intrínseco à própria formação humana.

Porém, ambas vertentes possuem em comum uma base filosófica essencialista, ou seja, o predomínio da técnica para pensar a organização do trabalho, principalmente considerando o contexto taylorista-fordista, o que dá sentido para pensar numa divisão técnica do trabalho (FERRETTI, 2004).

Partindo para as análises discutidas na sociologia do trabalho, Dubar (1998) vem apresentar que a noção de qualificação, compreendida dentro do contexto

histórico da reorganização da divisão do trabalho alcançada no taylorismo-fordismo, se constituiu a partir do momento em que os postos de trabalho passaram a exigir aos operários especificações técnicas para o uso e manuseio do maquinário.

Indo além, Dubar (1998, p.4) reflete sobre as três diferentes compreensões sobre qualificação: francesa, alemã e japonesa. A primeira diz respeito a um modelo socioadministrativo, “no qual a qualificação é, ao mesmo tempo, fortemente determinada pela formação escolar, codificada administrativamente e gerenciada pelas empresas”. A segunda se refere ao modelo técnico profissional, onde a qualificação profissional é vista em caráter geral, indo além do local onde é exercido o trabalho, permitindo a instauração de uma continuidade profissional. A última considera o acúmulo de experiências de trabalho como resultado do rodízio de diferentes funções e tarefas, além disso, a qualificação é construída simultaneamente de forma interna na empresa e possibilita uma mobilidade qualificadora.

Também vale ressaltar a importância da qualificação como sinônimo de capital humano. De acordo com Manfredi (1998), esta linha defende a ideia de progresso do conhecimento com o intuito de solucionar a escassez de trabalhadores com habilidades-chave dentro de um contexto de modernização da economia. Em tal vertente, entende-se como trabalho qualificado aquele que integre experiência profissional e educação especializada. Nesse sentido, a educação também assume papel central para a reflexão, principalmente por ser considerada como um fator de acumulação de capital humano (MENEZES-FILHO, 2001).

Um dos principais precursores dessa noção, Schultz (1973, p. 53) define Capital Humano como algo inerente ao homem – e por isso é *humano*, ao mesmo tempo assume a ideia de “fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas” – e por isso é *capital*. Entretanto, o autor defende que o capital humano não deve ser compreendido como um elemento ativo, pois o mesmo não assume um caráter de mercadoria.

As formulações da teoria do capital humano, especialmente aquelas que possuem como origem a Escola de Chicago, apontam ainda que os investimentos em educação permitirão ao indivíduo a plena liberdade de ações no trabalho, sendo, ao mesmo tempo, uma substância inseparável da pessoa que a possui (SCHULTZ, 1973), tornando-se um investimento de baixíssimo ou quase inexistente risco.

Contrariando as ideias de Schultz sobre o capital humano, para Ospina (2015), os conhecimentos educacionais obtidos dentro do processo de qualificação, na verdade não são consumidos pelo trabalhador, mas sim vendida e consumida pelo mercado. Seguindo esta lógica, o trabalho continuaria sendo alienado, uma vez que necessitaria de uma economia estável para absorvê-lo, contrariando a ideia emancipadora que implicaria a relação educação e trabalho.

Desde esta perspectiva, la educación y la formación son consideradas como elementos que deben contribuir al logro de objetivos meramente económicos, sin importar sus efectos en la realización de los individuos y en el incremento de sus posibilidades de obtener mayores grados de libertad; sólo son importantes en la medida que contribuyen al cumplimiento de un fin económico, asimilándolas a las diferentes formas de inversión en máquinas y equipos señalada. (OSPINA, 2015, p.319)

Também pensando sobre educação, Frigotto (1989) irá afirmar que a teoria do capital humano é mantenedora do senso comum na medida que constrói uma ideia de que o investimento pessoal/educacional seria um instrumento de melhoria na distribuição de renda e equalização social.

Bruno (1996) vai além a respeito da crítica da visão emancipadora assumida pela qualificação dentro da perspectiva da teoria do Capital Humano. Para a autora a equalização social está mais associada com a dinâmica pautada pelo desenvolvimento capitalista do que com a formação em si dos trabalhadores.

Embora seja possível afirmar que o trabalhador não é necessariamente um agente passivo, uma vez que o capital também é uma construção social (BRUNO, 1996), é importante ressaltar que a teoria de capital humano reside no enfoque da ideia do *homo oeconomicus*<sup>12</sup> e na desconsideração das questões estruturais do mundo capitalista, sendo capaz de inviabilizar a prosperidade e o retorno financeiro do trabalhador que investiu em qualificação (FRIGOTTO, 1989).

Nas análises de Foucault (2008), a teoria do capital humano possibilitou ao neoliberalismo alcançar campos inexploráveis pela economia ou ainda transformar assuntos não-econômicos em econômicos. Em outras palavras, a economia passa a ser vista não como um conjunto de processos que estão relacionados a “coisas”, e sim, de uma análise do comportamento humano e a sua racionalidade.

Seguindo em suas análises, Foucault (2008), ao referir diretamente às formulações sobre qualificação do trabalho de Schultz, aponta que essa noção

---

<sup>12</sup> Em Foucault (2008), *homo oeconomicus* se traduz na ideia de que o trabalhador é empresário de si mesmo.

transmite uma ideia positiva de que o conhecimento agregado investido pelo trabalhador funcionaria como uma máquina inseparável dele próprio, onde a pessoa mais qualificada é capaz de gerar fluxos cada vez maiores de capital. Esta ideia,

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa de si mesmo (FOUCAULT, 2008, p.310).

Além da reflexão sobre a formação educacional do trabalhador, ou de sua qualificação em si, conforme foi descrito anteriormente, a técnica e o seu desenvolvimento, assume lugar de destaque na reflexão sobre o trabalho qualificado. Frigotto (1989) revela que o avanço técnico exigiu que a força de trabalho especializasse cada vez mais nos instrumentos e nos maquinários que visavam ampliar a produção.

Baseando-se nessa característica, Manfredi (1998, p.4) demonstra que a relação qualificação e técnica se articulam de forma bastante estreita, a partir das necessidades e demandas que são criadas com o desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, qualificação é vinculada em vários países do mundo, incluindo no Brasil, com a noção de “preparação de mão de obra especializada (ou semi-especializada), para fazer frente às demandas técnico-organizativas do mercado de trabalho formal”.

É importante aqui destacar o papel desenvolvido pela técnica, pois ela nos permite transportar o debate para o âmbito teórico da geografia. A exemplo disso, Milton Santos (2002) demonstrou que as inovações tecnológicas serviram para aumentar o poder de diversificação e mobilidade do homem, possibilitando a variação de sua natureza socialmente construída.

Mais adiante, Santos (2002) também introduz a noção de qualificação geográfica. A tese defendida pelo autor é que, com o avanço da globalização, os lugares passaram a condicionar a própria divisão do trabalho, possibilitando que forças transformadoras conduzem ações novas ou renovadas em objetos novos ou antigos.

Emergem assim, com base nos interesses do mercado e nas demandas das empresas, constantes arranjos e rearranjos da divisão do trabalho. Ao somar tal fator com o avanço da técnica é condicionado o surgimento de numerosas atividades particulares (SANTOS, 2002).

Em Santos (2002), é possível observar a importância da técnica como um elemento chave para construção do conceito de espaço geográfico. Nesse sentido, o espaço é compreendido

por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2002, p.63)

Outra característica importante para se destacar dentro da discussão teórica da geografia e que nos dá suporte ao pensar a relação entre espaço e técnica, é pensar na capacidade desse sistema de objetos e ações alcançar diferentes lugares do mundo. Isso se deve ao caráter de expansão da acumulação capitalista no espaço, que produz, por exemplo, uma especialização econômica das regiões e a criação de uma divisão territorial do trabalho (SMITH, 1988).

Com o intuito de enriquecer ainda mais esse debate, é possível recorrer à Henri Lefebvre (1974), que não apresenta o espaço como algo passivo, vazio ou como um simples produto pronto para ser trocado ou consumido dentro da lógica da produção capitalista, contrariamente, sua concepção demonstra que o espaço também intervém na própria produção. Por conseguinte, podemos sinalizar que a produção do espaço está atrelada com a organização das relações sociais no modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 1974).

É necessário apresentar todas essas características em relação ao espaço e como ele se produz, na medida em que todas essas questões potencialmente poderão intervir e modificar, direta ou indiretamente, a natureza do trabalho qualificado. Isso quer dizer que, na medida em que o espaço é produzido podem ser criadas ou destruídas necessidades de trabalho, isso porque as relações sociais laborais estão subordinadas à produção espacial (CAMACHO, 2010).

Porém, vale salientar (mais uma vez) que todo esse processo não é estático, pois a expansão da acumulação sempre demandará novas apropriações e reapropriações. Segundo Harvey (2005, p.62), “para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação”. Ao atingir novos espaços, observa-se novas configurações da divisão espacial ou territorial do trabalho, além de atenuar contradições, com destaque para a tendência de

igualização na produção, ao passo que ocorre diferenciação das áreas, conforme apresenta Neil Smith (1988) em seus escritos sobre o desenvolvimento desigual.

Apesar da expansão como *modus operandi* do capitalismo contemporâneo, bem como, suas consequências espaciais, David Harvey (2005) também apresenta que, embora esse processo tenda a prevalecer em todas as partes do mundo, ele possui limites, chegando ao ponto de não haver espaço restante para acumulação, levando a crises e estagnações.

Esse aspecto se torna relevante, pois há a tendência de se criar movimentos de reinvenções da forma como a produção age no espaço, o que pode afetar diretamente na necessidade (ou desnecessidade) de trabalhadores qualificados. A exemplo disso, Sandra Lencioni (2003) revela que há ascensão de uma nova forma de produção do espaço sendo pautado por meio da reestruturação produtiva.

Ainda de acordo com a autora, a reestruturação produtiva pode ser entendida “como uma estruturação nova que se impõe à antiga e, ao mesmo tempo, contém germes de um futuro. Pensado, portanto, como uma totalidade dialética e não sistêmica, em processo e não acabada” (LENCIONI, 2003, p.2).

É possível elencar que o processo de reestruturação produtiva emerge no seio da sociedade pós-industrial, onde grandes transformações são observadas, como a mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1979), portanto, os movimentos de flexibilizações, terceirizações e quarteirizações do trabalho e o aumento do consumo.

Todo esse retrospecto pode criar uma fluidez espacial cada vez maior do trabalho qualificado, o que tem implicação não apenas no local de trabalho, como também no local de residência e na mobilidade dos trabalhadores. Dessa forma, é possível pensar na mobilidade espacial da população que, conforme Cunha (2005), interage com dois aspectos importantes: o mercado de terras onde ocorre os meios de espoliação a partir da apropriação do solo urbano e o mercado de trabalho, onde ocorre a distribuição espacial das oportunidades e também sua dinâmica pode aferir no descompasso entre local de trabalho e local de moradia.

As questões da mobilidade populacional, pensando a população qualificada, assim como, a menos qualificada, são afetadas diretamente pela reestruturação produtiva. Para reforçar tal contexto, Lencioni (2003) afirma que a forma social da produção industrial não é mais a fábrica e sua forma espacial não é mais a cidade com seus limites demarcado de forma evidente a partir da concentração territorial da

indústria. Essa característica abre um leque para se pensar na dinâmica das oportunidades de emprego e nas localidades de habitação.

Esse fenômeno pode ser observado com base nos “casos de fusões de empresas, como também de intensificação da internacionalização e de ampliação dos mercados” (LENCIONI, 2003, p. 2-3), com destaque para expansão de características metropolitanas em cidades do interior.

Todo esse movimento de transformação, atinge os mais diversos fenômenos sociais, transformando-os igualmente, dentre os quais, a mobilidade da população. Baeninger, Demétrio e Demoniconi (2019) demonstram exatamente isto, ao observar os novos fluxos migratórios que se deslocaram de grandes centros de atração, como o caso da cidade de São Paulo, para outras regiões, como as cidades médias do interior paulista.

Portanto, a mobilidade se constitui como um elemento pertinente e por isso deve ser feita a análise de sua ocorrência. Tratando-se especificamente da população qualificada, a mobilidade – especialmente a migração, ganha ainda mais importância, na medida que essas pessoas tendem a conseguir se mover mais facilmente em decorrência da condição financeira desse grupo.

#### **4.2. Trabalho qualificado no Brasil: distribuição desigual de oportunidades e migração de pessoas qualificadas**

Partindo para o contexto brasileiro, Menezes-Filho (2001) aponta que a educação para a formação e aumento no incremento de profissionais qualificados ganhou maior expressão entre as décadas de 1960 e 1970, se associando com os processos de intensificação da industrialização.

Durante muito tempo o aumento do grau de escolaridade se traduzia em maiores ganhos salariais e estabilidade financeira, principalmente em períodos de expansão do mercado de trabalho. Entretanto, essa característica se restringia apenas a população com renda mais elevada (MENEZES-FILHO, 2001).

Nos anos 2000, porém, conforme demonstrado por Rodrigues et al. (2020), ocorreu no Brasil uma expansão e aumento do acesso ao ensino superior, elevando o quantitativo de população escolarizada. Além disso, também ocorreu boa inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho, por conta do momento econômico vivenciado pelo país entre 2004 a 2014 (ibidem).

No entanto, as mudanças ocorridas no Brasil a partir de 2013, com destaque para a crise política e econômica iniciada em 2015, desestabilizaram a inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho. Observou-se, nesse momento, aumento do contingente desses trabalhadores em empregos de menor qualificação (ibidem), criando um vácuo entre grau de instrução e o tipo de ocupação.

Além da conjuntura, também vale analisar espacialmente o mercado de trabalho qualificado do Brasil. Ao fazer tal análise, destaca-se certas disparidades regionais no que tange à densidade de ocupações qualificadas, apresentando maior presença na Região Sudeste – principalmente em São Paulo, e nas regiões metropolitanas. Para melhor compreender tal aspecto, é preciso retornar para a própria história da constituição do mercado de trabalho e da economia brasileira.

Já em seu nascimento, o mercado de trabalho apresentava como característica a distribuição regional desigual de vagas, isso porque a cafeicultura e o posterior processo de industrialização do século XX iniciado no estado de São Paulo, bem como, os empregos públicos no Rio de Janeiro, fizeram reter a maior parte das vagas de emprego na Região Sudeste do país (DEDECCA, 2005).

Tal característica está atrelada ao próprio desenvolvimento econômico do país que, até a segunda década do século XX, em sua fase primário-exportadora, se estabelecia de forma desintegrada, ou seja, as economias estaduais, principalmente São Paulo, participavam diretamente do mercado internacional, havendo pouca ou nenhuma troca econômica entre os estados (CANO, 1998).

Com o início da fase de substituições de importações e investimentos na indústria de base nos anos 30, o maior centro econômico do país passou a ser um grande comprador no mercado nacional, incentivando a abertura de empresas em diversas partes do território e iniciando um tímido processo de integração interestadual. No entanto, os efeitos da nova política econômica fizeram com que aumentasse ainda mais a centralização do desenvolvimento industrial no eixo Sudeste (ibidem).

Evidenciar esta centralização econômica do Sudeste, sobretudo em São Paulo, é necessária pois é a partir dela que se cria um mercado de trabalho cada vez mais especializado. Com isso, também é possível pensar no estabelecimento dessa porção territorial do Brasil como o maior polo tecnológico e inovador do país (MONTENEGRO; GONÇALVES; ALMEIDA, 2011).

O desenvolvimento dos polos tecnológicos e de inovação estabelecem essas localidades como centros de atração de força de trabalho qualificada. Nesse sentido, a migração passa a ser um fenômeno igualmente relevante para a reflexão (GONÇALVES *et al.*, 2012; SERRANO *et al.*, 2013).

Embora na escala nacional São Paulo se apresenta como local de destaque na concentração e atração da mão-de-obra qualificada, é igualmente pertinente considerar os demais centros urbanos que estão abaixo da Grande Metrópole Nacional<sup>13</sup> na hierarquia urbana. Assim sendo, atualmente também é possível pensar nas demais regiões metropolitanas como centros de atração de força de trabalho qualificada.

Podemos definir esses centros de atração como cidades ou regiões de economia complexa; portanto, são localidades que apresentam altos níveis de acesso à serviços e produtos, bem como, têm capital humano desenvolvido, grande capacidade tecnológica e conexões com outros lugares de economia complexa (OLIVEIRA; BALEMANS; LIMA, 2021).

Analisando mais a fundo a migração qualificada para localidades de economia complexa, a partir de variáveis como os diferentes níveis de especialização, sexo, idade e cor da pele, observa-se variabilidades dentro deste grupo. Por exemplo, com base no censo de 2010, Oliveira, Balemans e Lima (2021) demonstraram que a tendência de migração para uma cidade complexa era maior para a população com pós-graduação completa (mestrado e doutorado) do que para a população apenas graduada. Ou ainda, a probabilidade de migração era maior para a população qualificada mais jovem, do sexo feminino e de cor branca.

Um padrão parecido é apresentado por Serrano *et al.* (2013), indicando também maior probabilidade de migrar na medida em que ocorre aumento no grau de escolaridade. Isso pois

os indivíduos com este padrão educacional tendem a ter maior capacidade para empreender uma "aventura migratória". [...] Além de estes indivíduos possuírem maior possibilidade para disputar o mercado de trabalho na região de destino, sua condição socioeconômica permite também uma maior exposição ao risco do fracasso (SERRANO *et al.*, 2013, p.638-639).

Tais características da população de mais elevada qualificação suscitam o debate de que a migração pode assumir uma importante função de superação de

---

<sup>13</sup> Definição baseada na classificação das Regiões de Influência das Cidades (REGIC/IBGE) de 2018, sendo São Paulo considerada como a única Grande Metrópole Nacional.

restrições do mercado de trabalho, podendo servir ainda como estratégia familiar ou individual de tentativa deliberada de melhorar de vida (DE HAAS, 2010).

Também ganham importantes entonações no debate da mobilidade de pessoas qualificadas, as questões estruturais relativas, por exemplo, ao mercado de trabalho ou ao mercado de terras, e as questões conjunturais, ou seja, o momento político econômico vivenciado pelo país e que podem incentivar ou restringir a migração (DOTA, 2015).

Para sustentar a ideia da importância das questões estruturais e conjunturais para compreender a migração, Dota e Queiroz (2019) demonstraram que a crise instaurada no Brasil, a partir da década de 2010, afetou diretamente os fluxos migratórios de média e longa distância.

Em conjunto e associado com tais questões estruturais, também é necessário pensar a migração a partir das questões micro. Embora desafiador, enxergar a mobilidade a partir da interrelação e complementaridade de forças macro e micro é de fundamental necessidade para compreender esse fenômeno social.

#### **4.3. Curso de vida, trajetórias de vida, aspirações e capacidades em migrar**

Partindo para a reflexão da mobilidade espacial da população em nível micro, o texto adotará a reflexão a partir das teorias sobre o curso de vida, as trajetórias de vida e as teorias relacionadas a aspiração em migração. No que tange ao curso de vida, é importante apoiar no princípio que considera que ele é moldado de acordo com o contexto histórico e os lugares onde ocorrem as vivências (ELDER JR; JOHNSON; CROSNOE, 2003).

Alinhado ao contexto histórico e geográfico, outro importante ponto a ser considerado é o papel exercido pela dinâmica do mercado de trabalho nos cursos de vida. Para Heinz (2003), o mercado de trabalho é responsável não somente por constituir as trajetórias de trabalho, mas também as histórias de vida. No entanto, o autor alerta que as relações de agenciamento se estabelecem a partir das conjunturas históricas de cada momento, por isso é importante compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho no decorrer do último século e com o início do século atual. Dentre tais mudanças destacam-se os processos de êxodo rural e surgimento do agronegócio; aumento da exigência por escolarização; mudanças na indústria com a chegada de novas tecnologias da informação;

crescimento do desemprego estrutural (em alguns países); advento da globalização; e reorganizações e hierarquizações do trabalho (HEINZ, 2003).

Porém, não somente é necessário compreender a influência exercida pelo trabalho no curso de vida, mas também as questões de educação, sendo dois fatores de associação indispensável. Nesse sentido, segundo Pallas (2003), é importante considerar que a estrutura social pode influenciar as escolhas educacionais dos indivíduos, ao mesmo tempo que, as escolhas dos indivíduos podem moldar as estruturas nas quais são submetidos.

Além da importância de tratar sobre as questões de trabalho e escolaridade dentro das concepções teóricas sobre cursos de vida, é de excepcional necessidade tratar o olhar em que se é atribuído ao tema da migração dentro dessa perspectiva. Para isso, é possível recorrer a Jasso (2003), que aponta como o fenômeno migratório é enxergado nas pesquisas sobre cursos de vida a partir do contexto social, econômico, político e jurídico.

Embora muitas pesquisas sobre cursos de vida apontem para uma abordagem behaviorista (sócio comportamental) da migração, há dois conceitos essenciais abordados que podem auxiliar nas análises dos percursos de vida dos trabalhadores qualificados do petróleo no Espírito Santo. O primeiro conceito refere-se às Vidas Vinculadas (*“Linked-Lives”*), que considera a presença das redes sociais como um importante elemento para que ocorra a migração, sendo que tal elemento pode ser representado por algum ente familiar ou por alguém ligado às relações de trabalho, como um empregador. Outro conceito abordado é o Agenciamento (*“HumanAgency”*), em que se considera que o indivíduo adota a imigração como estratégia em busca de melhorias nas condições de vida (JASSO, 2003).

Para exemplificar a ideia do agenciamento, Clark e Lisowski (2018) apontam que as famílias tendem a avaliar as situações antes de migrar, não realizando o movimento apenas em extrema necessidade. Além disso, os autores também retomam a importância das grandes mudanças conjunturais e seu impacto nos cursos de vida também nas intenções de migração. Os autores revelam que para muitas pessoas a migração torna-se algo de extrema necessidade quando, por exemplo, ocorrem mudanças no emprego, seja por demissão ou admissão. No entanto, também é demonstrado que a família é uma variável determinante para a concretização do movimento, mesmo em casos como a busca por novas oportunidades de emprego (CLARK; LISOWSKI, 2018).

Cunha (2022, p.80) defende que, dentro dos estudos sobre mobilidade, o uso da noção de curso de vida é muito adequado para a compreensão da realidade social. Dentre as potencialidades, o autor aponta para a flexibilidade em pensar nas situações familiares, a leitura longitudinal da realidade e a “possibilidades de avaliar e relacionar comportamentos individuais”.

Para complementar a teoria do curso de vida, que aborda as mudanças que ocorrem em cada fase da vida de um indivíduo, quando transportamos o debate para as questões migratórias outro conceito emerge na reflexão: as trajetórias de vida. Para Hagerstrand (1969), as trajetórias de vida se estabelecem em três dimensões: espaço, tempo e os acontecimentos da vida – como casamento, entrada na faculdade, formatura, etc.

De forma muito próxima, Born (2001) conceituará trajetória de vida a partir do conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa.

Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico. A localização dos acontecimentos, a duração da existência e a sua situação no transcurso de uma vida são normalmente o resultado de informações que perpassam a população como, por exemplo, a idade média para casar, a idade média para ter o primeiro filho, duração do treinamento, idade de ingresso escolar, anos de escolaridade, idade para aposentadoria e assim por diante (BORN, 2001, p.243-244).

Hagerstrand (1969) também evidencia a importância das estruturas econômicas e das diferentes posições na organização social para a criação de distintos padrões nas trajetórias de vida das pessoas.

Embora apresentando um modelo que trata especificamente da realidade francesa, Courgeau e Lelièvre (2006) trazem importantes considerações, especialmente para ajudar a aprofundar a relação trajetórias de vida e família. Para os autores, as trajetórias de vida e as decisões de migrar ou ficar, são condicionadas de acordo com o perfil familiar, como por exemplo, se é apenas um casal, se é um casal com um filho, ou casal com mais de um filho, etc.

Quando se trata de migração, a família tende a avaliar as vantagens e os riscos em realizar o deslocamento, o que inclui a tendência de que um dos membros do casal perca o emprego ao migrar. Além disso, a chegada do primeiro filho pode modificar a trajetória do casal, pois, caso tenham condições financeiras, tendem a buscar habitações maiores (COURGEAU; LELIÈVRE, 2006).

Além das questões familiares, outro aspecto importante de se refletir ao pensar sobre os estudos migratórios na perspectiva micro, se refere ao estudo das capacidades, desejos e aspirações em migrar. Conforme sistematizado por Adão (2021), as aspirações referem-se a um potencial transformativo do movimento migratório, podendo gerar ou transformar os fluxos, enquanto que as capacidades condicionam e concretizam a ocorrência de tais aspirações.

Abordar a partir dessa perspectiva, embora evidencie o caráter de agenciamento (SANTOS et al., 2010), quebra a ideia de migração vista pela teoria microeconômica neoclássica ou pela teoria do capital humano, onde os movimentos migratórios são gerados a partir de escolhas racionais na busca por lugares com melhor custo e benefício de vida (COELHO; PEREIRA, 2016).

Conforme Carling e Collins (2018) os movimentos migratórios englobam aspectos que estão além do indivíduo racional e calculista. Outros aspectos devem ser levados em consideração, tais como as emoções e os sentimentos de pertencimento.

No entanto, vale salientar que embora esses aspectos ganhem relevância, as questões conjunturais e estruturais não devem ser descartadas ao se pensar em condicionantes de migração. A exemplo disso, vale recorrer a Dota e Queiroz (2019) que demonstraram como uma crise econômica (como a que atingiu o Brasil a partir da década de 2010) pode criar novas dinâmicas aos movimentos migratórios. Esse estudo demonstra a relevância de continuar a considerar os aspectos econômicos na reflexão migratória (ADÃO, 2021) e ajuda a demonstrar a importância das questões estruturais dentro das reflexões sobre migração.

Ao englobar todos esses elementos, ou condicionantes de migração, é possível pensar de forma mais aprofundada nas aspirações dos indivíduos em mover-se. Segundo De Haas (2021), as motivações em migrar estão atreladas à fatores sociais e as percepções subjetivas sobre a vida em outro lugar, que se associam com as questões culturais, educacionais, identitárias e com as informações e imagens em que as pessoas são expostas.

Em contrapartida, baseando-se em todos os elementos apresentados até aqui, vale ressaltar que aspirações também validam a reflexão da não-mobilidade. Isso quer dizer que, assim como os condicionantes atuam para que as pessoas aspirem em migrar, o mesmo é válido para pensar na aspiração pela imobilidade.

Atuando em conjunto com as aspirações, Carling (2002) também irá apresentar o conceito de capacidade (ability) que corresponde ao grau de superação de cada indivíduo aos custos e riscos em migrar. Pessoas com maior capacidade de migração são aquelas capazes de superar as barreiras impostas ao movimento. Carling (2002) evidencia ainda que a capacidade pode ser afetada por variáveis como sexo, idade, histórico familiar, status social e econômico.

De Haas (2021) aprofunda essa ideia levando-a para o debate ligado as questões estruturais. Nesse sentido, o autor irá abordar sobre as liberdades positiva e negativa. A liberdade negativa refere-se à ausência de restrições, barreiras ou obstáculos impostos às pessoas por forças políticas, governamentais, ou relacionadas com situações de opressão, violência ou guerra. Por outro lado, a liberdade positiva tem ligação com a capacidade dos indivíduos de assumir o controle das decisões de suas vidas e de melhorar suas escolhas.

Exemplificando tais definições, uma pessoa em situação econômica desfavorável, mesmo gozando ampla liberdade negativa, ou seja, não sofrendo restrições impostas por forças maiores, não poderá usufruir de uma liberdade genuína, na medida em que falta liberdade positiva (DE HAAS, 2021).

From this perspective, the absence of external constraint (negative liberty) is not a sufficient condition for people to exert migratory agency, because they need a certain degree of 'positive liberty' that will enable them to enjoy genuine mobility freedom – which implies a real choice about where to live. For instance, governments may grant nominal freedom of movement but poor people may still lack positive liberty in the form of capabilities and access to resources that would enable them to actually use such negative liberty<sup>14</sup> (DE HAAS, 2021, p.24).

O modelo proposto por De Haas (2021) pretende ampliar o entendimento do modelo de Carling (2002), onde eram apresentados quatro tipologias de aspirações e capacidades de migrar: I – a primeira considera uma situação de alta aspiração e baixa capacidade, tendo como resultado uma imobilidade involuntária; II – numa outra categorização se pensa em indivíduos com baixa capacidade e baixa aspiração, onde se observaria uma imobilidade consentida; III – em situações de alta

---

<sup>14</sup> Dentro desta perspectiva, a ausência de constrangimentos externos (liberdade negativa) não é condição suficiente para exercer agenciamento migratório, porque é necessário um certo grau de 'liberdade positiva' para que haja uma genuína liberdade para mover-se – na qual implica em uma real escolha sobre onde viver. Por exemplo, governos podem permitir liberdade nominal de movimento, no entanto, as pessoas pobres ainda podem carecer de liberdade positiva, inviabilizando o acesso aos recursos necessários para usufruírem de suas liberdades negativas (DE HAAS, 2021, tradução nossa).

capacidade e alta aspiração se observaria uma mobilidade voluntária, conforme o autor, categorização que abrange ou mais variáveis tipos de migração; IV – por fim, num quadro de baixa aspiração e alta capacidade, se enxerga uma imobilidade voluntária ou uma mobilidade involuntária.

Já nas quatro tipologias traçadas por De Haas (2021), sistematiza-se: *a* – quando há a situação de baixa liberdade negativa e baixa liberdade positiva se observa o caso de migração precária, ou seja, gera movimentos de curta distância relacionadas à pessoas de baixa renda ou vulneráveis; *b* – em situações de alta liberdade negativa e baixa liberdade positiva se observaria se observaria uma migração guiada pela melhoria nas condições de vida, relacionando-se com redes de migração e agrupamento de recursos familiares; *c* – quando há alta liberdade positiva e baixa liberdade negativa, presencia-se uma “migração de socorro<sup>15</sup>”, portanto, aquele movimento que se relaciona com a privação da liberdade por forças maiores sem opção de permanência, como por exemplo refugiados que têm suas vidas ameaçadas mas que possuem recursos para migração; *d* – a última categorização considera a alta liberdade positiva e negativa, nesse caso ocorre uma migração livre, associando-se com uma mobilidade plena e com um perfil de pessoas com alta qualificação e renda.

É com base nesse arcabouço teórico que se pretende investigar e refletir sobre as trajetórias de vida dos trabalhadores do petróleo que residem no Espírito Santo, considerando as capacidades e aspirações, ao longo do curso de vida, de migrar ou não migrar, sempre levando em considerações as questões conjunturais e estruturais – principalmente considerando a dinâmica econômica e do mercado de trabalho.

---

<sup>15</sup> Tradução direta do conceito “Distress Migration” – De Haas (2021).

## 5. AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS TRABALHADORES DO PETRÓLEO NO ESPÍRITO SANTO

A busca pelo entendimento e aprofundamento a respeito das questões migratórias relacionadas com trabalhadores do petróleo, levaram esta pesquisa para a reflexão qualitativa a partir de relatos sobre as trajetórias de vida dos trabalhadores.

No entanto, antes de aprofundar em tais trajetórias, é importante conhecer as características sociodemográficas dos participantes das entrevistas<sup>16</sup>, comparando-as com os dados gerais da população ocupada no setor de petróleo no Espírito Santo a partir do censo de 2010 e da RAIS de 2019.

De modo geral, as características dos entrevistados são muito próximas das características demonstradas pelas fontes secundárias, principalmente os dados do mercado de trabalho formal de 2019.

A exemplo disso, verificou-se que a média de idade dos participantes da pesquisa qualitativa era de 40,1 anos, enquanto que a média de idade apresentada pela RAIS 2019 foi de 40,79 anos, e a apresentada nos dados censitários foi de 36,02. Evidentemente, é necessário considerar que a distância do último censo é de 12 anos, o que pode representar maior envelhecimento dos trabalhadores do petróleo.

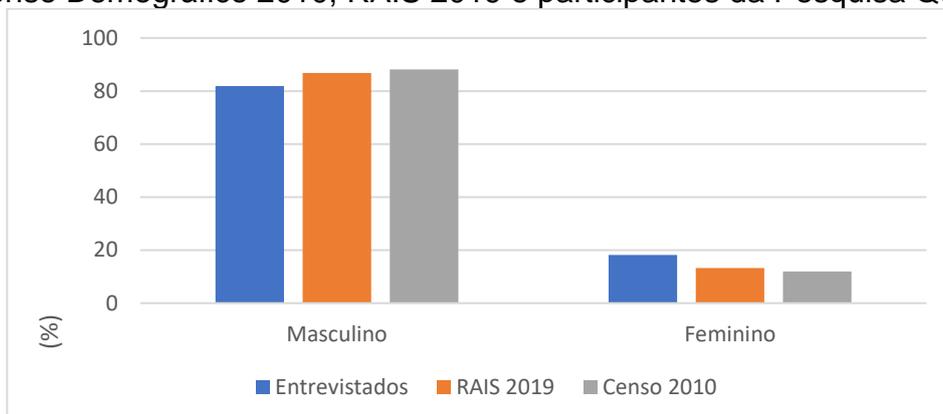
No que se refere ao sexo dos trabalhadores, os dados revelam que as características dos entrevistados são igualmente muito próximas das apresentadas pelas outras fontes de dados. De modo geral, o trabalho no setor petrolífero é muito masculinizado, sendo uma proporção de mais de 80% do sexo masculino em relação ao feminino que apresenta proporção abaixo de 20%, conforme o gráfico 9.

Outra confluência importante tem relação com o estado civil. Nesse quesito, se observa que a maioria são casados, embora que o censo de 2010 tenha verificado um número importante de solteiros, sendo que nenhum dos entrevistados da pesquisa qualitativa eram solteiros (gráfico 10).

---

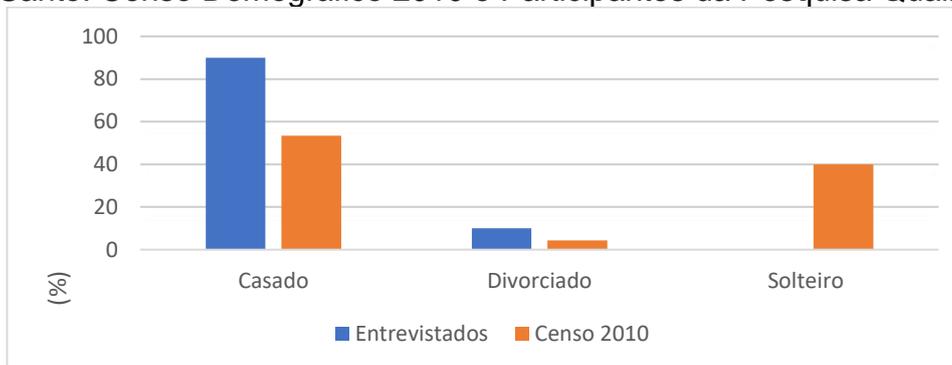
<sup>16</sup> Conforme demonstrado na metodologia, dois participantes das entrevistas não puderam responder o questionário sociodemográfico, nesse sentido, os resultados apresentados são oriundos de 10 questionários.

Gráfico 9 - Sexo dos Trabalhadores do Setor de Petróleo e Gás no Espírito Santo: Censo Demográfico 2010, RAIS 2019 e participantes da Pesquisa Qualitativa.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010; RAIS 2019 e Dados Primários. Adaptado pelo autor.

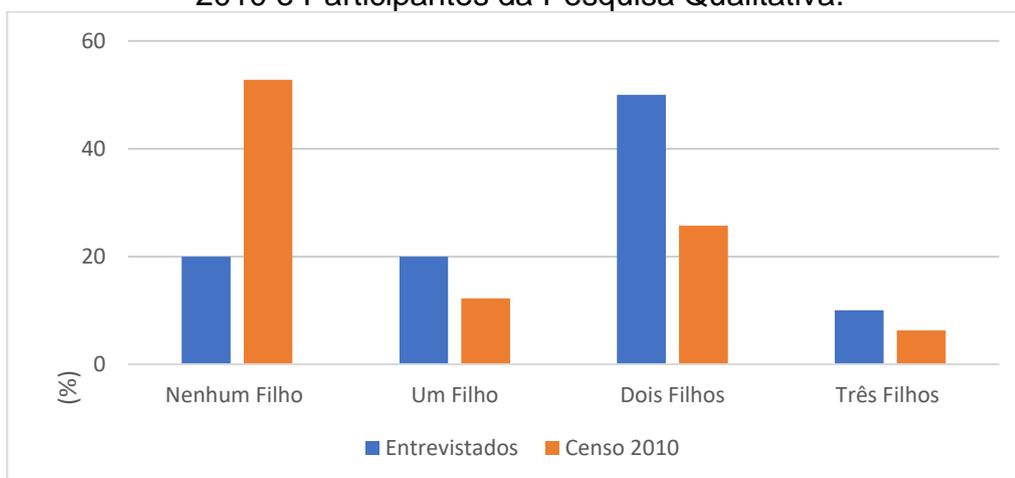
Gráfico 10 - Estado Civil dos Trabalhadores do Setor de Petróleo e Gás no Espírito Santo: Censo Demográfico 2010 e Participantes da Pesquisa Qualitativa.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 e Dados Primários. Adaptado pelo autor.

A maior discrepância na comparação dos dados, foi verificada na variável sobre o número de filhos. Nos dados censitários de 2010 a maioria dos trabalhadores não possuíam filhos, enquanto que a maioria dos entrevistados possuíam dois filhos (gráfico 11). Além do número amostral dos entrevistados ser muito pequeno, vale ponderar que em 12 anos é possível que tenha ocorrido mudanças significativas nas estruturas familiares de pessoas ocupadas no setor de petróleo que inclui a chegada de filhos, algo que só poderá ser averiguado quando os resultados do censo demográfico de 2022 forem divulgados.

Gráfico 11 - Número de filhos dos Trabalhadores do Petróleo: Censo Demográfico 2010 e Participantes da Pesquisa Qualitativa.

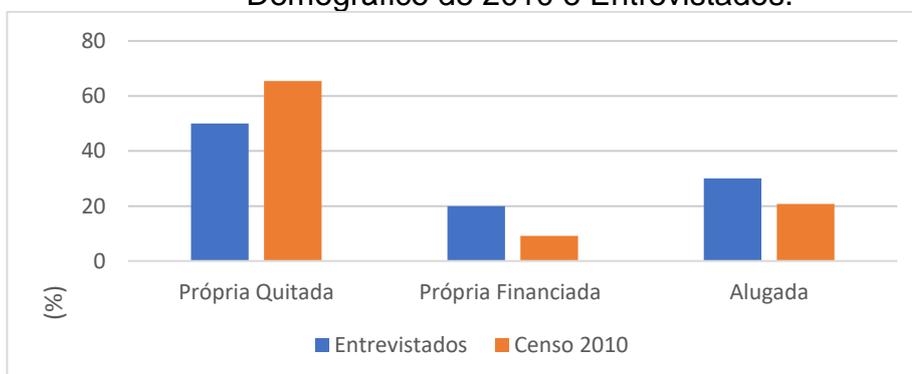


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 e Dados Primários. Adaptado pelo autor.

Por fim, os dados de condição de moradia também demonstraram boa confluência entre as respostas dos entrevistados com o que foi auferido no último censo. A maioria dos trabalhadores responderam que residem em domicílios próprios já quitados, seguido por aqueles que residem em domicílio alugado e próprio financiado (gráfico 12).

Embora o intuito desse capítulo seja aprofundar em uma análise qualitativa, foi possível observar que as pessoas que se prontificaram em participar das entrevistas são muito representativas dentro do segmento populacional de trabalhadores ocupados no setor petrolífero no Espírito Santo.

Gráfico 12 - Condição de Moradia dos Trabalhadores do Petróleo: Censo Demográfico de 2010 e Entrevistados.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010 e Dados Primários. Adaptado pelo autor.

## 5.1. Infância e adolescência

Quando se pensa na migração nos primeiros estágios do curso de vida – entre zero a dezoito anos, a mobilidade ou imobilidade possui ligação intrínseca com a dinâmica familiar, portanto, sua ocorrência se relaciona diretamente com as decisões e estratégias familiares.

A literatura comprova isso, uma vez que demonstra que as tendências de migração nessa fase da vida se apresentam em uma relação de dependência ou como um caráter de apêndice dentro dos núcleos familiares (NORÕES, 2021). Embora agentes eventualmente passivos, Courgeu e Lelièvre (2006) demonstram que a chegada dos filhos pode se tornar motivação para migração dentro da estratégia familiar.

Em relação aos trabalhadores do petróleo entrevistados na pesquisa, entre aqueles que migraram nos primeiros 18 anos de vida, é possível separá-los em dois segmentos principais. O primeiro é composto por aqueles que moveram-se na infância e tal movimento possui relação direta com as decisões familiares, principalmente motivadas por busca de emprego e aumento de renda dos pais, como é possível observar no relato:

Nasci em Ponte Nova, Minas Gerais. Mas meu pai recebeu uma promoção e nos mudamos para Itabirito, também em Minas Gerais, quando eu tinha 6 anos. Me considero Itabiritense, e essa mudança, foi benéfica à família porque o mesmo foi promovido e para uma cidade com melhores condições de emprego e educação.

Ainda sobre aqueles que migraram na infância, fatores relacionados com modificação da estrutura familiar também foram possíveis de serem reconhecidos a partir dos relatos. Um bom exemplo foi a migração ocorrida a partir da separação dos pais ou com a morte de algum integrante da família.

Nasci em Lúna (interior do Espírito Santo), vivi pouco tempo, depois fui para Vila Velha, onde fiquei até uns 7 ou 8 anos de idade, retornei para Lúna com a separação dos meus pais, junto com meu pai, pois ele ficou com a guarda (eu e mais dois irmãos). Na volta para Lúna fiquei até os 11 anos, pois em seguida retornei para Vila Velha para morar com minha mãe novamente, onde permaneci até os 28 anos.

O segundo segmento dos que migraram na fase inicial da vida, são compostos por aqueles que realizaram o movimento no final da adolescência, entre os 17 e 18 anos. Tal migração já tendia a ocorrer de forma solitária e relacionada com entrada na educação superior.

Por outro lado, muitos dos entrevistados não realizaram nenhum movimento migratório. Esse aspecto torna-se importante pois indica um maior enraizamento dessas pessoas ao local de origem. Em outras palavras, ao longo da trajetória de vida esses trabalhadores tenderam a buscar uma migração de retorno ou tornaram-se motivados a não migrar.

No entanto, é importante salientar que esse processo de enraizamento não ocorre exclusivamente entre os trabalhadores nascidos no estado, pois, também foi possível observá-lo em trabalhadores que nasceram em outra unidade federativa e migraram para o Espírito Santo ainda como adulto jovem (nas faixas etárias de 19 a 25 anos), seja para trabalhar no setor de petróleo ou não. A constituição de família nesses casos foi um acontecimento de fundamental importância para a construção de vínculo nos lugares.

Vale destacar que esse aspecto será de grande relevância para refletir sobre potenciais migrações relacionadas com questões estruturais ao decorrer das trajetórias de vida dos trabalhadores. Isso porque, ao decorrer do capítulo será demonstrado que as mudanças das políticas da Petrobrás geraram temor de migração aos participantes.

## **5.2. Educação e qualificação**

No prosseguimento das trajetórias de vida, chega o momento em que as pessoas começam a se aproximar do setor petrolífero. Isso porque, como demonstrado no decorrer dessa dissertação, esse segmento da economia, dada a complexidade das atividades, exige um amplo contingente de força de trabalho qualificada.

Além desse início de aproximação, é no momento da vida em que as pessoas buscam o prosseguimento de seus estudos que ocorre mudanças significativas dentro dos vínculos familiares. A migração nesse contexto, como visto a partir das entrevistas, também ganha novos contornos, pois é nessa fase do curso de vida que passa a prevalecer os movimentos individuais.

Embora a migração passe a ocorrer de forma individualizada, é necessário ponderar que o sujeito migrante ainda tende a apresentar uma relação de dependência dentro do vínculo familiar, principalmente ao considerar as questões financeiras. Além disso, ao concluir um curso superior, é possível que ocorra um

movimento de retorno ao local de residência da família, na medida que pode haver um hiato entre a formatura e a inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante de se destacar nas trajetórias de vida daqueles que possuíam como maior qualificação um curso superior e/ou uma pós-graduação, a mobilidade para estudo ocorreu em espaços maiores, onde as distâncias dos movimentos migratórios alcançaram diferentes estados do Brasil. Esses aspectos são revelados a partir do relato:

Foi na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), (onde) eu fiz o curso de engenharia sanitária e ambiental, iniciando no ano de 2005. Quando eu concluí a faculdade eu fui para Curitiba, porque meus pais estavam morando lá. Trabalhei 2 meses numa empresa, depois mais 3 meses em outra, trabalhei na prefeitura também. Porém, logo me chamaram para o concurso que tinha feito em Brasília, pelo Ministério do Meio Ambiente, isto em 2012, então aproveitei que estava lá e entrei para o mestrado em economia do meio ambiente na UNB, conclui em 2014.

As trajetórias dos trabalhadores que possuíam curso superior também chamam a atenção por outra razão: a inexistência da intenção de trabalhar especificamente no setor de petróleo no momento da escolha do curso. Em alguns casos, o petróleo seria apenas uma das possibilidades, dentre várias. Nessas circunstâncias, o que levou estes trabalhadores ao setor petrolífero foi a aprovação em concurso público. Quando perguntado para um trabalhador se ele já havia intenção de trabalhar no setor de petróleo ao escolher o curso mais elevado, a resposta foi:

Não. Eu sou filho de pais analfabetos, o meu pai era dono de bar e a minha mãe era a cozinheira do bar e essa é a minha origem, então eu decidi fazer física porque eu queria ser professor, já tinha essa experiência em sala de aula por longa data pois já havia estudado em colégios particulares, sempre gostei de estudar e queria enveredar para ser professor. Durante a graduação os meus colegas me convenceram que eu deveria fazer o bacharel antes da licenciatura e fui na "onda" deles e fiz o bacharel. Como eu tinha vontade de ser professor e já ministrava aulas na época fiz q licenciatura por conta disso. Em 2010 apareceu esse concurso e eu nem queria fazer porque eu fazia física para ser professor e possivelmente além das aulas do ensino médio eu iria tentar enveredar para a área acadêmica, essa era a minha vontade, mas apareceu esse concurso que não pagava mal, eu fui fazer o concurso e acabei sendo aprovado, eram nove vagas que foram estendidas até o cadastro de reservas número 45, se eu não me engano eu fui o 29° em uma prova que tinha como critério de eliminação 60% de acertos, eu fiz em média 65% de acertos e até os 45 todo mundo passou de 60%, não foram muitas pessoas que fizeram acima de 60 essa prova foi considerada difícil. Interessante que pensei em não ir, porém meus colegas da escola me incentivaram a pegar.

Em relato de outro trabalhador:

Não, o meu objetivo inicial era conseguir fazer o curso técnico para sobreviver, e como me interessei eu fiz o curso superior na área de contabilidade, mas nunca pensei em trabalhar na área do petróleo, eu fui levado por um anúncio de um estágio na faculdade que eu fazia na época.

Essa relação é diferente nas trajetórias dos trabalhadores que possuem curso técnico como maior formação, isso porque eles já possuíam a intenção de trabalhar com o petróleo e gás ao escolher o curso. Um relato que chamou a atenção foi de um profissional que se interessou a fazer um curso técnico quando trabalhava como terceirizado da Petrobrás.

Comecei a trabalhar como terceirizado da Petrobrás em meados dos anos 2000, eu era motorista na empresa Vix. Iniciei o curso técnico em segurança do trabalho em 2008, quando eu tinha 37 anos, finalizei em 2010 com meus 39 anos de idade. Minha ideia de fazer o curso foi justamente para tentar uma vaga na Petrobrás.

Também é importante citar as questões envolvendo os vínculos sociais que são construídos ao longo das trajetórias de vida. Isso quer dizer que os trabalhadores podem adotar uma decisão a partir de aconselhamento de colegas ou de pessoas mais próximas no trabalho.

Associado a isso, já identificando a influência das questões estruturais e conjunturais na vida das pessoas, o final dos anos 2000 representa um importante marco nas trajetórias de muitos trabalhadores devido as altas expectativas geradas pelas descobertas dos reservatórios no pré-sal. Tal alvoroço serviu de incentivo para muitos iniciarem uma caminhada rumo ao setor de petróleo e gás.

A respeito desse aspecto, em um dos relatos, o trabalhador informou que teve percepção que seria demitido quando trabalhava no porto da Vale após o início da crise financeira mundial (crise do *subprime*) iniciada em 2008. Ao mesmo tempo foi incentivado por um colega a entrar no segmento de petróleo. Também especificamente sobre a trajetória desse trabalhador, a possibilidade de retornar para cidade natal foi algo de muita importância na decisão de buscar qualificação necessária para conseguir emprego no petróleo, levando em conta fundamentalmente a mobilidade quinzenal que algumas ocupações apresentam (algo que será melhor aprofundado no decorrer desse capítulo).

Trabalhei no porto (da Vale) por 7 anos, até que em 2008, quando começou a época de crise, acabei sendo desligado da empresa junto com outros colegas. Um pouco tempo antes, um outro colega havia solicitado desligamento da empresa para trabalhar com o setor de petróleo, me fazendo despertar o interesse pelo setor petrolífero. Além disso, na época que trabalhava no porto, não me sentia muito satisfeito com o local em que morava - embora gostasse de Vila Velha, eu tinha o sonho de voltar para

minha terra natal. Então em pensei, se eu conseguir trabalhar embarcado poderei morar aonde quiser, pois são 15 dias em casa e 15 dias no trabalho. A partir desse momento comecei a fazer alguns cursos para trabalhar na área de petróleo, no primeiro momento eram cursos mandatórios, ou seja, para trabalhar na área era obrigatório fazer, como: CBSP (salvagem), Huet, espaço confinado, trabalho em altura.

Em seguida, foi perguntado para esse mesmo entrevistado em que época iniciou esses cursos. A resposta foi:

Mais ou menos em 2010, nessa época que também comecei a procurar o setor petrolífero e consegui atuar. No início entrei como assistente de operador, uma vez que é muito difícil entrar como operador direto – no caso da minha área que é operador de guindaste. A concorrência no processo de seleção é muito forte, pois você encontra com profissionais de até 10 anos de experiência na área. Tanto é que fui orientado na época a concorrer a vaga de assistente de operador, o que foi minha porta de entrada.

Durante as entrevistas, a partir das perguntas sobre educação e qualificação, muitos trabalhadores demonstraram que nesse momento da vida a realização de concursos públicos em busca de uma maior estabilidade financeira se tornaria uma obsessão. Inclusive, alguns desses trabalhadores haviam conseguido a aprovação em concursos em diferentes áreas.

Quando iniciei meu curso (técnico) e terminei, eu era concursado dos Correios. Iniciei meu curso como carteiro e terminei como carteiro. Assim que eu me formei no Cefetes (atual Ifes) tive que sair dos Correios por causa do estágio que eu fazia na CST, isso foi de 2003 até 2004. Em 2006 teve um concurso da Transpetro na qual me interessei, acabei fazendo a prova e conseqüentemente passei nela e em 2008 eles me chamaram.

Ao longo das trajetórias de vida, pensar na estabilidade financeira torna-se central na reflexão sobre a mobilidade e imobilidade espacial dos trabalhadores do petróleo, especialmente aqueles vinculados com a Petrobrás ou com suas subsidiárias. Esse assunto pode assumir diferentes sentidos, como: o desejo de conquista-la ou receio de perde-la, entre outras ressignificações que podem emergir em diferentes conjunturas. Tais questões serão retomadas na última parte do capítulo.

### **5.3. Trabalho, migração e mobilidade pendular**

A mobilidade dos trabalhadores do petróleo pode ser considerada fluída, assim como o óleo que é explorado nas bacias sedimentares. Essa afirmação é construída a partir da análise de todas as trajetórias de vida coletadas por esta pesquisa.

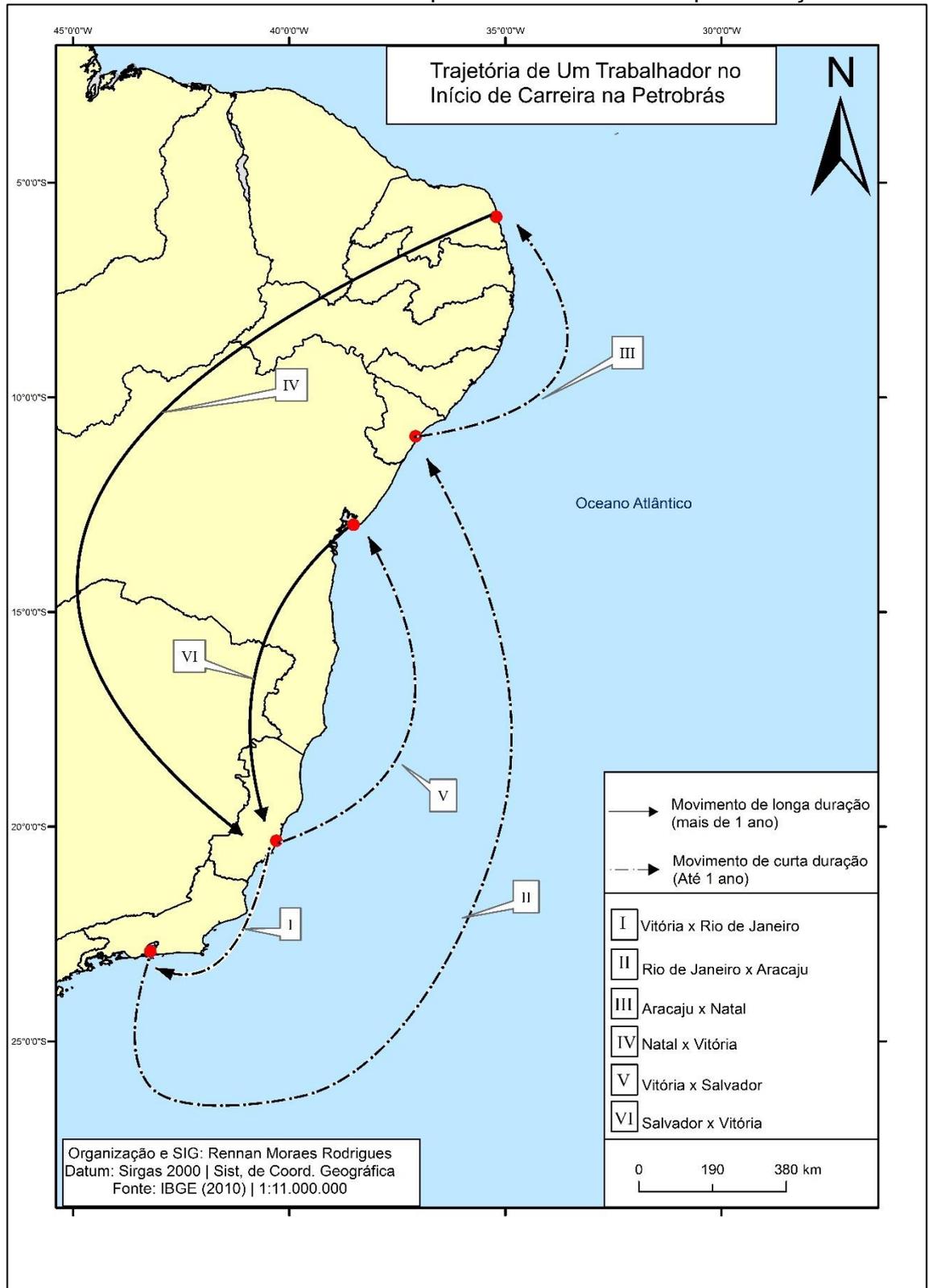
Especialmente no início das carreiras, assim que ocorre a aprovação no concurso – para os empregados da Petrobrás, os trabalhadores se tornam muito móveis. Pode ocorrer migração permanente, relacionada com o local onde são lotados, ou movimentos de curta duração, relacionada com os processos de treinamento.

No meu concurso eu fui chamado no dia 2 de setembro de 2010, fiquei nove meses no Rio de Janeiro, fiquei lá até maio, depois eu fui fazer o estágio de processamento em Sergipe e fiquei mais um mês. Depois fiquei 15 dias no Rio Grande do Norte por conta do embarque da equipe sísmica em julho, retornamos e eu fui lotado no Espírito Santo. Me apresentei em julho, ainda no final de julho eu estava me apresentando e na época o setor de geofísica ficava no CT6 na engenharia (UFES) e ali me apresentei para a Petrobrás, isso tudo no ano de 2011. Trabalhei no ano de 2011, ano de 2012 e se não me engano em 2013 e eu fui para outra parte do curso de formação, o anterior que eu fiz em 2011 é chamado de curso introdutório e que também é eliminatório, em 2013 eu fiz o curso avançado de geofísica que faz parte da sistematização de treinamentos para esse cargo que eu exerço fiquei seis meses na Bahia, em Salvador o curso foi todo lá. Retornei e sigo por aqui até hoje.

O mapa 7 representa exatamente essa mobilidade relacionada ao início da carreira no setor de petróleo. Os movimentos demonstrados são de curta duração, não implicando necessariamente na troca de residência. Diferente da maioria dos entrevistados, no caso dessa trajetória, o trabalhador (que é capixaba) ao ser aprovado no concurso da Petrobrás, consegue ser lotado em Vitória. O interessante é que tal especificidade não exclui movimentações espaciais, sendo que o trabalhador necessitou passar temporadas no Rio de Janeiro, Aracaju, Natal e Salvador para a realização de treinamentos e especializações.

Como também no exposto pelo relato anterior, o recorte temporal compreendido entre meados dos anos 2000 até a virada para a década de 2010 é marcante para a trajetória de vida dos trabalhadores, dada a conjuntura de alta nos preços de commodities (BLACK, 2015) e na ampliação dos investimentos (produção, infraestrutura e pesquisa) da Petrobrás, que criou uma ascendente demanda por trabalho no qual culminou na abertura de novos concursos públicos.

Mapa 7 - Exemplo de Trajetória de Vida de um Trabalhador em Início de Carreira no Setor de Petróleo e Gás: Movimentos para Treinamento e Especialização.



Elaborado pelo autor.

Durante esse período de prosperidade, a visão dos entrevistados em relação à Petrobrás era extremamente positiva, sendo reconhecida por eles como um emprego de boa remuneração, com bons ganhos em benefícios e crescimento na carreira profissional.

A Petrobrás é vista como uma empresa muito boa para trabalhar, por vários anos foi primeiro lugar na pesquisa que é feita para saber a empresa dos sonhos dos jovens. Também tem a questão da remuneração e dos benefícios, que para a área de meio ambiente se torna algo muito atrativo no mercado. Além disso, eu tinha uma ideia de desenvolvimento profissional, de desafio e crescimento na carreira. Então essas coisas em conjunto me motivaram a fazer o concurso.

Essa assimilação positiva do trabalho na Petrobrás também é vista por aqueles que trabalham em empresas privadas do setor petrolífero. Em relação a um dos entrevistados da pesquisa, embora positivasse o trabalho na estatal, relatou que não se sentia com a qualificação suficiente para prestar o concurso. Ao ser questionado pelo motivo da resposta:

Pelo fato de não ter qualificação e preparo suficiente para isso, sei que tem a estabilidade, porém eu não tenho a formação suficiente para isso. Eu acho que não conseguiria passar numa prova dessa, mas que é muito bom é. Os trabalhadores da Petrobrás não possuem os melhores salários da bacia, porém tem a estabilidade no emprego e ganham muitos benefícios.

Sobretudo durante esse período de prosperidade e abertura de oportunidades de emprego via concurso público, é que a migração se torna um elemento de importante reflexão. Nesse sentido, o trabalho no setor pode acrescer as aspirações das pessoas em mover-se. Assim, o petróleo pode ser visto como um motivador de migração.

Em outro momento, quando foi trabalhado com migração de pessoas que estavam ocupadas no setor de petróleo e gás no Espírito Santo (RODRIGUES, 2019), a partir de dados dos censos demográficos, se esbarrava em uma grande limitação das variáveis: não era possível afirmar que aquelas pessoas migravam por conta do emprego no setor petrolífero.

A partir das entrevistas para pesquisa qualitativa, foi possível responder a esta limitação apresentada pelos dados quantitativos. Com base em todos os relatos, é possível afirmar que o motivo central da migração foi para trabalhar com o petróleo.

Entrei na Petrobrás em setembro de 2010 e trabalho em Anchieta no sul do Estado na UTG Sul (Anchieta-ES) e sim migrei principalmente por conta do trabalho, porque eu morava em Minas Gerais.

Em outro relato:

Eu vim para cá quando passei no concurso nacional, fiz para o complexo da Bacia de Campos, e aí eu vim para trabalhar no Terminal de Regência (Linhares-ES).

A partir do momento em que o trabalhador assume sua vaga no setor petrolífero, as questões envolvendo migração ganham novos contornos. Considerando aquelas pessoas nascidas no Espírito Santo ou que migraram na juventude, se estabeleceram e criaram vínculo no estado, foi possível observar a tentativa de retorno para os locais de origem.

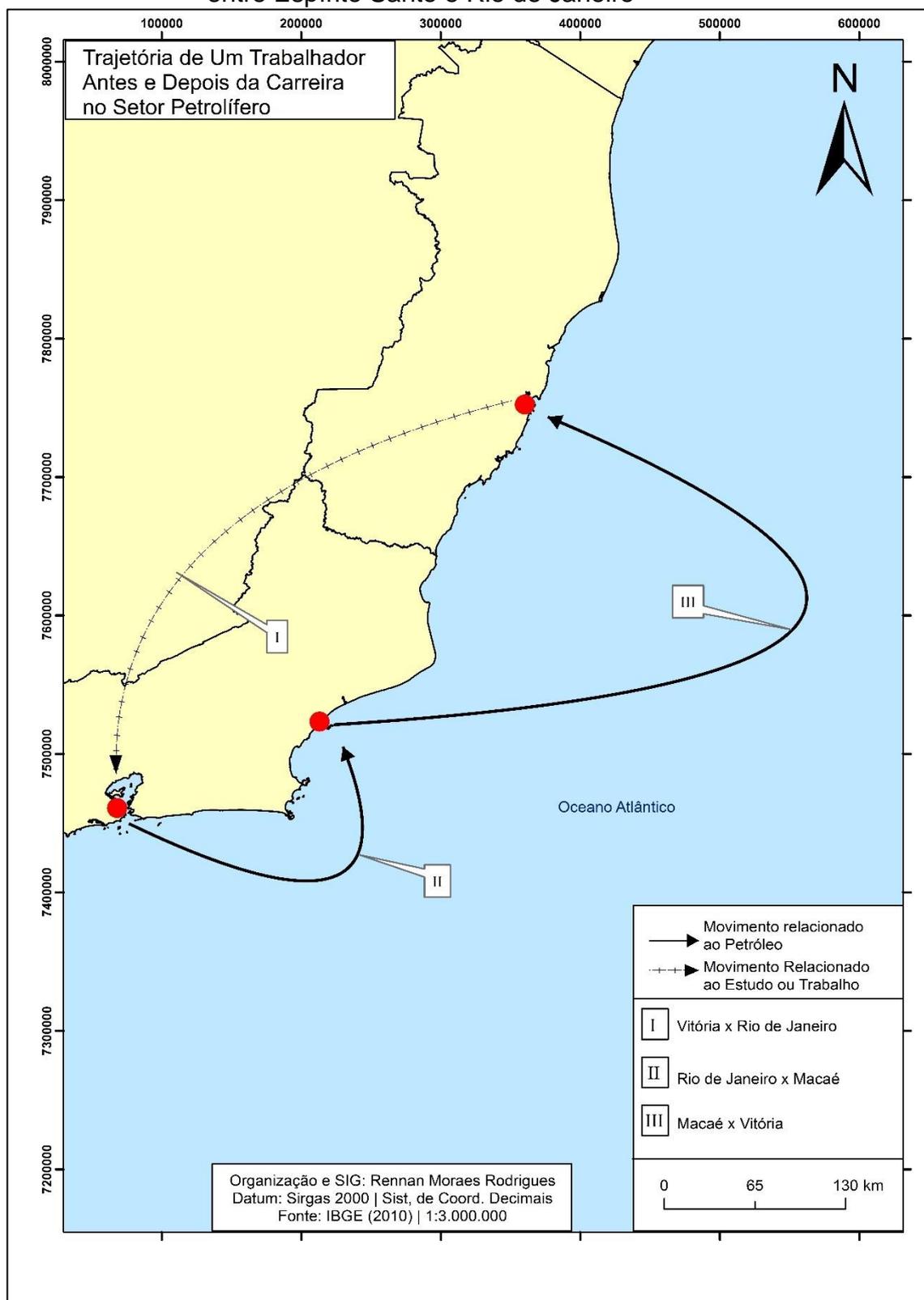
Essa tentativa parte de um fenômeno marcante envolvendo o segmento petrolífero, a importância do estado do Rio de Janeiro, principalmente a capital e o município de Macaé, na concentração de vagas. Essa importância é possível de ser enxergada a partir dos mapas 8 e 9.

Ao iniciarem suas carreiras sendo lotados no estado do Rio de Janeiro, os trabalhadores, principalmente os capixabas, esperam apenas a primeira oportunidade de transferência para os postos de trabalho no Espírito Santo. A migração de retorno é motivada principalmente pelos laços familiares e o sentimento de pertencimento aos lugares de origem.

Trabalho na Petrobras desde 2016, passei no concurso e fui pra Macaé. Então eu morei em Macaé de janeiro de 2016 a março de 2018, se não me engano. Desde então (a partir de 2018) eu atuo aqui no Espírito Santo. Consegui uma transferência e o principal motivo foi a família e amigos, e justamente por ser daqui, sou muito apegado e gosto muito de morar aqui.

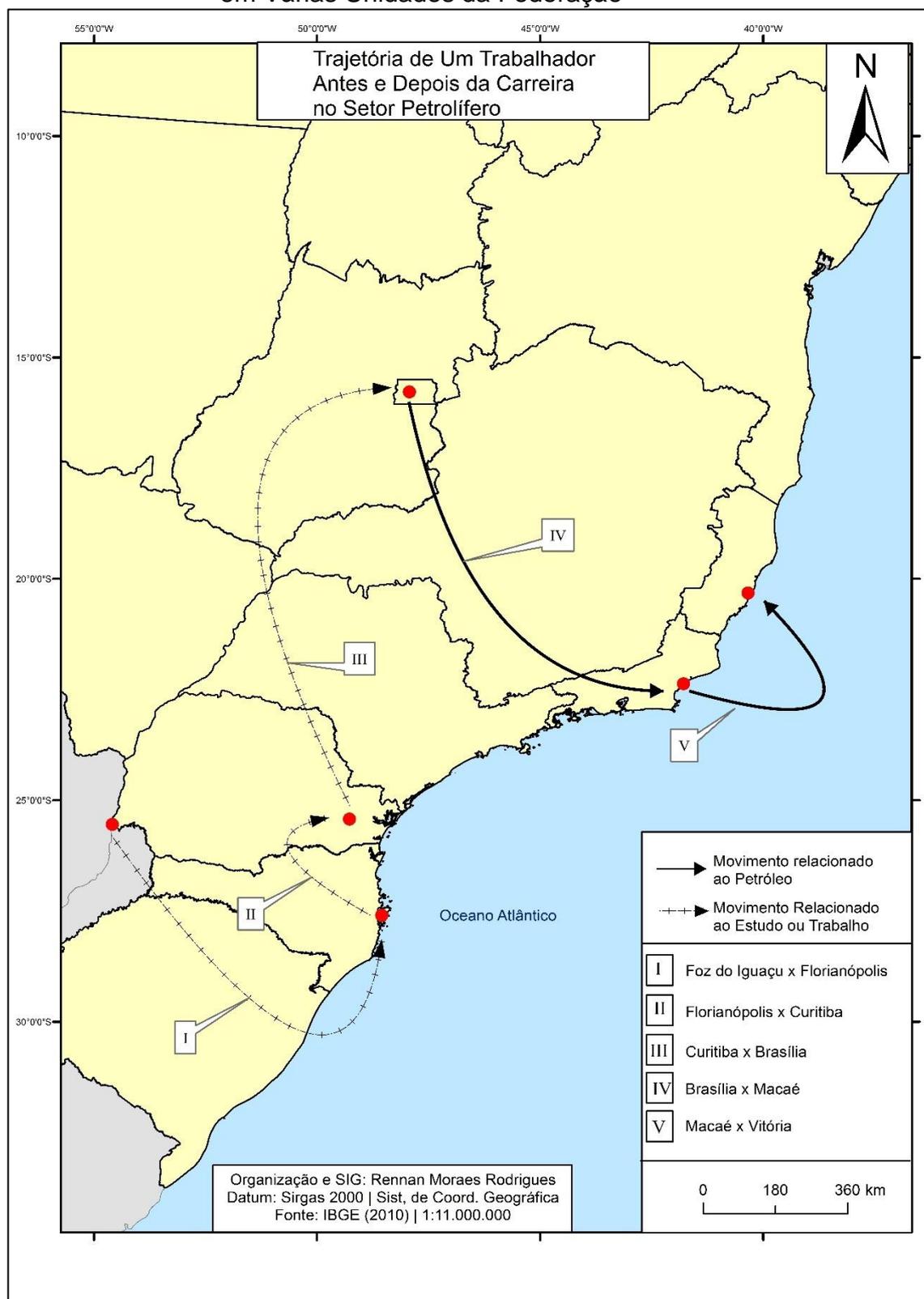
O mapa 8 apresenta exatamente essa trajetória, onde o entrevistado possui muita ligação com o local de origem, é aprovado em concurso e acaba migrando para o Rio de Janeiro. Em seguida, ocorre a aprovação no processo seletivo da Petrobrás e migra para Macaé. Assim que surge a oportunidade de remoção, retorna ao Espírito Santo, motivado pela proximidade familiar.

Mapa 8 - Trajetória de Vida de Um Trabalhador do Setor de Petróleo – Movimentos entre Espírito Santo e Rio de Janeiro



Elaborado pelo autor.

Mapa 9 - Trajetória de Vida de Um Trabalhador do Setor de Petróleo – Movimentos em Várias Unidades da Federação



Elaborado pelo autor.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa também permitiu visualizar outras motivações de migração dos trabalhadores do petróleo para o Espírito Santo. Dentre elas é possível destacar o movimento motivado por questões de relacionamento dentro do cotidiano do trabalho.

O mapa 9 representa exatamente esse caso, onde o trabalhador que teve uma vida marcada por diferentes movimentos migratórios – todos relacionados ao trabalho ou estudo, acaba sendo aprovado em concurso da Petrobrás. No primeiro momento, ressaltando mais uma vez a importância do estado do Rio de Janeiro, ocorre a lotação em Macaé. A partir do descontentamento com o local de trabalho, acaba ocorrendo transferência para o Espírito Santo.

Além de motivações individuais, vale salientar que embora a mobilidade espacial seja um fenômeno presente para os trabalhadores da Petrobrás, não é algo que perpassa apenas pelas decisões individuais, mas também por demandas estabelecidas pela empresa. Inclusive, há casos de trabalhadores que mesmo com a transferência de local de trabalho para o Espírito Santo, continuam com a vaga lotada em Macaé. Nesse caso, a pessoa trabalha em um local, porém continua a atender por demandas de gerência em outra localidade. Isso revela o quão complexo são os padrões de mobilidade e as relações espaciais dentro do segmento petrolífero, considerando principalmente uma empresa da magnitude da Petrobrás. Em uma das entrevistas, foi perguntado: Sobre sua transferência de Macaé para o Espírito Santo, por que escolheu Vitória? Foi decisão sua ou a cidade apareceu como única opção?

É assim, apesar de existir uma mobilidade na Petrobrás, não é uma coisa tão fácil. Lá (em Macaé) o ambiente estava muito ruim, me fazendo mal, havia muita competitividade e o relacionamento com os colegas não estava bom, então quando surgiu a oportunidade de transferência, não pensei duas vezes. Eu iria para qualquer lugar.

Ainda sobre a complexidade envolvendo a mobilidade espacial da população ocupada no setor petrolífero, os deslocamentos casa-trabalho também são de grande relevância, especialmente considerando as escalas de trabalho que podem determinar diferentes padrões. Nesse quesito é possível separar os trabalhadores em dois grupos: aqueles que fazem deslocamento diário e aqueles que não retornam diariamente para casa.

Em relação ao primeiro grupo, há uma tendência maior de que o trabalhador procure residência próximo ao local de trabalho, mesmo significando maiores

valores nos padrões de vida. É também nesse grupo que se inserem aqueles que pediram transferência para o Espírito Santo em decorrência da proximidade com a família e com os espaços de vínculos sociais.

Nas escalas de trabalho em que a pendularidade é diária o fenômeno da migração torna-se de maior relevância. Isso quer dizer que, em caso de transferência de local de trabalho, essas pessoas apresentam maior tendência de migrar, como possível observar em um dos relatos, quando perguntado sobre a mudança do entrevistado para Aracruz e o que motivou tal mudança:

Continuo na Transpetro, mas eu vim pra Aracruz porque quando entrei na Transpetro ela era dividida em 2 áreas: gerência de gasodutos e gerência de oleodutos (hoje elas são juntas). Passei da gerência de oleodutos para a gerência de gasodutos, pois me interessei em trabalhar nesta área e como precisavam de mão-de-obra em Aracruz dentro desta área, pedi para atuar em Aracruz. (...) Foi a qualidade de vida (que motivou a mudança). Eu me deslocava cerca de 70 km (1h30 minutos de deslocamento, ida e volta) e isso impactava muito na minha qualidade de vida- vida familiar, disposição ao risco, cansaço físico. Quando você mora perto do seu trabalho é muito mais fácil e melhor. (...) Foi um desejo meu, mas foi também uma decisão familiar.

No entanto, vale destacar que a partir da pandemia de Covid-19, ocorreu uma mudança significativa nas escalas de trabalho com o advento do teletrabalho, algo que já era planejado de ser aplicado dentro da Petrobrás mesmo antes da crise na saúde (ainda em 2018), se concretizou em 2020 e se manteve de forma híbrida até o momento em que esse capítulo foi escrito, mesmo com a queda de casos graves da doença pós vacinação.

Embora os trabalhadores pudessem escolher em adotar ou não o teletrabalho, que consiste em dois dias de trabalho presencial e três dias de trabalho remoto, apenas uma das pessoas entrevistadas optaram por não adotar, pois sentia temor de aumento de demanda por trabalho.

Os que optaram em adotar avaliam de forma positiva a possibilidade de trabalhar em casa, principalmente por avaliarem que a escala permite maior presença dentro do ambiente familiar e evitaria os estresses que envolvem o deslocamento para o trabalho, como congestionamentos ou riscos de acidentes no trânsito. Além disso, há aqueles com origem no interior do estado, no qual o regime permite maior frequência de deslocamento para locais mais distantes de seus postos de trabalho.

Em relação aos trabalhadores que não retornam diariamente do trabalho para casa é necessário, em primeiro lugar, ressaltar que esse tipo de deslocamento não

exclusivo para aqueles que trabalham embarcados – conforme mencionado em Zanotelli *et al.* (2019), há também aqueles que trabalham confinados em diferentes infraestruturas, como no Terminal Norte Capixaba (TNC) ou nas unidades de tratamento de gás em Anchieta (UTG-Sul) ou em Linhares (UTG-Cacimbas).

Mesmo realizando tal distinção, os trabalhadores que fazem a mobilidade quinzenalmente, decenalmente ou semanalmente (a depender da escala de trabalho) apresentam maior dispersão espacial, podendo assim se deslocar em grandes distâncias.

Tal característica é fundamental para se refletir sobre as trajetórias de vida, sendo que esta é avaliada de forma positiva pelos trabalhadores, exatamente por permitir a moradia em locais distantes do trabalho.

Na época que trabalhava no porto não me sentia muito satisfeito com o local em que morava - embora gostasse de Vila Velha, eu tinha o sonho de voltar para Lúna. Então pensei, se eu conseguir trabalhar embarcado poderei morar aonde quiser, pois são 15 dias em casa e 15 dias no trabalho. (...) O que me influenciou na escolha de habitar em Lúna foi a proximidade com a família da minha esposa, penso que seria injusto eu ficar tanto tempo ausente durante meu trabalho sem que ela tivesse alguém mais próximo por perto, principalmente caso ela precise de ajuda. Além disso, também dou muito valor para a qualidade de vida aqui (Lúna), principalmente em comparação com Vila Velha. Também considero que aqui minha filha recebe uma educação no ensino público com qualidade, acredito que para receber um ensino da mesma qualidade, precisaria pagar um colégio privado em Vila Velha.

Assim como os que deslocam diariamente, a pandemia também afetou os que não fazem descolamento diariamente, porém os impactos foram avaliados de forma negativa. Isso porque a necessidade de quarentena antes do confinamento no local de trabalho ou no embarque fez diminuir o período de folga.

Em um dos relatos, foi possível perceber que o entrevistado sentiu desejo de mudar de trabalho devido a pandemia. Esse aspecto chama atenção pois revela a influência direta de um fenômeno conjuntural no cotidiano da vida dos trabalhadores, podendo se tornar um fator potencial de mudança de rumo das trajetórias, conforme expresso no relato abaixo.

Então, a pandemia me fez pensar se valeria a pena continuar, porque no início da pandemia minha escala passou de 14/14 para 28/28, sendo que a última semana dos 28 dias de folga eu precisava fazer uma quarentena num hotel antes de embarcar, precisando fazer diversos testes PCR. Nessa época eu ficava 35 dias fora de casa. Esse processo durou um pouco mais de um ano, me fazendo refletir bastante se valeria a pena continuar. Depois a empresa abriu mão da escala de 28, retornando para a escala de 14, porém não abriu mão da quarentena – então continuei ficando muito pouco tempo em casa. Também tem que considerar que as embarcações que trabalho são de menor porte, as vezes devido as condições de mar o

helicóptero precisava retornar pra base, então pode acontecer de precisar esperar até uma semana para poder embarcar. Como começou a ter muita reclamação (com a quarentena), a empresa começou a flexibilizar, então passou para quarentena de 5 dias. Agora mais recentemente a quarentena passou para 2 dias. Outra coisa diferente, agora na pandemia a empresa manda um carro para me buscar que me leva direto para o hotel em Macaé para ficar de quarentena. Ou, quando embarco no Rio de Janeiro, o carro me busca na porta de casa e me leva para Vitória, onde pego um voo para o Rio, onde também fico de quarentena no hotel antes de embarcar.

Dessa forma, é possível observar o quanto as questões de nível macro podem atingir diretamente o cotidiano dos trabalhadores do petróleo. No caso da pandemia, os efeitos podem perdurar em médio a longo prazo, ou ainda, podem ser permanentes, algo que apenas será revelado com o passar do tempo.

Afim de explorar ainda mais essa influência das questões estruturais e conjunturais nas trajetórias de vida, o próximo tópico se concentrará em demonstrar exatamente esta interrelação entre o macro e o micro.

#### **5.4. Das questões estruturais e conjunturais**

Ao longo desta dissertação foi demonstrado como o petróleo pode ser um elemento importante em diversas transformações econômicas, espaciais, políticas e sociais ao longo da história do Brasil. Porém, o desafio agora é tentar desvendar a influência das questões estruturais, na qual o combustível fóssil está envolvido, com as trajetórias de vida dos trabalhadores, analisando as habilidades, aspirações e liberdades dos trabalhadores em migrar.

Já foi demonstrado que em períodos de prosperidades o petróleo é capaz de gerar grandes movimentações de pessoas dentro do território, principalmente a partir da abertura de vagas de emprego e, como o caso da Petrobrás, novas oportunidades via concurso público. Esse movimento foi observado ao longo da segunda metade da década de 2000 e primeira metade da década de 2010.

É durante esse período de prosperidade que se constrói o desejo de muitos indivíduos de buscar trabalho no segmento petrolífero, podendo inclusive moldar as trajetórias educacionais.

Da mesma forma, os períodos de crise ou recessão também podem gerar novos caminhos nas trajetórias de vida. Diferente do que se pode imaginar, esses períodos não criaram menos mobilidade, ao contrário, há importantes ressignificações e mudanças de padrão no que tange aos movimentos populacionais.

A construção desse argumento se baseia, sobretudo, nas análises dos relatos dos trabalhadores da Petrobrás. Em princípio, durante a elaboração das perguntas, se pensou em duas questões distintas a serem feitas aos entrevistados: uma em relação à conjuntura política e econômica do país e a outra tratando especificamente sobre questões relacionadas as políticas internas da estatal.

No entanto, com a realização das primeiras entrevistas foi possível constatar que as duas questões são de extrema complementariedade, uma vez que a empresa pode ser considerada um dos agentes centrais dentro do contexto histórico recente do Brasil. Essa linha tênue entre a conjuntura política e econômica do país e as mudanças internas na Petrobrás, é possível de ser percebida a partir da resposta de um dos entrevistados, ao ser indagado se dentro do período em que trabalha no petróleo sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores, o trabalhador respondeu:

Sem dúvidas, não posso falar que todos os empregados sentem, mas sem dúvidas eu aposto que a maioria, a gente sente essa instabilidade com a mudança de governo, nós estamos vindo de uma crise, a de 2016, com a lava-jato e sem dúvidas não é todo dia, mas é recorrente o bate-papo interno sobre essa nossa instabilidade em como vai ser com a mudança de presidente, não sei se você viu semana passada o novo presidente (da Petrobrás). O antigo não ficou nem um ano, então essa troca de presidente interfere e o governo também, sem dúvidas desde quando eu entrei a gente conversa muito sobre isso e nós acabamos fazendo plano B, plano C porque a gente não tá seguro aqui. É uma empresa excelente muito boa, mas que dá uma certa instabilidade diferente das empresas privadas.

A partir desse viés, se observou nos últimos seis anos a acentuação de forças políticas de cunho neoliberal na gestão da empresa e que tem provocado mudanças significativas na estrutura da estatal. Zanutelli e Ferreira (2021) desvendam todo esse processo, que na prática consiste na perda de prioridade Petrobrás na produção de petróleo, a partir da venda de campos e blocos de exploração; vendas de subsidiárias e empresas controladas (tendo como exemplo mais relevante a venda da BR Distribuidora); leilões organizados pela ANP para concessão de blocos de exploração; e privatização de infraestrutura, inclusive de refinarias – como o caso da Rlam na Bahia.

Todos esses acontecimentos afetaram e estão afetando diretamente os funcionários da Petrobrás, havendo a necessidade crescente de transferência para outros estados. Por exemplo, atualmente a estatal praticamente deixou da região Nordeste, o que pode causar a migração de trabalhadores para outras unidades federativas.

No Espírito Santo a estatal também tem perdido força de atuação e tal fato tem gerado apreensão aos trabalhadores. Isso porque, está em curso um processo de centralização de várias atividades na sede nacional da empresa no Rio de Janeiro.

Conforme relatado pelos entrevistados, o setor de exploração tem sido um dos mais afetados por esse processo de centralização. Além de ser um mal presságio para o futuro da produção de petróleo no estado, afinal, esse setor é o responsável pelo rastreio de novas reservas *onshore* e *offshore*, também pode gerar o receio de transferência dos trabalhadores da área. O temor da transferência é perceptível no relato abaixo:

A coisa mais feliz que aconteceu na minha vida foi eu passar na Petrobras e ser lotado no Espírito Santo e hoje essa felicidade está por um triz, porque saindo daqui sendo transferido, a realidade no Rio de Janeiro é completamente diferente, até o poder aquisitivo, o poder de compra, o poder de vida. Para nós que temos filhos é uma cidade grande é completamente diferente daqui, além dos laços que eu já tenho com o Espírito Santo é completamente diferente.

Com base em tal relato, ao buscar uma análise interpretativa a partir do modelo de Caling (2002), é possível chegar ao entendimento de que tais trabalhadores, por apresentarem boas condições econômicas e estabilidade no emprego, teriam (em tese) elevada capacidade em migrar, no entanto, os relatos apontam para baixa aspiração em migração, o que resultaria em uma imobilidade voluntária.

Contudo, o processo de centralização das atividades da Petrobrás no Rio de Janeiro, que culmina na transferência de efetivos lotados no Espírito Santo, pode estar afetando esta lógica e produzindo uma espécie de migração forçada. Nesse sentido, a tipologia apresentada por De Haas (2021) pode ser mais efetiva para a interpretação – embora sendo necessária uma adaptação para migração interna.

A partir do caso dos trabalhadores em processo de transferência e que possuem baixa aspiração migratória, e também, que possuem elevada liberdade positiva ou capacidade em mover, podemos considerar que as liberdades negativas estão sendo afetadas, na medida que tal decisão é arbitrária as escolhas individuais.

É importante reiterar que todo esse processo está associado com a adoção de políticas de cunho neoliberal na produção de petróleo e gás no Espírito Santo, onde se observa uma abrupta perda do predomínio estatal. Esse aspecto demonstra que, mesmo que as escolhas individuais tenham relevância e importância ao longo

da trajetória de vida, na atual fase o que se observa é a ação de forças conjunturais como determinantes de movimento migratório, atuando de forma oposta as aspirações e desejos dos trabalhadores.

Ao que tudo indica, essas forças estão afetando a estabilidade no emprego propiciada pela aprovação em concurso público e que cria aspirações à imobilidade. O relato abaixo demonstra exatamente que as mudanças de nível macro, que envolvem a gestão da Petrobrás, negligencia diretamente os desejos dos trabalhadores. Nesse sentido, ao ser perguntado ao funcionário da Petrobrás sobre o processo de transferência e o sentimento em relação a isto, a resposta foi:

Sim, (estou sendo transferido) de Vitória para o Rio de Janeiro. Só considero que foi algo negativo. Tenho dificuldades de conseguir uma moradia segura para minha família no Rio de Janeiro, dado os altos custos, minha esposa teria que deixar seu trabalho, concursada na secretaria de educação de Cariacica. Nos sentimos em casa em Vitória, cidade que escolhemos para viver e que pretendíamos passar o resto das nossas vidas.

Tal contexto pode ainda trazer outras mudanças significativas à mobilidade como um todo, não se restringindo apenas a migração. Vale assim destacar que a mobilidade pendular também pode ser afetada diretamente.

O teletrabalho reaparece nos discursos sendo aliado a esse possível aumento de relevância aos deslocamentos pendulares. A positivação do teletrabalho feita pela maioria dos entrevistados pode ter como uma de suas justificadas a ideia de que amenizaria os impactos de uma eventual transferência. Isso porque, em uma escala de trabalho na qual não é exigido a presença na sede da empresa todos os dias da semana, seria possível a manutenção de residência e dos vínculos familiares no estado – algo similar ao que ocorre aos que trabalham embarcados ou confinados.

A pandemia trouxe uma coisa interessante, por exemplo o colega aqui no do Espírito Santo com família aqui e que estava sendo deslocado pro Rio de Janeiro, trabalhava e retornava aos finais de semana, pois a pandemia proporcionou o teletrabalho. Com o teletrabalho a gente pode ficar mais próximos das famílias, é claro que o trabalho é as demandas aumentaram no teletrabalho não tem controle de jornada, mas isso nos permitiu a ficarmos mais próximos a família. Como a pandemia aconteceu no começo de 2020 e a gente pôde ficar no teletrabalho então nós tivemos um amortecimento dessa situação. Com o advento da pandemia e do teletrabalho teve maior contato com a família. Hoje, com arrefecimento da pandemia a gente mantém o teletrabalho por dois dias presenciais no mínimo.

Vale evidenciar que, especialmente se tratando dos trabalhadores da Petrobrás, uma conjuntura de ressecação não afeta apenas a mobilidade como

também o medo de perder o emprego. Durante uma das entrevistas, uma fala chamou a atenção: “ser funcionário da Petrobrás atualmente é possuir uma estabilidade simbólica”.

Nesse momento, o pessimismo e as incertezas do futuro geraram relatos que demonstram as preocupações dos trabalhadores da Petrobrás perante a conjuntura. Ao ser questionado sobre o temor de perder o emprego devido à forças maiores, o entrevistado respondeu:

A gente viu várias coisas serem vendidas, além dessa tendência de centralização, teve também uma autorização judicial para terceirização de atividades fins, que antes de 2016 não era permitido. Para empresa é mais interessante, pois é uma mão de obra mais barata, mais precarizada. Esta mão de obra é mais sujeita aos mandos e desmandos, não possuindo nenhuma estabilidade na empresa. E o perfil da gerência hoje, que é um perfil militar, é mais interessante que tenha uma mão-de-obra mais precarizada e com a tendência de ser centralizada no Rio de Janeiro. Também há a venda de várias coisas. Atualmente temos duas unidades de tratamento de gás aqui, uma no norte (Cacimbas) que está operando abaixo da capacidade, e uma no sul (UTG-SUL) que possui um prazo de operação de apenas 10 anos, então já está para vencer. Também vimos leilões de reservas de pré-sal aqui no estado. Então isso abalou o administrativo que dá suporte às Unidades Operacionais, sem isso não há razão do prédio da sede existir (embora que muitos colegas não possuem noção disso ainda).

Aproveitando os relatos mais pessimistas em relação à conjuntura e ao emprego no setor de petróleo, foi explorado questões com o objetivo de averiguar a existência de aspirações futuras de migração – especialmente movimentos internacionais.

De modo geral, boa parte dos relatos provaram que existe sim aspirações para migração internacional por parte desses trabalhadores, no entanto, são planos de médio a longo prazo e que só ocorrerão caso haja perda de emprego. Além disso, os entrevistados com aspirações em imigrar para outro país, avaliam que suas condições financeiras permitiriam que tal decisão ocorresse, ressaltando a característica de forte capacidade migratória, e também acreditam que conseguiriam emprego facilmente, seja no setor energético ou em outros setores relacionados a formação. Ao perguntar se havia o desejo de migrar de município, estado ou país em decorrência das questões estruturais e conjunturais, a resposta foi:

Sim, teve uma época que disseram que iam construir uma UTG em Sergipe e fiquei interessada em ir trabalhar lá e conseqüentemente eu tinha que me mudar e sempre tive vontade de morar no Nordeste. Nos últimos 2 anos tenho pensado em sair fora do Brasil. Penso em Uruguai, Chile e Espanha.

Para o mesmo entrevistado, foi perguntado se a condição financeira facilitaria o processo de migração:

Acho que facilitaria muito receber os direitos trabalhistas, como o seguro desemprego e o FGTS, proporcionados por uma eventual rescisão. Seria mais essas verbas rescisórias que me possibilitariam fazer essa migração.

Ainda nesse quesito sobre as aspirações de migração internacional desses trabalhadores, também vale destacar que os desejos em migrar para outro país são alimentados não apenas pelas questões específicas do setor de petróleo, como também relacionadas com as mudanças no quadro político do Brasil. Todavia, alguns trabalhadores avaliam que suas estabilidades tenham sido afetadas nos últimos anos, ela é a responsável (ou uma das responsáveis) por evitar a concretização das aspirações. Ao perguntar sobre o desejo de migração:

Eu já quase planejei, há uns dois ou três anos atrás, logo depois das eleições de 2018. Estava planejando ir para o Canadá. Eu ia tentar um Programa de Imigração do Atlântico Norte. É um programa que envia pessoas para regiões mais frias do Canadá onde os locais com mão-de-obra qualificada não querem ficar. Não sei se seria fácil conseguir emprego, mas eu já sairia com emprego. Pelo fato de eu trabalhar há 9 anos na Petrobrás é provável que isso me ajudaria a conseguir algo no ramo, porém também estava aberta para outras áreas. Como é um programa que tem como base a experiência profissional isso me facilitaria conseguir algo na área do meio ambiente. E é um programa que facilita a aquisição de visto permanente, então após realizar o programa, você não precisa necessariamente ficar numa região inóspita.

Ainda sobre essa temática, também é possível pontuar outros sentimentos como possíveis geradores de aspirações em migração, como por exemplo, o sentimento de falta de segurança ou a busca por melhores condições de vida em outro país. Ao se fazer a pergunta sobre desejo de migração e se a condição financeira favoreceria o planejamento, a resposta foi:

Com toda a certeza, inclusive é o que está nos meus planos. Eu até sairia do setor de offshore para trabalhar na minha área, operador de guindaste, mas no setor *onshore*. Eu se eu tivesse proposta em alguns países, como EUA, Portugal, Espanha, Itália eu iria na hora. Tenho experiência de sobra para conseguir, a única coisa que me atrapalha é o idioma. Meu inglês é muito básico, isso me atrapalha, até recebi uma proposta do Reino Unido recentemente e não consegui pegar a vaga por conta disso. Eu sou muito apaixonado pela Europa e Estados Unidos por conta da qualidade de vida, são os melhores países do mundo em questão de educação e segurança, também gosto muito (em relação a Europa) por conta da história e da cultura deles. Também teria condição financeira para fazer esse movimento.

Retornando as questões específicas da Petrobrás, um dos relatos demonstrou que o trabalhador está se preparando para migrar para a Itália em

decorrência das mudanças que tem ocorrido dentro da empresa. E essa decisão de migrar também leva em consideração a estratégia familiar de melhorar as condições de vida.

Tenho origem italiana, procuro hoje obter cidadania, mas isso não é um benefício para mim, mas sim para os meus filhos.

Ao se ser perguntado se esse sentimento estaria relacionado com o contexto da conjuntura, a resposta foi:

Exatamente. Se precisar mesmo pode se tornar um benefício para mim também.

Em seguida foi questionado ao mesmo entrevistado se acredita que conseguiria trabalho facilmente na Europa e se esse trabalho poderia ser no setor de petróleo:

É meio difícil responder esta pergunta, pois não estou procurando agora esse tipo de oportunidade. Acho que seria um pouco difícil sim, porque eu teria que ter uma classificação a mais na minha área, porém, só de não ter o idioma italiano e não ter um inglês fluente já dificultaria muito.

Com base nos dois aspectos abordados, ou seja, os processos de transferência e migração contra vontade do trabalhador e os desejos futuros em realizar migração internacional, encontramos uma certa ambiguidade e, ao mesmo tempo, uma complementaridade nos discursos.

A ambiguidade se estabelece no sentido de que as alterações dos locais de trabalho, em decorrência da conjuntura, geram insatisfações ao movimento migratório, porém, ao mesmo tempo, há a criação de aspirações e desejos de migrar para outros países, motivados pelo mesmo fator.

A partir da interpretação dos relatos, é possível enxergar complementaridade nos discursos na medida que os trabalhadores tendem a avaliar que, se não conseguem manter suas lotações nos locais onde desejam ou caso ocorra a perda de emprego, compensaria arriscar em uma aventura migratória para outro país.

De modo geral, o que os relatos revelam e nos permitem afirmar é que na trajetória de vida dos trabalhadores do petróleo a relação com a mobilidade é algo muito forte e presente ao longo de todo curso vital, mesmo para aqueles que são mais enraizados aos lugares de origem. O fenômeno social aqui refletido revelou ser muito similar às características físicas do petróleo, ou seja, há muita fluidez espacial dessa população que se manifesta a partir da mobilidade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, assim como a infraestrutura do petróleo, que é fixa, os mesmos trabalhadores tendem a buscar imobilidade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar as trajetórias de vida dos trabalhadores do petróleo se constituiu como uma grande oportunidade para aprofundar as especificidades envolvendo a mobilidade desse grupo populacional, ao mesmo tempo que permitiu a realização de reflexões a respeito de questões mais gerais envolvendo migração e mobilidade pendular, sempre no paralelo entre as questões de agência e de estrutura envolvendo esses movimentos.

Com base nas trajetórias de vida é possível concluir, em primeiro lugar, que os trabalhadores e trabalhadoras do petróleo possuem como característica alta mobilidade espacial, estando direta e totalmente atrelada ao emprego no setor.

Tal aspecto pode se manifestar de diferentes formas a depender do tipo de ocupação ou do momento na carreira. Por exemplo, para aqueles que trabalham embarcado ou confinado se observa a mobilidade pendular como algo marcante na vida, na medida que os permitem residir em localidades mais distantes do trabalho. Por outro lado, a migração é marcante para os demais trabalhadores do ramo, principalmente no início das carreiras.

De modo geral, aqueles que realizaram poucos movimentos ou não realizaram nenhum movimento migratório nas primeiras fases da vida, tendiam a ser mais enraizados e a buscar moradia nos locais de origem. Nesses casos, os trabalhadores tendem a pedir transferência para o Espírito Santo, considerando também a família como elemento chave dentro desse processo.

O que também chamou atenção nas trajetórias de vida dos trabalhadores foi a marcante presença das questões estruturais e conjunturais, principalmente as que estão ligadas ao clima político e econômico do país. Nesse ponto, é possível separar em dois momentos distintos: períodos de prosperidade e períodos de recessão.

Os períodos de prosperidade marcam a atração de trabalhadores e trabalhadoras para o setor de petróleo, de modo especial para a Petrobrás, pois é nesses períodos onde são abertas número maior de vagas em concursos públicos. O principal período próspero possível de assinalar ocorreu entre a segunda metade dos anos 2000 até meados da primeira metade da década de 2010, período de grande valorização de *commodities* no mercado internacional.

Já em períodos de recessão ou crise, diferente do que se imagina, há maior tendência de mobilidade de trabalhadores via transferência. Essa mobilidade pode,

principalmente para aqueles trabalhadores enraizados aos locais de moradia, causar receio de migração, contrariando os interesses individuais de não migrar. Aqui se observa as liberdades positivas sendo afetadas pelas forças estruturais, gerando uma migração indesejada.

Dada as especificidades do setor petrolífero, é possível afirmar que, em prol da manutenção do emprego, a economia do carbono determina a mobilidade espacial de seus trabalhadores, seja pela migração ou deslocamentos residência-trabalho. As entrevistas demonstraram que as determinações superaram inclusive as vontades e preferências individuais, portanto, mesmo que ocorram certas insatisfações, a partir das mudanças que acometem o setor ao longo do tempo, os trabalhadores tendem a manter os seus vínculos

A forte ligação entre a economia do petróleo em conjunto com as questões estruturais e conjunturais, também se mostrou de grande valia para as análises das trajetórias de vida dos trabalhadores, esses fatores afetaram e afetam direta ou indiretamente as decisões e aspirações individuais.

O arrefecimento de investimentos da Petrobrás no Espírito Santo, principalmente no que tange a produção e infraestrutura, bem como, a política de centralização de várias atividades na sede da empresa no Rio de Janeiro são exemplos de ações que interferem diretamente nas trajetórias de vida dos trabalhadores, principalmente quando se pensa nas políticas de transferência que impactam as liberdades negativas (DE HAAS, 2021) e as decisões pela imobilidade dos empregados.

Vale destacar ainda que a pandemia trouxe importantes consequências ao trabalho do setor petrolífero, especialmente com a ascensão do teletrabalho, avaliado de forma positiva pela maioria dos entrevistados, pois permitiu a diminuição dos deslocamentos diários para o trabalho e maior aproximação com o ambiente familiar.

A partir do que foi apresentado, é possível responder as perguntas levantadas por esta dissertação. Primeiramente, é possível afirmar que o trabalho no setor de petróleo se constitui como um determinante para a migração, algo diferenciado se comparado com a abordagem geral para população, onde os diferentes fatores condicionam os movimentos.

A fluidez da mobilidade dos trabalhadores é, portanto, diretamente moldada pelas questões envolvendo o segmento econômico do petróleo. Uma vez que a

economia do carbono é diretamente afetada pela volatilidade econômica e pelas diferentes ações da governamentalidade do Estado, é possível afirmar que a migração e a mobilidade espacial dos empregados no segmento petrolífero também são diretamente moldadas pelas questões estruturais.

Os resultados apontam que a relação entre o macro e o micro é possivelmente muito mais tênue para os trabalhadores do petróleo se comparado com a totalidade populacional. Para sustentar tal afirmativa, é preciso citar a importância das características dos empregados do segmento petrolífero, que apresentam alta renda, escolaridade, estabilidade econômica e dinâmica espacial específica, guardando grande distinção em relação ao restante da população trabalhadora.

Doravante, ao caracterizar o fenômeno migratório no setor petrolífero, foi possível observar que os movimentos estão presentes, são marcantes e caracterizam as trajetórias de vida, principalmente no início das carreiras, onde os trabalhadores tendem a ser lotados em outros estados, principalmente Rio de Janeiro. Nesses casos, os mais enraizados com os locais de origem, acabam retornando ao Espírito Santo na primeira oportunidade de transferência.

Já para os que atuam embarcados ou confinados em infraestruturas do petróleo, se estabelece um padrão espacial distinto, onde se observa maiores distâncias de deslocamento entre o local de moradia e o local de trabalho, o que cria uma maior dispersão no espaço.

Por meio das análises e reflexões das trajetórias de vida foi possível perceber o quão móveis são os trabalhadores do petróleo. Mesmo os que possuíam como preferência a imobilidade, em algum momento de seu curso da vida foi registrada algum movimento. Essa característica nos permite afirmar que o trabalho no setor é tão fluído como o óleo extraído das profundezas das bacias sedimentares.

Em relação as características mais gerais dos ocupados no setor de petróleo e gás no Espírito Santo, com base nos dados secundários analisados para o estudo quantitativo, é possível defini-los como uma população altamente qualificada, bem remunerada e masculinizada.

Além disso, os dados secundários permitiram visualizar mudanças no padrão espacial e nas características das ocupações do petróleo ao longo do tempo. Nesse sentido, com o passar dos anos se observou uma queda de ocupações industriais e crescimento de ocupações técnicas e científicas, esse processo veio acompanhado

de um aumento da concentração de ocupações na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Tais ocupações técnicas e científicas concentradas na RMGV estão ligadas à presença da Unidade de Operações do Espírito Santo (UO-ES). Por outro lado, as ocupações industriais se concentram na Região Costeira Norte, estando associadas com os poços de produção.

Por fim, ao longo do trabalho foi demonstrado o quão importante é a economia do carbono quando se pensa nas questões espaciais, urbanas, políticas, econômicas e sociais do Brasil e do Espírito Santo. Os investimentos do petróleo sempre estiveram proximidade com as grandes transformações em diversos espaços no território brasileiro e capixaba.

Para além disso, o presente trabalho demonstrou que o poder transformador do petróleo não se retém apenas na escala nacional, estadual, regional ou local. A energia transformadora do petróleo também é capaz de transformar os rumos das trajetórias de vida de seus trabalhadores.

Essa dissertação abre margem para aprofundamentos futuros especialmente na reflexão sobre aspirações e capacidades de migração, além também, na importância de apresentar estudos com visão integrada entre estrutura e agenciamento dentro dos debates sobre mobilidade espacial da população.

## 7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ADÃO, Matheus de Oliveira Fernandes. *Aspirações e Condicionantes de Migração: Possibilidades Teórico-Metodológicas para os Estudos de da Migração Interna. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*. Departamento de Geografia. Ufes. Vitória-ES. 2021.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil. **Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável**, p. 12-33, 2008.

ALTVATER, E. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 364p, 2010.

ALVAREZ, Denise; SUAREZ, José Diego; PEREIRA, Renata; FIGUEIREDO, Marcelo; ATHAYDE, Milton. Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ). **Gestão & Produção**, v. 14, p. 55-68, 2007.

BLACK, Clarissa. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 3, p. 27-44, 2015.

BOMFIM, Márcia Virginia Pinto. *A rede urbana do recôncavo baiano e seu funcionamento técnico*. 2006.

BORGES, Viviane Florindo. (Re) Produzindo lugares: reflexões sobre os programas habitacionais de interesse social em comunidades do município de São Leopoldo/RS. 2011.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, n. 5, p. 240-265, 2001.

BRASIL. Lei n. 9.478 de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 395 de 29 de Abril de 1938.

BRASIL. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo. Planalto, Brasília, DF, 2004.

BRITO, Thiago Luis Felipe; SANTOS, Edmilson Moutinho dos; ROUSSEAU, Isabelle; NAVA, Pablo Carrizalez. *A Dialética da Segurança Energética e a Interdependência das Nações—Reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. Geografia e geopolítica do petróleo*, 2012.

BRUNO, Lúcia Emília Nuevo Barreto (org.). *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Revista Entre-Lugar**, v. 1, n. 1, p. 73-98, 2010.

CAMARGOS, Elisângela de Oliveira. *Movimentos migratórios e pendulares na RMBH: o caso de Betim no final do Século XX*. 2006.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

CARLING, J. Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences. *Journal of ethnic and migration studies*, 28(1), 5-42. 2002.

CARLING, Jørgen; COLLINS, Francis. Aspiration, desire and drivers of migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, p. 909-926, 2018.

CARVALHO, José Alberto Magno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 15, n. 2, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CLARK, William; LISOWSKI, William. Examining the life course sequence of intending to move and moving. **Population, Space and Place**, v. 24, n. 3, p. e2100, 2018.

COELHO, Everton de Souza; PEREIRA, Dilson José da Sena. Explicações sobre a imigração em Alagoas à luz da teoria neoclássica da migração internacional. **REVISTA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO**, v. 7, n. 18, p. 35-66, 2016.

COSTA, Pierre Alves. Duque de Caxias (RJ) – de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. 2009.

COURGEAU, Daniel; LELIÈVRE, Eva. **Individual and social motivations for migration**. na, 2006.

COUTO, Joaquim Miguel et al. Entre estatais e transnacionais: o pólo industrial de Cubatão. 2003.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-20, 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. In: CUNHA, Máisa Faleiros da; MARCONDES, Glaucia dos Santos. Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares. Oikos Editora. São Leopoldo-RS. 2ª ed. p. 57-94. 2022

CUNHA, Pedro Schettini. HISTÓRICO DE DEMOCRATIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CONTAGEM. 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (Ed.). **Getúlio Vargas**. Edições Câmara, 2017.

DE HAAS, Hein. A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. **Comparative Migration Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-35, 2021.

DE HAAS, Hein. Migration and development: A theoretical perspective. **International migration review**, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 25, p. 113-130, 2005.

DIAS, José Luciano de Mattos. Petrobrás: organizações e subsidiárias. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n. 1, p. 47-68, 1993.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás**. 1993.

DOTA, Ednelson Mariano. Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015.

DOTA, Ednelson Mariano; COELHO, André Luiz Nascentes; CAMARGO, Danilo Mangaba de. Atlas da migração no Espírito Santo – Dados eletrônicos. Vitória, UFES, Proex, 1 ed, 2017.

DOTA, Ednelson Mariano; RODRIGUES, Rennan Moraes; BARROS, Ana Maria Leite; FERREIRA, Francismar Cunha. Os dados sobre atividades e ocupação numa perspectiva comparada: Censo Demográfico, PNAD e RAIS. **Geografares**, n. 27, p. 201-221, 2018.

DOTA, Ednelson Mariano. Migração e o setor de petróleo e gás no Espírito Santo. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 1257-1272, 2019.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, p. 415-430, 2019.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação & Sociedade**, v. 19, p. 87-103, 1998.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves; MATTOS, Margarida Maria Carneiro Leão. Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul. **Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Muad X**, 2012.

ELDER JR, Glen; JOHNSON, Monica Kirkpatrick; CROSNOE, ROBERT. The Emergence and Development of Life Course Theory. In: MORTIMER, Jeylan; SHANAHAN, Michael. (org.). Handbook of the life course. Berlim: Springer Science & amp; Business Media, 2003.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Relatório de impacto ambiental – RIMA: Estação de Fazenda Alegre – Terminal Norte Capixaba. Vila Velha, 2002.

FERNANDEZ, R. O. Bacia de Santos: Sumário Geológico e Setores em Oferta. **ANP: Superintendência de Definição de Blocos**, 2017.

FEROLLA, Sergio Xavier; METRI, Paulo. Nem Todo o Petróleo é Nosso. Editora Paz e Terra. 1ª ed. São Paulo. 2006.

FERREIRA, Clausinei. **Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

FERREIRA, Francismar Cunha; ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Circuito espacial da produção e o círculo de cooperação da indústria do petróleo: O caso da Petrobras. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 20, 2020.

FERREIRA, Francismar Cunha. A organização territorial e produtiva da indústria do petróleo: o caso do Grupo Petrobrás no Brasil e no Espírito Santo. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Ufes. Vitória. 2022.

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 401-422, 2004.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 103, p. 79-100, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Martins fontes, 2008.

FREITAS, Adriana Gomes de et al. Capacitação tecnológica em sistemas de produção para águas profundas: o caso da Petrobras. 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. Cortez Editora, 1989.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. La mobilisation générale. Paris, Editions du Champ Urbain, 1979.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. Energia e meio ambiente no Brasil. **Estudos avançados**, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007.

GONÇALVES, Eduardo; RIBEIRO, Danielle Reis de Souza; FREGUGLIA, Ricardo da Silva. Migração de mão de obra qualificada e inovação: um estudo para as microrregiões brasileiras. **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2012.

HÄGERSTRAND, Torsten. On the definition of migration. **Finnish Yearbook of Population Research**, p. 63-72, 1969.

HARVEY, David. **Producao Capitalista Do Espaco**, a. Annablume, 2005.

HEINZ, Walter. From Work Trajectories to Negotiated Careers: The Contingent Work Life Course. In: MORTIMER, Jeylan; SHANAHAN, Michael. (org.). Handbook of the life course. Berlim: Springer Science & Business Media, 2003.

JASSO, Guillermina. Migration, Human Development, and the Life Course. In: MORTIMER, Jeylan; SHANAHAN, Michael. (org.). Handbook of the life course. Berlim: Springer Science & Business Media, 2003.

LEANDRO, Assis Rangel; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. A imigração para o Norte Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil: Configuração dos fluxos migratórios recentes (2000-2010). XI- Encontro Nacional da Anpege, p.8256-8267, 2015.

LEFEBVRE, Henri et al. La producción de espacio. **Papers: revista de sociología**, p. 219-229, 1974.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. **Anais do X Encontro Nacional da anpur**, 2003.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 20, n. especial (1999), p. 130-142**, 1999.

LUCCHESI, Celso Fernando. Petróleo. **Estudos avançados**, v. 12, p. 17-40, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional-das dimensões conceituais e políticas. **Educação & Sociedade**, v. 19, p. 13-49, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de et al. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 1975.

MENDEZ, Gabriel de Pinna; MAHLER, Claudio Fernando; TAQUETTE, Stella Regina. Investigação Qualitativa em período de distanciamento social: O desafio da realização de entrevistas remotas. **New Trends in Qualitative Research**, v. 9, p. 336-343, 2021.

MENDONÇA, Paulo Manuel Mendes de; SPADINI, Adali Ricardo; MILANI, Edison José. Exploração na Petrobras: 50 anos de sucesso. **Rio de Janeiro: Boletim de geociências da petrobras**, v. 12, n. 1, p. 9-58, 2003.

MENEZES, Cassio Roberto Conceição; VASCONCELOS, Jaildes Fontes. O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 121, p. 144-151, 2011.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. **Instituto Futuro Brasil**, v. 43, 2001.

MESQUITA, Zandor Gomes. Entre a “Di-Visão”, o “Arte-Fato” e os “Meios”: A “Invenção” da Região Norte Fluminense. Orientador: Cláudio Luiz Zanotelli. 2021. v. 1, 354 f. Tese (Doutorado) - PPGG, CCHN, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

MONTENEGRO, Rosa Livia; GONÇALVES, Eduardo; ALMEIDA, Eduardo. Dinâmica espacial e temporal da inovação no estado de São Paulo: uma análise das externalidades de diversificação e especialização. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 41, p. 743-776, 2011.

MORAIS, José Mauro de. Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore. 2013.

NIEHUES, Leandro Garcia. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Geographiaopportuno tempore**, v. 1, n. 2, p. 454-466, 2014.

NOGUEIRA, Dayana Melo. Urbanização Dispersa, Mercado de Trabalho e Dinâmica Industrial do Complexo Aeroespacial de São José dos Campos-SP. 2006.

NORÕES, Kátia Cristina. Migração infantil e educação: entre silêncios e urgências no acesso a direitos. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 43, p. 420-443, 2021.

OLIVEIRA, Adary. O Pólo petroquímico de Camaçari (Bahia, Brasil): Industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional. **Tese de Doutorado**. 2004.

OLIVEIRA, Ângela Beatriz Rosa da Silva de. A Geografia Industrial: Estudo de Caso das Petroleiras Capixabas. Relatório de Pesquisa. Anais da Jornada de Iniciação Científica da Ufes. 2021.

OLIVEIRA, Heder Carlos de; BALEMANS, Tim Henricus; LIMA, Ana Carolina da Cruz. MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL: Interações entre Capital Humano e Complexidade Econômica. *Revista Econômica do Nordeste*. v. 52, n. 3, p. 171-194. 2021.

OSPINA, Duvan Emilio Ramírez. Capital humano: una visión desde la teoría crítica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, p. 315-331, 2015.

PALLAS, Aaron. Educational Transitions, Trajectories, and Pathways. In: MORTIMER, Jeylan; SHANAHAN, Michael. (org.). *Handbook of the life course*. Berlim: Springer Science & Business Media, 2003.

PESSANHA, Roberto Moraes. A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades. **Rio de Janeiro: Tese de doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, 2017.

PETROBRÁS e Ufes criam centro de pesquisa em óleo pesado. *A Gazeta*, Vitória-ES, 13/09/2005,c.1-3.9, p.17.

PEYERL, Drielli. A contribuição do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobras na formação de profissionais para a exploração do petróleo no Brasil. **Campinas: tese de doutorado apresentada ao instituto de Geociências**, 2014.

PEYERL, Drielli. **O petróleo no Brasil: exploração, capacitação técnica e ensino de geociências (1864-1968)**. Editora UFABC, 2017.

PINHO, Simone Araújo. Principais tendências da migração baiana (1995-2000): origem e destino dos migrantes dos municípios. **SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Panorama da migração dos municípios baianos em**, v. 2000, p. 19-63, 1995.

PIQUET, Rosélia. Ensino superior e vocação regional: uma análise referida ao norte fluminense. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 2, p. 30-37, 2004.

PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In.: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (org.). Petróleo e Região no Brasil: O Desafio da Abundância. Rio de Janeiro, Grammond, p. 14-34, 2007.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, LIONEL-H; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. A pesquisa qualitativa. **Enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 2, 2008.

PRATES, Angelo Marcos Queiroz et al. Reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90 e seus impactos na região do Grande ABC Paulista. 2005.

QUEM SOMOS. Comunica Espírito Santo. Petrobrás. Disponível em: <https://comunicaespiritosanto.petrobras.com.br/quem-somos>. Acesso em: 22/04/2021.

RODRIGUES, Ana Lúcia; CUNHA, Marina Silva da; HORING, Carla Franciele; LEAL, Luiz Donadon; MARTINELLI, Samanta Elisa; SOUZA, Paulo Roberto de. Profissionais de Nível Superior: desigualdades nas ocupações de mais alta qualificação. In: RIBEIRO, Marcelo Gomes Ribeiro; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Transformações no mundo do trabalho: Análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas. Letra Capital. Rio de Janeiro. 1. Ed. 2020.

RODRIGUES, Rennan Moraes. Impactos dos investimentos do setor petrolífero na população ocupada do Espírito Santo: enfoque no mercado de trabalho formal. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**, v. 1, n. 1, 2018.

RODRIGUES, Rennan Moraes. O Impacto dos investimentos econômicos do petróleo na dinâmica migratória do Espírito Santo pós-2000. **Anais da Jornada de Iniciação Científica da UFES, PRPPG**, Vitória, v.10, 2019.

RODRIGUES, Thiago Coutinho. De Iguassú a Duque de Caxias: o processo de urbanização do início do século XX ao final da década de 1970. 2012.

ROSS, Michael L. A maldição do petróleo: como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações. **CDG Edições e Publicações LTDA**, 2019.

SALDANHA, Miguel Chaves. Do sistema tripolar geossistema, território e paisagem à geografia transversal e de travessias: uma abordagem geográfica do distrito de Regência Augusta – Linhares, ES. Dissertação (Mestrado) -PPGG, CCHN, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SANTOS, Mauro Augusto; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **Texto para discussão**, v. 1, n. 138, p. 1, 2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SCHULTZ, Theodore William. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Petrobras em marcha forçada. **Textos Para Discussão. Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDS)**, 2016.

SERRANO, Agnes de França; ARAÚJO, Herton Ellery; PINTO, Larissa de Moraes; CODES, Ana Luiza Machado de. A migração como fator de distribuição de pessoas com alta escolaridade no território brasileiro. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio. Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável: Um Recorte Territorial. IPEA. Brasília. 1. Ed. 2013.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade. " Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, Ana Paula Felix de Carvalho. Conflitos por usos dos Territórios: O Terminal Aquaviário Norte Capixaba e as Populações Ribeirinhas de Barra Nova e Campo Grande em São Mateus-ES. Relatório de Pesquisa. Anais da Jornada de Iniciação Científica da Ufes. 2021.

SILVA, Catia Antonia da. Desafios para o planejamento territorial: secularização, modernização e qualificação profissional no espaço urbano moderno. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 23, n. 2, p. 197-218, 2003.

SILVA, Catia Antonia da. SECULARIZAÇÃO E SACRALIZAÇÃO, DESENCANTO E MISSÃO: QUESTÕES ATUAIS DA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL MODERNO. **Revista Tamoios**, v. 1, n. 1, 2005.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro, Eduerj, p. 207-221, 2013.

SILVA, Luciano Pereira Duarte. **Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista**. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp. 2019.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital ea produção de espaço. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 1998.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 247-260, 2012.

UNIDADE DE TRATAMENTO DE GÁS DE CACIMBAS (UTGC). Comunica Espírito Santo. Petrobrás. Disponível em: <https://comunicaespitosanto.petrobras.com.br/empreendimento/unidade-de-tratamento-de-gas-de-cacimbas-utgc>. Acesso em: 22/04/2021

VARGAS, André Azoury. Território e Alimentação: estudo de caso da comunidade indígena de Areal e Santa Maria – Rio Doce (Linhares-ES). Dissertação (Mestrado) -PPGG, CCHN, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

VIEGAS, Danielle Heberle. Uma outra história sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre: estudo de caso em Canoas/RS (1930-1960). **Habitação e Metrópole**, p. 105. 2011.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WASSALL, Letícia Jorge; DA SILVA SCHICCHI, Maria Cristina. Urbanização descontínua: fronteiras e novas centralidades. Estudo de caso do município de Paulínia (SP). **Arquiteturarevista**, v. 7, n. 1, p. 34-53, 2011.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. A migração para o litoral: O caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, n.1, 2000.

ZANOTELLI, Claudio Luiz; DOTA, Ednelson Dota; FERREIRA, Francismar Cunha; RODRIGUES, Rennan Moraes. Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 41, 2019.

ZANOTELLI, Claudio Luiz; DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha; RODRIGUES, Rennan Moraes. Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 41, 2019.

ZANOTELLI, Claudio Luiz; MEDINA, Jorge Lellis Bomfim; FERREIRA, Francismar Cunha; ADÃO, Matheus de Oliveira Fernandes. A Notícia como Máquina de Guerra: Análise dos Discursos sobre a Petrobrás e a Produção de Petróleo e Gás nos Jornais – Um Enfoque no Espírito Santo. Edufes. Vitória-ES. 2019.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; FERREIRA, Francismar Cunha. Entre a Soberania e a Governamentalidade Neoliberal: O Processo de Privatização do Grupo Petrobras. 2021.

## APÊNDICE 1: ROTEIRO DA ENTREVISTA

### Parte 1 - Questionário sociodemográfico

1- Sexo:

Masculino  Feminino

2- Idade: \_\_\_\_\_

3- Município e UF de naturalidade:

\_\_\_\_\_

4- Bairro, município e UF de Moradia:

\_\_\_\_\_

5- Estado civil:

Solteiro;

Divorciado;

Casado;

União Estável.

6- Número de filhos: \_\_\_\_\_

7- Condição de moradia:

Alugada;

Própria – financiada;

Própria – quitada;

Cedida.

8- Escolaridade (mais elevada que possui):

Ensino fundamental;

Ensino médio;

Técnico de nível médio;

Ensino superior completo;

Pós-graduação (*lato sensu*);

Mestrado;

Doutorado.

9- Profissão (ocupação): \_\_\_\_\_

10- Trabalha embarcado? ( ) Sim ( ) Não

11- Como classifica sua situação econômica? ( ) má ( ) média ( ) boa

## Parte 2 - Perguntas da Entrevista Semiestruturadas

### 1º Bloco – Infância e adolescência

- 1.1. Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?
- 1.2. Você migrou para outros lugares nessa fase da vida? Caso sim, poderia me dizer para quais lugares e quanto tempo ficou?
- 1.3. Consegue se lembrar quais foram motivos da migração?

### 2º Bloco – Educação e Qualificação

- 1.4. Qual o curso (técnico ou graduação) mais elevado que estudou? Há relação direta com o petróleo? Qual motivação na escolha do curso?
- 1.5. Em que ano iniciou e em que ano terminou o curso? Quantos anos tinha quando iniciou e terminou o curso?
- 1.6. Precisou migrar para realizar o curso? De qual cidade para qual cidade? Caso não tenha migrado, necessitava realizar deslocamentos diários?
- 1.7. Em que ano começou e em que ano terminou o curso mais elevado? Quantos anos tinha?
- 2.1. Após concluir o curso, demorou quanto tempo para conseguir trabalho? Tinha relação com a área de estudo? Tinha relação com o petróleo?
- 2.2. Já possuía intenção de trabalhar no setor do petróleo ao escolher esse curso?

### 3. 3º Bloco – Trabalho e migração

- 3.1. Em qual empresa trabalha atualmente? Há quanto tempo? Qual a localização? Precisou migrar de cidade para atuar na empresa? **Se sim**, a decisão de migrar foi principalmente por conta do emprego?
- 3.2. De qual maneira conseguiu ingressar na empresa em que trabalha atualmente (concurso, indicação, etc.)? O que te motivou a tentar a vaga?
- 3.3. Como é o seu deslocamento casa/trabalho (diário ou não)? Esse tipo de deslocamento influenciou na escolha do local onde habita atualmente?
- 3.4. Solicitou ou desejou solicitar transferência de local de trabalho na empresa em que trabalha atualmente? **Se sim**, por qual motivo?
- 3.5. Além da empresa em que trabalha atualmente, trabalhou em outras empresas? Quais? Também eram do setor de petróleo? Qual era a localidade e quanto tempo trabalhou em cada uma (se possível solicitar o ano inicial e final)?
- 3.6. Precisou migrar para atuar nessas empresas? **Se sim**, para quais cidades?
- 3.7. O que te motivou a trocar de empresa?

**4º bloco – Conjuntura e a influência das questões estruturais:**

- 4.1. Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?
- 4.2. Em algum momento da história recente da empresa onde trabalha, sentiu temor de ser demitido em decorrência de decisões de política interna da empresa?
- 4.3. **(Para os trabalhadores da Petrobrás)** Sentiu desejo de mudar para o setor privado? **Se sim**, por qual motivo?
- 4.4. **(Para os trabalhadores do setor privado)** Desejou prestar concurso na Petrobrás? Por que sim/não?
- 4.5. Desejou mudar de município, estado ou país em razão da conjuntura política do Brasil? Para onde? (caso não, pular para 4.8)
- 4.6. Se sim. Acredita que sua condição financeira facilitaria a migração?
- 4.7. Acredita que conseguiria trabalho facilmente no local que migraria? Seria na mesma área em que atua?
- 4.8. Sentiu-se ameaçado em perder o emprego em decorrência da pandemia?
- 4.9. Como a pandemia afetou o seu emprego?
- 4.10. Você acredita que a pandemia afetou o seu emprego permanentemente? Como?

## APÊNDICE 2: TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

### Entrevistado 1:

#### 1º Bloco – Infância e adolescência

**Rennan:** Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?

**A.:** Nasci em Vitória em 1978 e desde então vivi em Cariacica no bairro Itaciba. Hoje, eu já não moro em Itaciba, depois que casei vivi um tempo no município de Serra e tem um ano que estou em Aracruz, mais próximo da minha unidade aonde trabalho.

**R:** Na sua infância e durante a sua infância e adolescência em Cariacica, você chegou a imigrar alguma vez nesse período?

**A:** Não. Vivi praticamente toda a minha infância em Cariacica.

#### 2º Bloco – Educação e Qualificação

**Rennan:** Qual o curso (técnico ou graduação) mais elevado que estudou? Há relação direta com o petróleo? Qual motivação na escolha do curso?

**A:** Sou técnico de mecânica pela Cefetes que hoje é o IFES. Esse curso possui uma relação com o meu atual trabalho na Petrobrás, e também sou formado em Administração pela UFES e pós-graduado em Gestão Pública. O tema da minha pós-graduação tinha a ver com a questão da imigração e envolvia o município de Cariacica. Cariacica na década de 60 e 70 era considerada uma potência para o desenvolvimento da região metropolitana, foi o município que mais recebeu migrantes depois da crise de erradicação do café, aonde muitas pessoas vieram do interior para morar na Grande Vitória- o município acabou crescendo muito, inclusive com muitas porções de pobreza. No entanto, não havia políticas públicas neste município, principalmente políticas habitacionais. Juntamente com o crescimento houve também o aumento das desigualdades e da violência. Na década de 90, Cariacica era conhecida em rede nacional pelo alto nível de violência. Teve alguns impactos econômicos: saída da sede da Vale que era em Cariacica; construção da 2ª ponte; construção do Complexo Tubarão.

**R:** Em que ano iniciou e em que ano terminou o curso de técnico em mecânica? Quantos anos tinha quando iniciou e terminou o curso?

**A:** Iniciei meu curso em 2001 até terminei em 2003, eu tinha 23 anos quando comecei meu curso.

**R:** Você precisou mudar de cidade para estudar lá no Cefetes?

**A:** Não. Eu morava em Cariacica ainda e me formei no Cefetes de Jucutuquara.

**R:** Após concluir o curso, demorou quanto tempo para conseguir trabalho? Tinha relação com a área de estudo? Tinha relação com o petróleo?

**A:** Quando iniciei meu curso e terminei, eu era concursado dos Correios. Iniciei meu curso como carteiro e terminei com carteiro. Assim que eu me formei no Cefetes tive que sair dos Correios por causa do estágio que eu fazia na CST, isso foi de 2003 até 2004. Em 2006 teve um concurso da Transpetro na qual me interessei, acabei fazendo a prova e conseqüentemente passei nela e em 2008 eles me chamaram.

**R:** Em que lugar você trabalhava quando entrou no Transpetro?

**A:** Na Terminal de Vitória.

### **3º Bloco – Trabalho e migração**

**Rennan:** Atualmente você trabalha na Transpetro desde 2008, certo?

**A:** Isso.

**R:** Você foi recentemente para Aracruz, correto?

**A:** Isso. Continuo na Transpetro, mas eu vim pra Aracruz porque quando entrei na Transpetro ela era dividida em 2 áreas- gerência de gás dutos e gerência de óleos dutos (hoje elas são juntas). Passei da gerência de óleos dutos para a gerência de gás dutos pois me interessei em trabalhar nesta área e como precisavam de mão de obra em Aracruz dentro desta área, pedi para atuar em Aracruz.

**R:** O que te motivou essa mudança para Aracruz?

**A:** Foi a qualidade de vida. Eu me deslocava cerca de 70 km (1h30 minutos de deslocamento, ida e volta) e isso impactava muito na minha qualidade de vida-familiar, disposição ao risco, cansaço físico. Quando você mora perto do seu trabalho é muito mais fácil e melhor.

**R:** E foi então um desejo seu ir para Aracruz?

**A:** Foi um desejo meu, mas foi também uma decisão familiar.

**R:** Foi mais ou menos quando que você foi para Aracruz?

**A:** Foi no ano passado, já tem praticamente um ano.

**R:** Foi no meio da pandemia. Meus filhos estudavam numa escola particular em Serra e não estavam tendo aula e minha esposa não trabalha e então decidimos que valia a pena ir morar em Aracruz e não ia mudar muita coisa, mas sim nossa qualidade de vida.

**R:** Você ingressou na Petrobrás no concurso, certo?

**A:** Isso.

**R:** O que te motivou a tentar a vaga?

**A:** Gosto de desafios, e eu vim de uma trajetória humilde (estudei em escola pública) e para eu estar dentro da Petrobrás era muito gratificante. Hoje me vejo inserido neste sistema, mas se eu tiver oportunidade de evoluir mais será muito satisfatório.

**R:** Atualmente quanto tempo você gasta de sua residência em Aracruz até o trabalho?

**A:** 25 a 30 minutos.

**R:** Você vai de carro?

**A:** Sim, tenho um carro que é da empresa e as vezes quando não o tenho na minha posse tenho um colega que me leva.

**R:** Você solicitou ou desejou solicitar transferência de local de trabalho?

**A:** Existem duas questões, eu poderia continuar morando na Serra e me deslocar diariamente para Aracruz, mas meu local de trabalho foi mudado. A questão da mudança física da minha residência foi mais uma questão pessoal e familiar da minha parte. Muitos dos meus colegas não fizeram a escolha de ir morar em Aracruz.

**R:** Então a empresa decidiu mudar/transferir você para Aracruz?

**A:** Sim, a questão laboral do meu serviço.

**R:** Por conta dessa mudança no seu serviço, você e sua família decidiram então mudar para Aracruz, mas alguns de seus colegas decidiram ficar em Serra, certo?

**A:** Exatamente.

**R:** Então seus colegas fazem o traslado?

**A:** Isso, todo o dia eles fazem esse trajeto Serra-Aracruz ou Vila Velha-Aracruz.

**R:** Além da Transpetro você trabalhou nos Correios, mas chegou a trabalhar em outra empresa do setor de petróleo?

**A:** A Transpetro foi a primeira empresa que eu trabalhei no ramo do setor de petróleo. Me estagiei na CST que é trabalha na área de siderurgia, e essa foi a área mais próxima de atuação dentro da minha atividade.

#### **4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

**Rennan:** Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo na Transpectro no seu caso, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?

**A:** A gente que trabalha numa empresa de grande porte e que somos concursados possuímos uma estabilidade simbólica, embora o único temor dentro da Petrobrás ser as decisões governamentais porque infelizmente os governos recentes são privatistas e estão acabando com a Petrobrás- é como se a privatização fosse algo benéfico para a população. Muitos afirmam que a Petrobrás é uma empresa dos brasileiros, mas só que as empresas brasileiras devem é trazer benefícios para os brasileiros. As políticas privatistas colaboram para ajudar os interesses estrangeiros como por exemplo a privatização de poços e bacias. A questão do PPI contribui para beneficiar os importadores de combustível. A grande mídia ganha dinheiro com os grandes empresários e na hora do benefício que sairá ganhando serão estas pessoas e não a população.

**R:** No seu caso especificamente, como você trabalha na Transpetro e por ela ser uma subsidiária da Petrobrás, você entende que há um risco maior de ter uma privatização, assim como aconteceu com a distribuidora?

**A:** Onde eu atuo em Aracruz já foi vendida, e irei estar nessa instalação até o dia 25 de Junho. A empresa que comprou o gás duto já se instalou e meu serviço na empresa diminui. O sistema Petrobrás já está sendo vendida a muito tempo e por causa da privatização o preço do diesel, da gasolina e também a inflação sobem cada vez mais. Isso se deu mais depois do impeachment do governo de Dilma onde mudaram a forma da política de preços. O Brasil sendo um país subdesenvolvido e que possui um enorme recurso de petróleo deveria ter um governo que atuasse e intervisse em políticas para diminuir as desigualdades que conseqüentemente geram violência. Deverias se fortalecer o Estado através das empresas fortes como a Petrobrás que gera emprego, traz lucro e desenvolvimento para o Brasil.

A nossa preocupação é mais voltada as decisões do governo pois essas decisões impactam na nossa garantia de emprego, por exemplo a privatização do gás duto na empresa onde trabalho gera a absorção do pessoal que trabalha nessa área e conseqüentemente gera o desemprego de muitas pessoas.

**R:** Todas essas questões de instabilidade te fazem sentir temor, além de perder o emprego, mas também te faz sentir temor de ir para outro lugar? Ter por exemplo uma transferência para o Nordeste ou Sul?

**A:** Atualmente, estou na direção dos sindicatos, sou diretor não liberado e atuo mais na base, então essa questão de eu ser transferido para outro Estado não existe.

**R:** Você já sentiu o desejo de atuar no setor privado, dentro da área do petróleo?

**A:** Primeiramente, o setor privado não vai me dar a remuneração que eu ganho hoje. O petroleiro ganha um salário digno para a sua sobrevivência, embora sejamos sujeitos a enormes riscos como por exemplo risco de explosão, acidentes. É por isso que a qualidade de vida dos trabalhadores como a gente deveria ser mais importante do que apenas gerar lucro pois são estes trabalhadores que permitem gerar o desenvolvimento da economia.

**R:** Você já sentiu ou sente desejo de emigrar para outro país, Estado, município?

**A:** Tenho origem italiana, procuro hoje obter cidadania, mas isso não é um benefício para mim, mas sim para os meus filhos.

**R:** Esse sentimento é muito pelo contexto, essa conjuntura que a gente está debatendo?

**A:** Exatamente. Se precisar mesmo pode se tornar um benefício para mim também.

**R:** Você acredita que se isso acontecer, talvez ir para Itália/Europa, você conseguiria trabalho facilmente e você acredita que seria no setor de petróleo?

**A:** É meio difícil responder esta pergunta, pois não estou procurando agora esse tipo de oportunidade. Acho que seria um pouco difícil sim, porque eu teria que ter uma classificação a mais na minha área, porém, só de não ter o idioma italiano e não ter um inglês fluente já dificultaria muito.

**R:** Sentiu-se ameaçado em perder o emprego em decorrência da pandemia?

**A:** Não. Sentia mais medo de perde a vida.

**R:** Como a pandemia afetou o seu emprego?

**A:** No meu emprego não afetou porque minha área de trabalho envolve muita execução e mesmo assim na pandemia eu trabalhava presencialmente.

**R:** Tinha que fazer algum teste antes de ir para o local de trabalho/ tinha algum confinamento?

**A:** Usávamos máscara. Fazíamos teste de temperatura, respondíamos alguns questionários diariamente para que pudéssemos entrar na unidade.

**R:** Você acredita que a pandemia afetou o seu emprego permanentemente? Como?

**A:** Principalmente nessa questão de talvez o uso do álcool gel (higienização); a máscara talvez não porque ela dificulta o desenvolvimento da nossa atividade devido aos ambientes serem insalubres e quentes ela acaba incomodando muito.

## **Entrevistado 2:**

### **1º Bloco – Infância e adolescência**

**Rennan:** Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?

**A:** Eu nasci em BH, vivi lá até os 17 anos e passei minha infância e adolescência toda em BH.

**R:** Você migrou para outros lugares nessa fase da vida? Caso sim, poderia me dizer para quais lugares e quanto tempo ficou?

**A:** Passei no vestibular em Florianópolis quando eu já tinha 18 anos e fiquei um ano morando lá e só depois que eu vim para o Espírito Santo.

**R:** Então o motivo da sua migração foram os estudos, certo?

**A:** Sim.

**R:** Foi qual curso que você passou?

**A:** Engenharia elétrica na Federal de Santa Catarina.

### **2º Bloco – Educação e Qualificação**

**Rennan:** O que te motivou a escolher esse curso? A questão de trabalhar no petróleo já estava nessa escolha?

**A:** Essas escolhas começaram com o meu pai, porque ele é físico e matemático e sempre ele me trazia muitos conteúdos relacionados com a ciência quando eu era criança e meio que fiquei com essa ideia, apesar de gostar também de história. Fiz um curso técnico quando eu estudava a oitava série, fiz esse curso no Colégio Técnico da UFMG. Eu escolhi o curso técnico em eletrônica e desde o ensino médio eu já tinha essa pretensão de trabalhar em alguma empresa grande do setor energético fosse Petrobrás, Eletrobrás, EP, ou seja, sempre tive vontade de trabalhar numa indústria de grande porte.

**R:** Em que ano iniciou e em que ano terminou o curso?

**A:** Comecei em Abril de 2013 e peguei meu diploma em Junho 2019.

**R:** Precisou migrar para realizar o curso?

**A:** Migrei quando eu passei no concurso.

**R:** Então você entrou como técnica na Petrobrás?

**A:** Sim, em 2013 é que comecei meu curso de engenharia elétrica, mas já estava na Petrobrás.

**R:** Você conseguiu um plano de carreira a partir da sua graduação?

**A:** Não tenho. Para mudar você precisa fazer um novo concurso- concurso de nível superior, mas mudar de cargo dentro da empresa para nível superior não é possível.

**R:** Após concluir o curso, demorou quanto tempo para ingressar na Petrobrás? Fez algum cursinho ou alguma coisa do tipo?

**A:** Não, finalizei o curso técnico no final de 2008 e eu fui admitida na Petrobrás no dia 1 de Setembro de 2010.

**R:** Já possuía intenção de trabalhar no setor do petróleo ao escolher esse curso?

**A:** No final do curso a ideia de trabalhar no setor de petróleo já era uma ideia que fazia sentido para mim.

### **3º Bloco – Trabalho e migração**

**Rennan:** Em qual empresa trabalha atualmente? Há quanto tempo? Qual a localização? Precisou migrar de cidade para atuar na empresa? **Se sim**, a decisão de migrar foi principalmente por conta do emprego?

**A:** Trabalho na Petrobrás, entrei em Setembro de 2010 e trabalho em Anchieta no sul do Estado na UTJ sul e sim migrei principalmente por conta do trabalho

porque eu morava em Minas e eu namoravam uma pessoa de Espírito Santo e como acabei engravidando eu resolvi fazer concurso aqui.

**R:** Você reside em Vila Velha?

**A:** Isso.

**R:** O que te motivou a tentar a vaga no concurso foi os colegas que também estavam no final do curso técnico, certo?

**A:** Sim, a ideia inicial partiu dos meus colegas.

**R:** Como é o seu deslocamento casa/trabalho (diário ou não)? Esse tipo de deslocamento influenciou na escolha do local onde habita atualmente?

**A:** Eu não trabalho todos os dias, trabalho por escalas- 6 dias (12 horas por dia) mas tenho 9 dias de folga. Essa questão de transporte sempre foi uma briga pois exigíamos que houvesse, mas sempre foi negado e por isso fazemos o trajeto por conta própria.

**R:** Tem algum alojamento lá no UTJ? Como é que funciona?

**A:** Possui alojamento, mas a gente acaba indo e voltando para casa (entramos 7 horas e saímos as 19 horas).

**R:** Você demora quanto tempo no deslocamento casa/ trabalho?

**A:** 1h e 20 minutos (ida e volta).

**R:** Solicitou ou desejou solicitar transferência de local de trabalho na empresa em que trabalha atualmente? **Se sim**, por qual motivo?

**A:** Neste momento estou sendo transferida para a sede em Vitória. O motivo da transferência é a baixa oferta de gás que temos no nosso local de trabalho e já vem tendo uma enorme redução nestes últimos anos de disponibilidade de gás e a plataforma que disponibiliza gás para onde trabalho terminou o contrato, e por isso decidi sair fora.

**R:** Você acha que o UTJ vai paralisar ou vai continuar as atividades?

**A:** Acho que vai continuar porque temos um contrato com a Shell até 2027 e a Petrobrás decidiu manter esse contrato mesmo sem operar do que sujeitar a quebra e conseqüentemente pagar multa.

**R:** Além da empresa em que trabalha atualmente, trabalhou em outras empresas? Quais? Também eram do setor de petróleo? Qual era a localidade e quanto tempo trabalhou em cada uma (se possível solicitar o ano inicial e final)?

**A:** Trabalhei numa empresa de impressora fiscal e também numa empresa de Telemarketing. As duas eram em BH.

**R:** O que te motivou a trocar de empresa?

**A:** Foi a estabilidade e também era um concurso que tinha a ver com a minha área. Na época eu não tinha a pretensão de ser concursada, mas queria trabalhar numa empresa de grande porte e também devido a minha afinidade com essa área, não foi só por ser concurso público.

#### **4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

Rennan: Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?

**A:** Desde 2006 após o impeachment da Dilma, ficamos mais em alerta nas movimentações do governo porque já sabíamos que poderia surgir uma corrente forte de privatização. E conforme foram se passando os anos e isso foi-se confirmando principalmente com a BR distribuidora, acabei ficando com muito receio de perder meu emprego pois houvesse muita gente que acabou sendo despedido.

**R:** Em algum momento da história recente da empresa onde trabalha, sentiu temor de ser demitido em decorrência de decisões de política interna da empresa?

**A:** Sim, pois a conjuntura política nacional interfere diretamente na empresa (maior parte dela é estatal) e acabamos enxergando essas reflexões, como por exemplo a mudança no tratamento com a força de trabalho (endurecimento das punições que antes não era algo comum e ainda era algo que divulgavam, ou seja, mostravam que era punido), meio que surgiu uma política de amedrontar.

**R: (Para os trabalhadores da Petrobrás)** Sentiu desejo de mudar para o setor privado? **Se sim**, por qual motivo?

**A:** Do petróleo não.

**R:** E fora do petróleo? E o que te motivou esse desejo?

**A:** Sim. A Petrobrás já foi uma excelente empresa para trabalhar só que a progressão de carreira é muito lenta- para você ser promovido é como fosse a realização de um vestibular pois não importa o quanto você é bom, só pode ser promovido apenas 3 pessoas entre 20.

**R:** Desejou mudar de município, estado ou país em razão da conjuntura política do Brasil?

**A:** Sim, teve uma época que disseram que iam construir uma UTJ em Sergipe e fiquei interessada em ir trabalhar lá e conseqüentemente eu tinha que me mudar e sempre tive vontade de morar no Nordeste. Nos últimos 2 anos tenho pensado em sair fora do Brasil.

**R:** Para onde?

**A:** Penso em Uruguai, Chile e Espanha.

**R:** Se sim. Acredita que sua condição financeira facilitaria a migração?

**A:** Acho que facilitaria as FGTS, os direitos trabalhistas que eu teria numa rescisão. Seria mais essas verbas rescisórias que me possibilitariam fazer essa migração.

**R:** Acredita que conseguiria trabalho facilmente no local que migraria? Seria na mesma área em que atua?

**A:** Seu eu sair da Petrobrás não quero trabalhar mais no setor do petróleo.

**R:** Você pensa em trabalhar então no setor energético?

**A:** Não, desde o final de 2020 estou estudando para ir para a área de TI, mas não trabalhando na operação.

**R:** Sentiu-se ameaçado em perder o emprego em decorrência da pandemia?

**A:** Não.

**R:** Como a pandemia afetou o seu emprego?

**A:** A pandemia foi o melhor período de trabalho que eu já tive por que no meu local de trabalho só iam a equipe de técnicos e eu trabalhava exclusivamente na presencial na área operacional.

**R:** Tinham que fazer testes para ir trabalhar?

**A:** Sim, teve uma série de protocolos- testes rápidos, medição de temperatura, preenchimento de questionários

**R:** Você acredita que a pandemia afetou o seu emprego permanentemente? Como?

**A:** Sim, a questão do teletrabalho por que na Petrobrás não tinha nenhum trabalho desse tipo e então foi uma mudança permanente.

**Entrevistado 3:**

### **1º Bloco – Infância e adolescência**

**Rennan:** Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?

**B:** Eu sou de Foz do Iguaçu, no interior do Paraná.

**R:** Você chegou a migrar nessa fase da vida (na infância ou adolescência)?

**B:** Na infância e adolescência não. Eu fiquei até os 17 anos em Foz do Iguaçu, quando fiz 18 anos fui para Florianópolis em Santa Catarina para estudar na UFSC. Ao mesmo tempo que fui para lá o meu pai passou em concurso público do ministério público em Curitiba, capital do Paraná. Então depois que me formei eu fui morar com meus pais em Curitiba.

**R:** Então sua migração ocorreu já um pouco mais velha, para estudar em Santa Catarina e depois para residir com os pais em Curitiba, certo?

**B:** Isso. Eu fiquei em Curitiba por um tempo, trabalhei um pouco em algumas empresas, depois na prefeitura. Quando eu passei em concurso público em Brasília e mudei para lá. Fiquei 1 ano e pouco trabalhando em Brasília, fiz as disciplinas do meu mestrado lá na UNB. Depois eu fiz o concurso a Petrobrás, me mudei para o Rio de Janeiro, fiquei lá por 4 a 5 meses. Minha primeira lotação foi lá em Macaé, também no estado do Rio de Janeiro. Fiquei 1 ano e pouco lá, porém o ambiente de trabalho era bastante complicado, muito competitivo. Quando surgiu uma vaga para ir para Vitória eu peguei, sem nunca ter pisado no Espírito Santo antes. Arrisquei e vim de mala e cuia mesmo.

### **2º Bloco – Educação e Qualificação**

**R:** Qual o curso mais elevado que estudou? Você já comentou que foi em Santa Catarina, certo?

**B:** Sim, foi na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), eu fiz o curso de engenharia de sanitária e ambiental. Em 2012 eu entrei no mestrado de Economia na UNB de Brasília, sendo um mestrado profissional de economia do meio ambiente, concluí em 2014.

**R:** E quando você começou o curso lá em Florianópolis?

**B:** Foi em 2005.

**R:** Você concluiu o curso e foi para Brasília fazer o mestrado?

**B:** Na verdade quando eu concluí a faculdade eu fui para Curitiba, porque meus pais estavam morando lá. Trabalhei 2 meses numa empresa, depois

mais 3 meses em outra, trabalhei na prefeitura também. Porém, logo me chamaram para o concurso que tinha feito em Brasília, pelo Ministério do Meio Ambiente, isto em 2012, então aproveitei que estava lá e entrei para o mestrado na UNB.

**R:** Quando que apareceu a oportunidade para trabalhar na Petrobrás?

**B:** O concurso foi em 2012 e a gente foi chamado em 2013.

**R:** Daí que você para o Rio de Janeiro passar uns meses?

**B:** Sim, tinha um curso de formação lá no Rio de Janeiro, com duração de 4 a 5 meses.

**R:** E qual é a sua área de atuação na Petrobrás?

**B:** Meio ambiente.

**R:** Para voltar um pouco nas perguntas do bloco de educação e encerrar, quando você escolheu o seu curso de graduação, já possuía a intenção de trabalhar com o petróleo?

**B:** Não, não passava pela minha cabeça. Eu fiz porque sempre me interessei pela área de meio ambiente, também porque tinha exatas, que gosto muito, ao mesmo não tempo não era uma coisa muito fria também.

### **3º Bloco – Trabalho e migração**

**R:** Você consegue se lembrar o que te motivou a tentar o concurso da Petrobrás?

**B:** A Petrobrás é vista como uma empresa muito boa para trabalhar, por vários anos foi primeiro lugar na pesquisa que é feita para saber a empresa dos sonhos dos jovens. Também tem a questão da remuneração e dos benefícios, que para a área de meio ambiente se torna algo muito atrativo no mercado. Além disso, eu tinha uma ideia de desenvolvimento profissional, de desafio e crescimento na carreira. Então essas coisas em conjunto me motivaram a fazer o concurso.

**R:** É interessante que as outras pessoas que entrevistei também prestaram concurso na mesma época, sempre entre 2010 e 2012.

**B:** Foi o finalzinho, tanto que nos anos anteriores costumava a ter mais vagas. No meu concurso, tinha 10 vagas e chamaram apenas 10 pessoas, só chamaram algumas pessoas depois porque outras haviam desistido de pegar. Então isso mostra que já foi no período final.

**R:** Sobre sua transferência de Macaé, por que Vitória? A cidade apareceu como única opção?

**B:** É assim, apesar de existir uma mobilidade na Petrobrás, não é uma coisa tão fácil. Lá (em Macaé) o ambiente estava muito ruim, me fazendo mal, então quando surgiu a oportunidade de transferência, não pensei duas vezes. Eu iria para qualquer lugar.

**R:** Alguma empresa que trabalhou, antes da Petrobrás, possuía alguma ligação com o setor de petróleo?

**B:** Eu trabalhei com saneamento lá no Ministério do Meio Ambiente e também trabalhei no Ministério do Planejamento na parte de saneamento, foi até durante o Governo Dilma, trabalhava com coleta urbana de resíduos, fazia algo bem parecido com o que faço atualmente na Petrobrás. Também trabalhei numa empresa de engenharia que fazia projetos sanitários para o programa “Minha Casa Minha Vida”. Na prefeitura de Curitiba também trabalhei na área de saneamento. Então na área de petróleo, foi só na Petrobrás mesmo.

#### **4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

**R:** Agora, já no último bloco entramos para falar sobre as questões de conjuntura e suas percepções sobre isso.

Sobre o risco que tem acontecido de transferência para a sede da empresa no Rio de Janeiro, no setor existe este risco?

**B:** Sim, o meu gerente não é daqui, fica em Macaé, o que já gera uma expectativa de transferência. Na verdade, a minha gerência possui pessoas de vários estados, há pessoas em Manaus, na Bahia, no Rio de Janeiro, Macaé, e tem eu aqui (em Vitória). Embora que é um assunto evitado de se falar muito porque gera aflição e mexe com a vida da pessoa, mas o meu gerente já deu entender que pode ocorrer um movimento de centralização no Rio de Janeiro, e assim, principalmente pra gente que é de nível superior e está mais ligado à gestão do que ao chão de fábrica (produção), e com o enxugamento das Unidades de Operação, é natural que tenha uma concentração das atividades na sede da empresa no Rio de Janeiro.

**R:** Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?

**B:** Com certeza, a gente viu várias coisas de serem vendidas, além dessa tendência de centralização, teve também uma autorização judicial para terceirização de atividades fins, que antes de 2016 não era permitido. Para empresa é mais interessante, pois é uma mão de obra mais barata, mais precarizada. Esta mão de obra é mais sujeita aos mandos e desmandos, não possuindo nenhuma estabilidade na empresa. E o perfil da gerência hoje, que é um perfil militar, é mais interessante que tenha uma mão-de-obra mais precarizada e com a tendência de ser centralizada no Rio de Janeiro. Também há a venda de várias coisas. Atualmente temos duas unidades de tratamento de gás aqui, uma no norte (Cacimbas) que está operando abaixo da capacidade, e uma no sul (UTG-SUL) que possui um prazo de operação de apenas 10 anos, então já está para vencer. Também vimos leilões de reservas de pré-sal aqui no estado. Então isso abalou o administrativo que dá suporte às Unidades Operacionais, sem isso não há razão do prédio da sede existir (embora que muitos colegas não possuem noção disso ainda).

**R:** Parece então que há o risco da Petrobrás sair em breve do Espírito Santo. Você acredita nisso?

**B:** Sim. Tanto que o Sindipetro está com uma campanha “Petrobrás fica no Espírito Santo”. Hoje vemos uma completa desmobilização da área de exploração no estado, o que inviabiliza a descoberta de novos campos no Espírito Santo. Portanto, a Petrobrás não está procurando petróleo aqui e o que têm está sendo colocado a venda. É por isso que a Petrobrás está ameaçada de sair do estado. Ao mesmo tempo, estamos recebendo vários colegas do Nordeste, porque a Petrobrás também está saindo de lá. Com o eventual aumento da centralização no Rio de Janeiro, além dessa questão de deslocamento físico (dos trabalhadores) que pode afetar as famílias, também há o risco de não ter vaga para todo mundo. Com 10 unidades atualmente, passando para 2 unidades, por exemplo, ficaria inviável alocar todo mundo.

**R:** Lembro que um tempo atrás vi uma reportagem que dizia que a Petrobrás do Espírito Santo estava para receber em torno de 2.000 trabalhadores transferidos da Bahia. Você conhece alguém dessa leva?

**B:** Sim.

**R:** Você conseguiria me indicar alguém?

**B:** Como a maioria das pessoas estão em teletrabalho, estou tendo menos contato com eles, mas posso tentar. Teve uma área de suprimentos que veio toda do Nordeste para cá, não sei exatamente da Bahia. Tenho um colega que veio trabalhar aqui junto com a esposa e depois foi transferido para a RMAN (Refinaria de Manaus).

**R:** Sentiu desejo de mudar para o setor privado?

**B:** Não.

**R:** Desejou mudar de município, estado ou país em razão da conjuntura política do Brasil? Para onde?

**B:** Eu já quase planejei, há uns dois ou três anos atrás, logo depois das eleições de 2018. Estava planejando ir para o Canadá.

**R:** Se caso ocorresse essa migração, você acredita que conseguiria trabalho facilmente? Acredita que poderia ser na área de petróleo ou na sua área em geral (meio ambiente)?

**B:** Eu ia tentar um Programa de Imigração do Atlântico Norte. É um programa que envia pessoas para regiões mais frias do Canadá onde os locais com mão-de-obra qualificada não querem ficar. Não sei se seria fácil conseguir emprego, mas eu já sairia com emprego. Pelo fato de eu trabalhar há 9 anos na Petrobrás é provável que isso me ajudaria a conseguir algo no ramo, porém também estava aberta para outras áreas. Como é um programa que tem como base a experiência profissional isso me facilitaria conseguir algo na área do meio ambiente. E é um programa que facilita a aquisição de visto permanente, então após realizar o programa, você não precisa necessariamente ficar numa região inóspita.

**R:** Sobre a pandemia, você sentiu ameaçada em perder o emprego em decorrência da pandemia?

**B:** Não diretamente, mas o que senti que o teletrabalho que veio em decorrência da pandemia e que acabou ficando sendo por enquanto opcional, sendo que quem aderir pode trabalhar dois dias presenciais e três dias em casa. Só que na negociação com o sindicato, percebemos que a empresa tem tentado mudar o controle de jornada, que deixaria de ser por hora e passaria a ser por entrega. Eu vejo com receio, pois muitas vezes meus gerentes subestimaram o tempo que gasto com alguma demanda, falando ser rápido, porém não era como eles pensavam. Hoje tem um monte de aplicativos e

sistemas que não são muito amigáveis, a gente precisa ligar para o TI e é um serviço terceirizado, muitas vezes a pessoa que nos atende não sabe resolver o problema, então me preocupa muito. Já tive gerentes que não possuía nenhuma noção da minha área, então como uma pessoa pode saber dimensionar o tempo de uma demanda. Portanto, jogar o controle de carga horária para demanda, eu vejo muitos colegas trabalhando além da carga horária, sem receber nenhum dinheiro a mais de hora extra. Devido a essas questões, eu sou uma das poucas pessoas que não optou pelo teletrabalho.

**R:** Algumas outras pessoas que entrevistei olharam até que de forma positiva para o teletrabalho, seu relato está sendo o primeiro a trazer uma visão mais negativa do home office, o que pode enriquecer muito a pesquisa. Você acredita que será permanente?

**B:** Eu entendo que para uma pessoa que mora em Vila Velha e que pega trânsito optar pelo teletrabalho. Eu também teria aderido se residisse distante. Porém eu que moro aqui perto (em Barro Vermelho), é muito fácil me deslocar até a empresa.

**R:** Quanto tempo de deslocamento você faz até a Petrobrás?

**B:** Entorno de 10 minutos no máximo, eu venho a pé.

**R:** Além do teletrabalho, você consegue pensar em outro impacto da pandemia no seu trabalho?

**B:** Muitos colegas pegaram Covid, inclusive tive um colega que era terceirizado, no auge da pandemia ele precisava se deslocar até a empresa com coisas que poderia fazer em casa, por falta de recurso ou dificuldade tecnológica tinha que se deslocar. Ele pegou a Covid e veio a falecer. Fiz uma denúncia na ouvidoria, porém não fui atendida, pois alegaram que a Covid é uma questão internacional e não apenas do indulto da Petrobrás. A esposa dele ficou desassistida, precisamos fazer uma “vaquinha” para ajudar. Isso me impactou muito. Tentei abrir uma CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), via sindicato, porém como ele era terceirizado e não poderia ser representado pela gente. Precisei entrar em contato com o sindicato que representa ele, porém acabou não indo para frente.

**R:** Acho que já conseguimos alcançar o planejado. Há mais alguma coisa que gostaria de compartilhar? Alguma consideração final?

**B:** Aquela questão sobre se eu possuía interesse em trabalhar no mercado privado do petróleo, na verdade eu decidir entrar para a Petrobrás justamente por ser uma estatal, que parte dos royalties possuía destinação para saúde e educação. Não concordo com o preço que tem sido praticado hoje, baseado no dólar para ampliar os lucros para os acionistas, sendo que a empresa deveria continuar tendo uma finalidade pública, criando uma cadeia produtiva interna no Brasil, tudo a preço a real, não tendo porque atrelar o preço dos combustíveis ao dólar, o que afeta o preço de tudo, dos transportes e dos alimentos. Hoje em dia a lógica da empresa tem sido a oposta daquela que me motivou a entrar para a Petrobrás.

#### **Entrevistado 4:**

##### **1º Bloco – Infância e adolescência**

**Rennan:** Onde nasceu e onde passou a maior parte da sua infância?

**B:** Nasci em Lúna, vivi pouco tempo, depois fui para Vila Velha, onde fiquei até uns 7 ou 8 anos de idade, retornei pra Lúna com a separação dos meus pais, junto com meu pai, pois ele ficou com a guarda (eu e mais dois irmãos). Na volta para Lúna fiquei até os 11 anos, pois em seguida retornei para Vila Velha para morar com minha mãe novamente, onde permaneci até os 28 anos.

**R:** Você consegue se lembrar o motivo de sua família ter migrado para Vila Velha na primeira vez?

**B:** Foi por conta do trabalho do meu pai, que atuava como motorista de táxi após se aposentar como motorista da Itapemirim depois de ter sido acometido por um problema de coluna.

##### **2º Bloco – Educação e Qualificação**

**R:** Qual o curso (técnico ou graduação) mais elevado que estudou? Há relação direta com o petróleo? Qual motivação na escolha do curso?

**B:** Trabalhei muitos anos com a área de comércio, depois, através de colegas descobrir um interesse na área industrial. Um colega arrumou um emprego pra mim, e eu vi que para continuar nessa função (na época era manutenção) eu precisava me qualificar um pouco mais, na época não possuía sequer ensino médio, ai eu fui concluir o ensino médio pois era uma exigência do empregador. Logo depois eu consegui arrumar empregos melhores, embora que na área de manutenção não havia ficado por muito tempo. Nessa época,

entrei para numa vaga para trabalhar no escritório de uma empresa que prestava serviço locando equipamentos para o Porto da Vala, chamava-se TVV, sendo um terminal de contêiner em Vila Velha. Tal empresa locava os equipamentos para o porto, tais como “rede estaquia”, empilhadeira, ponte rolante. Eu era responsável por somar hora trabalhada e planejamento de uso de tais equipamentos. Em seguida, surgiu a oportunidade de eu trabalhar não mais como terceirizado e sim como efetivo da Vale a partir de um processo seletivo que realizei, então comecei a trabalhar como operador de equipamento. Nessa época comecei a operar grandes equipamentos como empilhadeira, guindaste e outros equipamentos de peso - Foi assim que comecei a minha carreira como operador.

Trabalhei no porto por 7 anos, até que em 2008, quando começou a época de crise, acabei sendo desligado da empresa junto com outros colegas. Um pouco tempo antes, um outro colega havia solicitado desligamento da empresa para trabalhar com o setor de petróleo, me fazendo despertar o interesse pelo setor petrolífero. Além disso, na época que trabalhava no porto, não me sentia muito satisfeito com o local em que morava - embora gostasse de Vila Velha, eu tinha o sonho de voltar para Lúna. Então em pensei, se eu conseguir trabalhar embarcado poderei morar aonde quiser, pois são 15 dias em casa e 15 dias no trabalho.

A partir desse momento comecei a fazer alguns cursos para trabalhar na área de petróleo, no primeiro momento eram cursos mandatórios, ou seja, para trabalhar na área era obrigatório fazer, como: CBSP (salvagem), Huet, espaço confinado, trabalho em altura.

**R:** Em qual época iniciou esses cursos?

**B:** Mais ou menos em 2010, nessa época que comecei a procurar o setor petrolífero e consegui atuar. No início entrei como assistente de operador, uma vez que é muito difícil entrar como operador direto – no caso da minha área que é operador de guindaste. A concorrência no processo de seleção é muito forte, pois você encontra com profissionais de até 10 anos de experiência na área. Tanto é que fui orientado na época a concorrer a vaga de assistente de operador, o que foi minha porta de entrada.

**R:** Essa é a mesma empresa que trabalha atualmente?

**B:** Não, na época eu trabalhava numa empresa americana de perfuração, chamada de Enscó (atualmente se chama Valares Perfurações).

**R:** Foi em qual que começou a trabalhar nessa empresa?

**B:** Por volta de 2010 e 2011.

**R:** Onde a empresa se localizava?

**B:** Macaé-RJ.

**R:** Em relação aos cursos, onde você morava? E quantos anos tinha?

**B:** Morava em Vila Velha, tinha 30 anos.

**R:** Como funciona a duração dos cursos?

**B:** São cursos de curta duração, porém também possuem curta validação, ou seja, precisa renovar com o tempo. O curso de maior validação é de 5 anos, porém a maioria apresenta validação de 2 anos, após este tempo é preciso renovar.

**R:** Você já possuía intenção de trabalhar no setor do petróleo ao escolher o curso?

**B:** Sim.

**R:** Conseguiu a vaga no setor petrolífero e foi para luna, certo?

**B:** Sim.

### **3º Bloco – Trabalho e migração**

**R:** Em qual empresa trabalha atualmente? Há quanto tempo trabalha nesta empresa?

**B:** Trabalho atualmente na Subsea 7. Para falar sobre meu tempo de trabalho é importante dizer que dentro da área de *offshore* existem diversos setores, como produção, perfuração, lançamento de linha – sendo este que estou agora. No setor de lançamento de linha fazem 6 anos e alguns meses que trabalho. Comecei numa empresa chamada Sapura Brasil, sendo um consórcio de duas empresas, uma britânica e outra da Malásia. Fui trabalhar na empresa atual pois me ofereceram uma proposta melhor, faz pouquíssimo tempo que estou lá, 7 meses mais ou menos.

**R:** Você atuou em diversas empresas?

**B:** No setor offshore Rennan, a gente vive recebendo proposta, principalmente pelo LinkedIn, onde as próprias empresas nos enviam mensagem convidando para trabalho. Por isso, diversas vezes estamos trocando de empresa. Eu

comecei na Enscó por três anos, esta empresa cumpria um contrato de prestação de serviço por 2 anos e meio, depois desse período fiquei mais 6 meses na Enscó para poder atuar no setor de manutenção. Em seguida fui trabalhar numa empresa chamada Ventura, onde fiquei por pouco tempo. Depois fui para CSE Instrumentação – também na função operador de guindaste, porém na área de produção. Quando sai desta última que fui para área de lançamento de linha, pela Sapura e agora estou na Subsea 7.

**R:** Interessante. A maioria dessas empresas atuam como prestadoras de serviço?

**B:** Sim, prestadoras de serviço para a Petrobrás. As unidades são delas, que vem de fora. Por exemplo, trabalho atualmente num navio plataforma que pertence a minha empresa (Seven Sea – nome do navio), estando subsidiando para a Petrobrás, locando a embarcação e o serviço técnico.

**R:** Além do LinkedIn, teve uma outra forma de ingressar na empresa? Principalmente no início no setor petrolífero.

**B:** Então, na época que comecei não tinha essa facilidade. Quando estava fazendo o treinamento na Westgroup, juntamos um grupo de pessoas que estavam no curso e fomos em Macaé. Lá as empresas ficam concentradas nas mesmas localizações, ou em um bairro chamado Cavaleiros ou Parque dos Tubos. Quando chegávamos na empresa com o currículo impresso, eles nem pegavam, então eles entregavam um papel com o e-mail onde você podia enviar o currículo. Então voltamos de Macaé com vários e-mails de empresas. Nós enviávamos o currículo, quando não recebíamos respostas, reenviávamos na outra semana, pois acreditávamos que o currículo poderia ter ido para a lixeira ou caixa de spam. Foi assim que consegui entrar, com o tempo começaram a chamar para realizar entrevistas, até que uma deu certo, que foi a Enscó.

**R:** Como é seu deslocamento casa para o trabalho? Esse deslocamento influenciou a escolha do local onde habita atualmente?

**B:** O que me influenciou na escolha de habitar em Lúna foi a proximidade com a família da minha esposa, penso que seria injusto eu ficar tanto tempo ausente durante meu trabalho sem que ela tivesse alguém mais próximo por perto, principalmente caso ela precise de ajuda. Além disso, também dou muito valor para a qualidade de vida daqui, principalmente em comparação com Vila Velha.

Também considero que aqui minha filha recebe uma educação no ensino público com qualidade, acredito que para receber um ensino da mesma qualidade, precisaria pagar um colégio privado em Vila Velha.

**R:** Em relação ao traslado, quanto tempo você faz o deslocamento casa para trabalho? Adiantando uma pergunta que estava para o final, teve alguma mudança agora com a pandemia?

**B:** Então, a pandemia fez eu pensar se valeria a pena continuar, porque no início da pandemia minha escala passou de 14/14 para 28/28, sendo que a última semana dos 28 dias de folga eu precisava fazer uma quarentena num hotel antes de embarcar, precisando fazer diversos testes PCR. Nessa época eu ficava 35 dias fora de casa. Esse processo durou um pouco mais de um ano, me fazendo refletir bastante se valeria a pena continuar. Depois a empresa abriu mão da escala de 28, retornando para a escala de 14, porém não abriu mão da quarentena – então continuei ficando muito pouco tempo em casa. Também tem que considerar que as embarcações que trabalho são de menor porte, as vezes devido as condições de mar o helicóptero precisava retornar pra base, então pode acontecer de precisar esperar até uma semana para poder embarcar. Como começou a ter muita reclamação (com a quarentena), a empresa começou a flexibilizar, então passou para quarentena de 5 dias. Agora mais recentemente a quarentena passou para 2 dias.

Outra coisa diferente, agora na pandemia a empresa manda um carro para me buscar que me leva direto para o hotel em Macaé para ficar de quarentena. Ou, quando embarco no Rio de Janeiro, o carro me busca na porta de casa e me leva para Vitória, onde pego um voo para o Rio, onde também fico de quarentena no hotel antes de embarcar.

**R:** Antes da pandemia também vinha um carro te buscar?

**B:** Não, antes eu precisava me virar, pegava ônibus de luna para Vitória. Se fosse para o Rio, a empresa em disponibilizava uma passagem aérea. Para Macaé pegava um ônibus.

**R:** Você sempre embarca em Macaé ou Rio de Janeiro?

**B:** Na maioria das vezes sim, mas já teve caso de embarcar em Aracaju, recentemente eu embarquei em Recife. Alguns colegas meus foram embarcar no México, numa época o navio não havia sido locado pela Petrobrás e pegou serviço lá, depois ainda foram para Moçambique.

**R:** Encerrando esse bloco, o que motivou a troca de empresas que você mencionou anteriormente?

**B:** Com certeza melhores salários. As empresas querem pessoas com experiência, como é meu caso na área, isso porque a operação dos equipamentos na área é algo que exige extremo cuidado, principalmente por serem bem frágeis, qualquer erro ao operar esses equipamentos seriam milhões de reais de prejuízo para a empresa – se isso acontecer, o navio entra em *downtime* e para de receber a diária dele com a Petrobrás.

#### **4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

**R:** Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?

**B:** Com certeza. As questões políticas influenciam muito. Na época do Governo Lula era um “oba oba”, as diárias eram muito mais altas se comparadas com atualmente. Tenho colegas que na época falavam que recebiam até salário por fora – sem imposto de renda nem nada. Só hoje fomos entender, porque estamos pagando por isso hoje. Atualmente eles são muito mais rigorosos com os contratos e isso faz perder muito mais dinheiro. Deveríamos está recebendo muito mais atualmente.

**R:** Mas nessa época você sentiu receio de não poder mais trabalhar no setor e petróleo ou ser demitido?

**B:** Houve um esbanjamento, vem a crise e depois começam a cortar salário. Por exemplo, antes poderia ter 10 barcos PLSV (lançamento de linha), vem a crise passam a ter 5, então muita gente fica desempregado. A Ensco na época que trabalhei possui 10 plataformas perfurando, depois ficou sem nenhuma, só agora que veio uma plataforma da Ensco perfurar um poço.

**R:** Então qual época sentiu mais receio de ser demitido, na época da Lava-Jato ou mais atualmente com a pandemia?

**B:** Foi na época da Lava-Jato, quando foram descobrindo as corrupções. Tinha empresa que estava operando na época e mandavam parar as atividades imediatamente, mesmo produzindo muito petróleo. Mas quando a empresa recolhia os equipamentos os funcionários não sabiam o que fazer, se tinham emprego ou não, se era pra ir pra casa ou ficar.

**R:** Em relação as políticas internas das empresas em que trabalhou, já ocorreu algo que fez sentir temor em ser demitido ou perder a vaga?

**B:** Pra gente que trabalha nas empresas contratadas não.

**R:** Já desejou prestar concurso na Petrobrás?

**B:** Não.

**R:** Por que não?

**B:** Pelo fato de não ter qualificação e preparo suficiente para isso, sei que tem a estabilidade, porém eu não tenho a formação suficiente para isso. Eu acho que não conseguiria passar numa prova dessa, mas que é muito bom é. Os trabalhadores da Petrobrás não possuem os melhores salários da bacia, porém tem a estabilidade no emprego e ganham muitos benefícios. Atualmente sou satisfeito na minha função, a única coisa que preciso melhorar no meu currículo no momento é meu inglês. Hoje eu almejo um contrato internacional, pois eu poderia ganhar um salário até dez vezes maior.

**R:** Isso que acabou de dizer vai no encontro das próximas perguntas. Se alcançar o que almeja, você migraria para outro lugar, como outro país?

**B:** Com toda a certeza, inclusive é o que está nos meus planos. Eu até sairia do setor de offshore para trabalhar na minha área, operador de guindaste, no setor onshore. Eu se eu tivesse proposta em alguns países, como EUA, Portugal, Espanha, Itália. Tenho experiência de sobra para conseguir, a única coisa que me atrapalha é o idioma. Meu inglês é muito básico, isso me atrapalha, até recebi uma proposta do Reino Unido recentemente e não consegui pegar a vaga por conta disso.

**R:** Você acredita que sua condição financeira facilitaria essa migração, caso ocorra?

**B:** Sim, com certeza.

**R:** Para finalizar a entrevista, gostaria de retornar mais uma vez para a questão da pandemia. Você comentou que a pandemia trouxe mudanças significativas no seu emprego, principalmente em relação a escala de trabalho. Porém, gostaria de saber se você acredita que algumas dessas mudanças serão permanentes?

**B:** Acredito que sim Rennan. Primeiro sabemos do risco que existe atualmente com uma infecção num navio, pois isso é capaz de parar completamente as atividades. Eu mesmo peguei infecção a bordo, o navio para a produção, veio

para Vitória e tivemos que ficar 14 dias em isolamento em hotel, o navio precisou ser completamente desinfetado. Como a empresa sabe desse risco, ela jamais vai abrir mão dos dois dias de quarentena no hotel, além dos exames. Se um cara dar uma tosse, eles não vão deixar embarcar. O custo é muito alto e os acionistas não irão ficar satisfeito caso a produção da empresa seja afetada.

## **Entrevistado 5:**

### **1º Bloco – Infância e adolescência**

**Renann:** Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?

**M:** Nasci em Manhuaçu, mas sempre morei em Lúna. Morei no interior de Lúna, onde passei praticamente toda minha infância. Com 10 anos eu e minha família tivemos que deixar o interior (roça) e mudar para a cidade-Bairro do Pito. Minha adolescência foi em Lúna.

**R:** Você consegue lembrar quais foram os motivos que levaram sua família a migrar do interior para a cidade?

**M:** Sim, culminou com a morte do meu avô materno pois morávamos no sítio dele e com o seu falecimento, meu pai e minha mãe decidiram mudar para a área urbana e também devido ao esgotamento físico do meu pai (ele passou vários anos trabalhando na roça). Outro motivo foi devido que nessa época, eu estava terminado a 4ª série e a escola onde eu estudava só dava aulas até a 4ª série e as crianças eram obrigadas a sair do interior para estudar na área urbana porque não havia transporte escolar diário que as levasse para as escolas que tinham na região urbana.

### **2º Bloco – Educação e Qualificação**

**Renann:** Qual o curso (técnico ou graduação) mais elevado que estudou? Há relação direta com o petróleo? Qual motivação na escolha do curso? Em que ano iniciou e em que ano terminou o curso? Quantos anos tinha quando iniciou e terminou o curso? Precisou migrar para realizar o curso? De qual cidade para qual cidade? Caso não tenha migrado, necessitava realizar deslocamentos diários? Em que ano começou e em que ano terminou o curso mais elevado? Quantos anos tinha? Após concluir o curso, demorou quanto

tempo para conseguir trabalho? Tinha relação com a área de estudo? Tinha relação com o petróleo?

**Moreira:** Com 16 anos eu trabalhei num escritório de contabilidade como office-boy, e naquela época eu tinha dúvidas sobre qual curso que eu poderia fazer. Mas por causa desse emprego eu comecei a ganhar interesse na área de contabilidade e resolvi então fazer o curso técnico de contabilidade. Após o fim desse curso eu me mudei para Vitória, onde arrumei um outro emprego também num escritório de contabilidade e comecei a fazer faculdade de Ciências Contábeis (faculdade de Multivix). Toda essa mudança (Lúna-Vitória) aconteceu em Agosto de 1998. Passei 2 anos trabalhando para conseguir pagar a faculdade e só em 2000 é que eu consegui ter condições financeiras para fazer esse curso. Por causa da minha condição financeira eu só consegui terminar o curso em 2008 e continuei trabalhando no escritório de contabilidade até 2004 (de 1994 a 2004) e em Dezembro de 2005 eu consegui passar no concurso da Petrobrás mesmo sem terminar minha faculdade. Surgiu uma oportunidade de trabalho na Petrobrás como técnico de contabilidade terceirizado. Em Dezembro de 2005, fiz a prova a prova de concurso da Petrobrás e só no fim de Dezembro de 2007 é que me chamaram para ir trabalhar embora esse trabalho era em Macaé. Eu tive que fazer desistência do polo em Vitória para conseguir o trabalho em Macaé.

**R:** Já possuía intenção de trabalhar no setor do petróleo ao escolher esse curso?

**M:** Não, o meu objetivo inicial era conseguir fazer o curso técnico para sobreviver, e como me interessei eu fiz o curso superior na área de contabilidade, mas nunca pensei em trabalhar na área do petróleo, eu fui levado por um anúncio de um estágio na faculdade que eu fazia na época.

### **3º Bloco – Trabalho e migração**

**Rennan:** Quanto tempo você passou em Macaé?

**Moreira:** Como eu já trabalhava como terceirizado em Vitória e a gerência que eu trabalhava tinha a intenção de me manter em Vitória, fiquei apenas um mês em Macaé. Fui admitido no dia 15 de Janeiro de 2007 e retornei para o Espírito Santo no dia 10 de Fevereiro de 2007 e continuei trabalhando como técnico de contabilidade.

**R:** Onde você está morando atualmente? Quando você voltou como concursado da Petrobrás em Vitória, como foi o local de moradia e como isso afetou? Você escolheu outro local para viver, tinha a ver com a questão do deslocamento no trabalho?

**M:** Na verdade não, porque como eu já trabalhava como terceirizado então acabei morando perto do local de trabalho.

**R:** A Petrobrás, nessa época, era na Ufes, certo?

**M:** Era em frente a Ufes, no Madison e tinha uma célula dentro da Ufes no castelinho que era a área da Engenharia. E eu morava em Jardim da Penha por conta da república e por conta de ficar perto da empresa. Continuei trabalhando na Petrobrás no mesmo setor até 2016 (9 anos de trabalho). A gente migrou da Madison para a Dupont Blaza na Praia do Canto, por questão contratual e de aluguel e depois que foi construído a sede migramos também para a sede em 2011. Em 2016 houve uma reestruturação da empresa onde tive que migrar para o Rio de Janeiro.

**R:** O que motivou essa sua transferência para o Rio de Janeiro?

**M:** Por ser uma opção minha, eu não queria sair da área da contabilidade e surgiu a oportunidade de trabalhar com uma pessoa que eu já conhecia e vi uma oportunidade de crescer, viver uma vivência diferente na empresa além do aprendizado.

**R:** Então foi uma mudança interna?

**M:** Sim, por causa da reestruturação da empresa nós que éramos da área da contabilidade tivemos que migrar para o Rio de Janeiro.

**R:** Quanto tempo ficou no Rio de Janeiro?

**M:** Até Dezembro de 2019.

**R:** Depois você retornou para Vitória?

**M:** Sim, voltei porque quando você é transferido dessa maneira, você tem uma série de compensações financeiras porque você vai para uma cidade com custos de vida totalmente diferente da que você morava anteriormente, e se você voltar antes acaba perdendo essa ajuda. Primeiro, eu não tinha oportunidade de voltar e acabei ficando e comecei a gostar da área e da equipe onde eu trabalhava, mas tinha a questão pessoal, morar no Rio de Janeiro não é fácil, todos os finais de semana eu voltava para o Espírito Santo. No final de 2019 acabei voltando de vez para o Espírito Santo, embora continuo ligado a

gerência onde eu trabalhava no Rio de Janeiro através do projeto do trabalho home office, esse trabalho começou dentro da minha área e agarrei essa oportunidade. Com o início da pandemia em Março de 2020, todos os setores da empresa tiveram que trabalhar a partir de casa e graças a esse ao implemento desse projeto tudo se tornou mais fácil.

#### **4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

**Rennan:** Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)? Em algum momento da história recente da empresa onde trabalha, sentiu temor de ser demitido em decorrência de decisões de política interna da empresa?

**Moreira:** Não senti receio em nenhum momento de perder meu emprego ou de ser demitido.

**R:** Você acha que é por conta da estabilidade do concurso?

**M:** Na verdade não, foi por causa de um movimento que surgiu recentemente, por que até 1016 tinha concurso todo o ano na Petrobrás e quando eu entrei como terceirizado em 2004, vivemos a fase de terceirização do setor e ficou muito tempo sem concurso e a Petrobrás ficou superlotada com terceirizados. Quando chegou em 2010 começou a ter concurso direto e houve a diminuição do terceirizado na empresa e quando chegou 2016-1027, com as reestruturações na empresa os contratos que se encerravam não era mais renovados e na minha área aumentou a demanda de trabalho e por isso não senti receio porque tinha muito trabalho para poucas pessoas na minha área. Além de reduzir o terceirizado, reduziu os antigos que tinham muito conhecimento, por causa do surgimento da demissão voluntária.

**R:** Sentiu desejo de mudar para o setor privado? **Se sim**, por qual motivo?

**M:** Não.

**R:** Desejou mudar de município, estado ou país em razão da conjuntura política do Brasil? Para onde?

**M:** Não. Sempre tive vontade de morar novamente em Lúna, mas tem a ver com a qualidade de vida.

**R:** Sentiu-se ameaçado em perder o emprego em decorrência da pandemia?

**M:** Não.

**R:** Além do teletrabalho tem outra forma que a pandemia afetou seu trabalho? Aumentou ou diminui a demanda?

**M:** A gente acaba trabalhando muito mais no teletrabalho, ou seja, aumenta o tempo de trabalho, aumenta a produtividade embora existem pontos negativos- falta de atividade física, falta de convivência social

**R:** Além do teletrabalho, você acha que há outra coisa que vai permanecer mesmo pós-pandemia?

**M:** Acho que o principal é o teletrabalho, e essa condição de você trabalhar de qualquer lugar- você não precisa estar na sede para produzir, o contanto pode ser feito virtual e não tem perda nenhuma de produtividade.

### **Entrevistado 6:**

#### **1º Bloco – Infância e adolescência**

**Rennan:** Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?

**E:** Eu sou natural do Espírito Santo, nasci em Vila Velha no bairro Alvorada, para quem não conhece Alvorada é um bairro de subúrbio, a minha infância eu passei lá. Com 16 anos eu fui para a escola preparatória de cadetes em Campinas e depois, no ano seguinte, em Resende para Academia Militar dos Agulhas Negras, mas acabei desistindo dessa carreira militar e retornei para o Espírito Santo, nesse ponto já estava morando em Vila Velha também, mas aqui na Gloria, já tinha me mudado mais pro centro e fui fazer meu curso de graduação em física, nesse período do curso eu sempre continuei morando aqui no Soteco, em Vila Velha. Depois ao final do curso já estava fazendo mestrado também acabei passando em um concurso da Petrobras, fui para o Rio de Janeiro de novo e fiz todo curso de formação lá, no curso de formação tem vários estágios fiz parte do estágio em Sergipe outra parte do estágio no Rio Grande do Norte, e chegou então o momento mais sonhado do “peão”, que é saber sua locação e eu acabei pedindo para ser locado no Espírito Santo, fui contemplado e retornei ao Espírito Santo e estou aqui no Espírito Santo desde então; desde 2011 pela Petrobras trabalhando no Espírito Santo.

**R.:** É interessante como que todos os entrevistados até o momento estiveram ao menos uma experiência em outro estado.

**E.:** Eu tive a oportunidade de pela Petrobras, além desses estados que eu citei, já fui pra Minas Gerais também realizar algumas atividades, São Paulo, algumas pessoas já foram pro Paraná e por aí vai, a gente roda bastante.

**R:** Essa é a essência do meu trabalho, que é justamente analisar a mobilidade. Só para entender melhor, você consegue se lembrar quantos anos tinha quando realizou cada migração?

**E.:** Eu acabei fazendo 17 anos lá em Campinas, no Rio de Janeiro eu fiz 18 anos e quando fiz 19 anos já estava de volta para o estado. Como era uma escola de formação, tinha a possibilidade de ingresso mesmo antes de ser maior de idade. Assim que voltei para o estado comecei a cursar física na Ufes.

## **2º Bloco – Educação e Qualificação**

**R.:** Em que ano iniciou e em que ano terminou o curso? Quantos anos tinha quando iniciou e terminou o curso?

**E.:** Eu entrei no ano de 2005 (...) eu sou de 86 (1986), eu entrei em 2005 então estava com 19.

**R:** Qual o curso (técnico ou graduação) mais elevado que estudou? Há relação direta com o petróleo? Qual motivação na escolha do curso?

**E.:** Física

**R:** Em que ano começou e em que ano terminou o curso mais elevado? Quantos anos tinha?

**E:** Fiz toda a graduação de 2005 a 2008, em 2009 eu já estava dentro do mestrado e fui fazendo a licenciatura, fiz bacharelado e licenciatura então acabei complementando a grade fazendo licenciatura e o mestrado em 2009.

**R:** Após concluir o curso, demorou quanto tempo para conseguir trabalho? Tinha relação com a área de estudo? Tinha relação com o petróleo?

**E:** Em 2010 eu passei no concurso, eu tinha concluído a licenciatura em 2009 e tinha pego o diploma e em 2010 eu estava no final do mestrado, eu tinha que apresentar a defesa em março de 2011, que daria os 2 anos regulamentares, mas em 2010 eu passei no concurso e fiquei 9 meses fora para o curso de formação teve todo aquele embaraço para pedir dispensa de bolsa e com essa dispensa se ganha um prazo adicional. Durante o curso de formação, que é bem puxado, eu sou formado em física, mas o cargo que exerço é geofísico

muitas das disciplinas que são ministradas no curso de formação não são do caráter da física propriamente dito porque a geofísica abre um leque, o cargo de geofísico na Petrobras abre um leque para as graduações de física, geologia e geofísica e a prova do concurso contempla essas três áreas do conhecimento. Em termos de física e geofísica estava tudo bem, mas em termos de geologia, por exemplo, o conhecimento era bem menor. Eu não podia me dar o luxo durante o curso de formação desenvolver o meu mestrado e correr o risco de ser reprovado em alguma das etapas do curso de formação, porque ao ser reprovado nessas etapas você está imediatamente excluído do processo seletivo então eu tomei a opção por travar o meu mestrado e condicionei ao término do curso de formação e com a minha lotação conseqüentemente o retorno ao mestrado, que só fui fazer em 2011 e acabei defendendo ainda no ano de 2011.

**R:** O seu mestrado tinha ligação direta com algo relacionado com o petróleo?

**E:** Não, o meu mestrado é em radioatividade natural. É claro que quando você perfura um poço, você passa por várias camadas geológicas, e algumas delas tem perfis radiológicos mais intensos. Meu mestrado eu trabalhei especificamente com radioatividade natural em sedimentos inconsolidado, como área.

**R:** Já possuía intenção de trabalhar no setor do petróleo ao escolher esse curso?

**E:** Não. Eu sou filho de pais analfabetos, o meu pai era dono de bar e a minha mãe era a cozinheira do bar essa é a minha origem, então eu decidi fazer física porque eu queria ser professor já tinha essa experiência em sala de aula por longa data pois já havia estudado em colégios particulares, sempre gostei de estudar e queria enveredar para ser professor. Durante a graduação os meus colegas me convenceram que eu deveria fazer o bacharel antes da licenciatura e fui na “onda” deles e fiz o bacharel. Como eu tinha vontade de ser professor e já ministrava aulas na época fiz q licenciatura por conta disso. Em 2010 apareceu esse concurso e eu nem queria fazer porque eu fazia física para ser professor e possivelmente além das aulas do ensino médio eu iria tentar enveredar para a área acadêmica, essa era a minha vontade, mas apareceu esse concurso que não pagava mal eu fui fazer o concurso e acabei sendo aprovado eram nove vagas que foram estendidas até o cadastro de reservas

número 45 se eu não me engano eu fui o 29º em uma prova que tinha como critério de eliminação 60% de acertos, eu fiz em média 65% de acertos e até os 45 todo mundo passou de 60%, não foram muitas pessoas que fizeram acima de 60 essa prova foi considerada difícil. Interessante que pensei em não ir, porém meus colegas da escola me incentivaram a pegar.

### **3º Bloco – Trabalho e migração**

**R:** A partir do momento em que passou no concurso, consegue se lembrar quando foi cada movimento migratório que realizou?

**E:** O meu concurso eu fui chamado no dia 2 de setembro de 2010, fiquei nove meses no Rio de Janeiro, fiquei lá até maio, depois eu fui fazer o estágio de processamento em Sergipe e fiquei mais um mês, fiquei 15 dias no Rio Grande do Norte por conta do embarque da equipe sísmica em julho, retornamos e eu fui lotado no Espírito Santo e retornei e me apresentei em julho ainda no final de julho eu estava me apresentando e na época o setor de geofísica ficava no CT6 na engenharia e ali me apresentei para a Petrobrás, isso tudo no ano de 2011. Trabalhei no ano de 2011, ano de 2012 e senão me engano em 2013 e eu fui para outra parte do curso de formação, o anterior que eu fiz em 2011 é chamado de curso introdutório e que também é eliminatório, em 2013 eu fiz o curso avançado de geofísica que faz parte da sistematização de treinamentos para esse cargo que eu exerço fiquei seis meses na Bahia, em Salvador o curso foi todo lá. Retornei e sigo por aqui até hoje.

**R:** Como é o seu deslocamento casa/trabalho (diário ou não)? Esse tipo de deslocamento influenciou na escolha do local onde habita atualmente?

**E:** Eu trabalho no administrativo na Reta da Penha o nome do edifício é edifício Vitória, abreviado por EDIVIT. Depende muito, eu tenho a terceira ponte no meio do caminho então depende, mas como no geral eu saio cedo eu gasto em torno de 30 a 40 minutos pra chegar e o retorno também, mas em dias de trânsito pode chegar a duas horas.

**R:** Além da empresa em que trabalha atualmente, trabalhou em outras empresas? Quais? Também eram do setor de petróleo? Qual era a localidade e quanto tempo trabalhou em cada uma (se possível solicitar o ano inicial e final)?

**E:** Não.

**4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

**R:** Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?

**E:** Até o ano de 2015, apesar das turbulências políticas, sempre foi de uma forma excelente trabalhar na Petrobras, você está em contato com uma equipe que realmente tem um alto nível de instrução, no meu caso, na geofísica. Eu trabalho na exploração, então na exploração basicamente o nosso contato é geofísico e geólogo a interface com a engenharia é pequena porque a exploração está mais dedicada a descoberta, não ao desenvolvimento da produção então a gente está ali fazendo aquisição de dados; processando esses dados; montando mapas; vendo as oportunidades; extraindo atributos matemáticos para poder identificar alguma acumulação, coisas desse tipo, esse é o nosso trabalho. Então até 2015 eu posso te falar que eu sempre trabalhei com um grupo de excelência e isso motivava muito a pessoa no trabalho porque você sabia que iria chegar lá com um grupo comprometido, com um nível de companheirismo enorme, pessoas com uma formação acadêmica de instrução extremamente gabaritadas, muitas pessoas com doutorado, pós-doutorado nas suas respectivas áreas, então sempre foi muito bom trabalhar. De 2015 pra cá os cenários foram mudando, no meu caso no setor da exploração, a exploração começou a receber ameaças de sair das várias unidades em que elas estavam implementadas no setor; a exploração ela sempre esteve muito difundida no país, se a gente for pegar do norte ao sul tinha exploração em Manaus, no Rio Grande do Norte, em Sergipe, na Bahia, Espírito Santo, em Macaé, no centro do Rio (Rio de Janeiro) na sede da empresa e em Santos, uma vez chegamos a ter também em Itajaí, Santa Catarina, mas essa unidade já havia fechado nesse período, então a gente estava espalhado como exploração no país todo e a gente começou a sofrer ameaças de que essas unidades seriam desmobilizadas, que a gente não ficaria mais ai e tudo mais; e então de 2017 pra cá isso ficou dois anos tiveram algumas reestruturações, por exemplo o “cara” que estava em Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte e Manaus atendia a um mesmo gerente, já não era um gerente local; o Espírito Santo começou a responder a um gerente que estava em Macaé, o xadrez começou a se movimentar. Em 2018 e 2019 foi dado o

ultimato todas essas gerencias foram centralizadas no Rio de Janeiro e saíram de suas respectivas unidades, as pessoas, e foram todas movidas para o Rio de Janeiro; é claro que o cargo de geofísico é um cargo que quando você faz aprova ele está como de abrangência nacional, mas a interpretação que eu faço da abrangência nacional é exatamente a lotação, a gente faz o curso de formação e não sabe para onde vai, depois que você é lotado você ganha o carimbo do local pra onde você foi designado, mas foi muito utilizado esse jargão de que o nosso concurso é nacional a todo instante, o que eu discordo, porque a partir do momento que você lota uma pessoa em um certo local você cria um vínculo, mas foi levantada essa hipótese de concurso nacional, que se certa forma é, e as pessoas foram todas transferidas para o Rio de Janeiro é claro que sofrendo recebendo as parcelas indenizatórias próprias dessa desmobilização do local de trabalho para outro local de trabalho, então foram pagas as indenizações e todos foram para lá, ou seja, hoje, em 2022 não existe mais esse setor com os exploracionistas, geofísicos, geólogos em nenhum lugar do Brasil com exceção do Rio de Janeiro, só existe exploração hoje no Rio de Janeiro. Você me pergunta: “Étory, mas você me disse que está no Espírito Santo”, sim estou, eu faço parte de uma resistência não só em termos pessoais da exploração aqui, mas faço parte dessa resistência que luta para que a Petrobras continue no Espírito Santo por que a gente sabe do potencial do Espírito Santo para produção de petróleo, é tanto que fomos o terceiro maior produtor, ainda somos o terceiro maior produtor do país e já tivemos uma produção muito mais pujante brigando com o segundo, as vezes já fomos segundo também e hoje o Espírito Santo esta abandonado, sem sentido porque quando você tirar a exploração de vários lugares do país e concentra tudo no Rio de Janeiro as demandas do Rio de Janeiro são completamente diferentes desses locais anteriores então quando a exploração estava no Espírito Santo ela olhava exclusivamente para novas oportunidades no Espírito Santo, a Exploração no Rio de Janeiro ela olha para oportunidades da margem equatorial á bacia de pelotas no sul do Brasil, ela passa pelo Espírito Santo, mas não tem o destaque, não tem como foco o Espírito Santo. É isso que tem acontecido hoje toda a exploração está no Rio de Janeiro e eu continuo aqui como resistência e é claro que só continuo aqui por um requisito legal, porque sou diretor sindical, assim como a Amanda e existe a possibilidade de

desmobilização de um diretor sindical por se entender como sendo pratica antisindica, o diretor sindical de sua imobilidade garantida e eu continua aqui no estado porque sou diretor sindical.

**R:** Sobre essa transferência do setor de exploração, é possível mensurar quantas pessoas saíram do Espírito Santo por conta dessa centralização no Rio de Janeiro?

**E:** A quantidade de pessoas transferidas para o Rio de Janeiro do Brasil todo, só da Exploração, gira em torno de 300. Daqui do Espírito Santo, em média 60 ou 70 pessoas. Ou foram transferidas ou foram colocadas em outros setores. Vejo que hoje a empresa está abandonando o estado do Espírito Santo, nem blocos do pré-sal a empresa está interessada mais, dando margem para que o consorcio ganhe cada vez mais fácil. Sinto que a Bacia do Espírito Santo está completamente abandonada, sem nenhum estudo que possa trazer investimentos. Na parte *onshore* estão vendendo todos os campos terrestres, na parte *offshore* estão vendendo campos ou estão com poucos investimentos. A UTGC está trabalhando abaixo da capacidade por conta dessas questões.

**R:** Perante todo esse contexto, sentiu desejo de mudar para o setor privado?

**E:** Pois é, não, eu nunca tive vontade de ir para o setor privado porque o setor privado de petróleo no Espírito Santo, para a minha carreira ele praticamente não existe. Se for pegar essas empresas que estão comprando essas áreas aqui no Espírito Santo elas se quer tem em seus quadros geólogos e geofísicos porque o interesse delas é manter a produção corrente ate que parem os investimentos e gere uma margem de lucro; elas não tem interesse de ter um geofísico que vá ver novas oportunidades em blocos que estejam próximos ou até esmo fazer um investigação sísmica para ver se tem novas oportunidades dentro do próprio bloco, essas empresas sequer estão perfurando, a perfuração delas é a perfuração de um poço por ano, é uma coisa muito pequena. A oportunidade pro meu cargo no Espírito Santo ela inexistente fora da Petrobras, o que é mais triste ainda, quando você faz uma graduação e se aperfeiçoa você quer utilizar todo seu conhecimento, é claro, para ganhar algum dinheiro porque você precisa se manter, mas nós que somos oriundos de universidade publica temos um compromisso adicional que é esse compromisso com o Brasil porque afinal de contas a graduação foi paga pelo Brasil, então a gente tem esse vínculo com a nação e com o governo

inevitavelmente, nós ficamos lá dentro 4, 5 anos até mais fazendo doutorado, então a gente acaba tendo esse vínculo com as instituições, é inevitável. A coisa mais feliz que aconteceu na minha vida foi eu passar na Petrobras e ser lotado no Espírito Santo e hoje essa felicidade esta por um triz porque saindo daqui a realidade no Rio de Janeiro é completamente diferente, até o poder aquisitivo, o poder de compra, o poder de vida. Para nós que temos filhos é uma cidade grande é completamente diferente daqui, além dos laços que eu já tenho com o Espírito Santo é completamente diferente. Eu já tive medo de perder o emprego, isso eu já tive, mas vontade de ir para outra empresa eu nunca tive até porque não existe essa possibilidade.

**R:** Desejou mudar de município, estado ou país em razão da conjuntura política do Brasil? Para onde?

**B:** Nunca tive esse desejo em nenhum momento, já consegui, como eu disse, sou oriundo de pais analfabetos a minha ascensão com a classe media foi quando eu entrei para a Petrobras talvez a minha maior mobilidade não foi nem a geográfica, mas foi a mobilidade social foi quando eu consegui ter acesso a classe média, tanto em termos de conhecimento porque é uma universidade, ser a primeira pessoa da família a concluir a graduação, ter uma graduação e que, modéstia parte não é uma graduação fácil é um titulo que eu carrego com orgulho, e depois quando se passa em um concurso como o da Petrobras que lhe confere um poder aquisitivo um pouco maior você também muda sua classe de renda e me permitiu a mobilidade social como eu disse, então sempre tive pouco e consegui avançar, então nesse cenário quem vai querer sair do país? Ninguém. Estou no país que eu amo, que eu gosto, que eu tenho meus laços afetivos, que eu tenho a minha família, que eu tenho os meus filhos tenho um emprego bom, nunca pensei em sair do país. Eu confesso que, inclusive esse é um papo que já tivemos dentro de casa, nos últimos anos vendo toda desgraça em que a gente se meteu a gente acaba beliscando esse assunto até porque com a chegada dos filhos você acaba pensando coisas que não se pensava quando era solteiro, a cabeça de quem é pai é um pouco diferente de quem precisa lidar só consigo ou com a companheira. Então cheguei a pensar, mas ainda, para mim, é um pensamento que ele existe talvez até como uma forma de fuga da desgraça cotidiana em que a gente foi

colocado, mas seu eu teria coragem eu não sei, entendeu? A primeira resposta é não, não sei se eu teria coragem.

**R:** Sentiu-se ameaçado em perder o emprego em decorrência da pandemia?

**E:** Eu não tive medo de perder o emprego por que as atividades aumentaram então como o trabalho aumentou não fiquei com receio nenhum.

**R:** Como a pandemia afetou o seu emprego?

**E:** A pandemia trouxe uma coisa interessante, por exemplo o colega aqui no Espírito Santo e estava deslocado pro Rio de Janeiro as vezes tinha família aqui no estado trabalhava e retornava aos finais de semana, a pandemia proporcionou o teletrabalho. Com o teletrabalho a gente pode ficar mais próximos das famílias, é claro que o trabalho é as demandas aumentaram no teletrabalho não tem controle de jornada, mas isso nos permitiu a ficarmos mais próximos a família. Como a pandemia aconteceu no começo de 2020 e a gente pôde ficar no teletrabalho então nós tivemos um amortecimento dessa situação. Com o advento da pandemia e do teletrabalho teve maior contato com a família. Hoje, com arrefecimento da pandemia a gente mantém o teletrabalho por dois dias presenciais no mínimo.

**R:** Você acredita que a pandemia afetou o seu emprego permanentemente? Como?

**E:** Então, agora tudo se move como a água nada é sólido principalmente nesse governo nessa diretoria atual a gente não sabe o que pode acontecer, porém na exploração que lida com dados sigilosos já haviam falado muitas vezes que seria impossível a implementação de teletrabalho para nós porque tinha que manter o sigilo dos dados e isso só era mantido com o trabalho presencial. A pandemia mostrou que eles estavam errados e foi possível ser colocado no trabalho remoto e hoje nos temos um bom desempenho com o trabalho remoto, eu espero que o teletrabalho continue com alguma regra para todos funcionários da companhia em nos da exploração, espero que continue porque já se tornou um ponto importante na vida das pessoas na qualidade de vida das pessoas então espero que isso se mantenha, mas nos estamos pisando em área movediça não sei o que eles pensam sobre esse assunto, eu espero que mantenha e que a gente tenha um regramento digno de teletrabalho pra gente poder seguir a partir de setembro.

**Entrevistado 7:****1º Bloco – Infância e adolescência**

**R:** Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?

**M:** Nasci na Serra, morei até os meus 18 anos no mesmo local cidade da Serra, no mesmo bairro, na mesma residência em Porto Canoa.

**R:** Você migrou para outros lugares nessa fase da vida? Caso sim, poderia me dizer para quais lugares e quanto tempo ficou?

**M:** Até os 18 anos morei no mesmo lugar.

**2º Bloco – Educação e Qualificação**

**R:** Qual o curso (técnico ou graduação) mais elevado que estudou? Há relação direta com o petróleo? Qual motivação na escolha do curso?

**M:** Primeiramente junto com meu ensino médio fiz curso técnico em mecânica, justamente por uma oportunidade que a minha instituição dava para nós essas oportunidades de fazer integral e logo após tentei o concurso da Petrobras para nível técnico e nesse meio tempo trabalhei na área administrativa e decidi fazer a graduação em administração, por mais que eu entrei com o cargo técnico em mecânica na empresa hoje eu atuo na área administrativa e por tanto eu decidi seguir a carreira administrativa e decidi fazer a graduação em administração, atualmente a minha formação superior é o próprio nível superior.

Oportunidades além da Petrobrás eu me vejo trabalhando aqui a um tempo, mas ter um nível superior hoje diferente de tempos atrás, mas não deixa de ser um diferencial e também pela oportunidade de fazer em uma federal, tive essa oportunidade passei em um vestibular em 2016 e tive a oportunidade de fazer a federal na área que estou atuando hoje, que inclusive trabalhando na área e fazendo a graduação eu consegui vincular muitas coisas porque eu via na prática e estava vendo na faculdade, na teoria.

**R:** Em que ano iniciou e em que ano terminou o curso? Quantos anos tinha quando iniciou e terminou o curso?

**M:** Teve duração se não me engano de dois ou dois anos e meio, iniciei em 2009 e finalizei em 2011. Iniciei em 2009 o ensino médio junto com o técnico e finalizei o ensino médio junto com o técnico em 2011, na Marinha eu passei em 2012 e trabalhei até 2015. Em 2012 eu fui pro Rio, fiquei 2012, 2013, 2014 e 2015 no Rio de Janeiro capital e em 2016, 2017 e 2018 trabalhei em Macaé.

**R:** Precisou migrar para realizar o curso? De qual cidade para qual cidade? Caso não tenha migrado, necessitava realizar deslocamentos diários?

**M:** Não porque era na mesma cidade, fazia na mesma cidade. A instituição, o SENAI, onde eu fiz era na mesma cidade em que eu morava.

**R:** Após concluir o curso, demorou quanto tempo para conseguir trabalho? Tinha relação com a área de estudo? Tinha relação com o petróleo?

Antes da Petrobrás eu passei em outro concurso, foi um período de experiência que eu permaneci estudando pro concurso da Petrobrás e foi em média de 3 a 4 anos para eu conseguir aprovação onde eu estou hoje.

Para eu conseguir atender aos critérios do cargo que eu prestei o concurso precisava desse curso técnico em mecânica, o cargo era específico para técnico em mecânica.

**R:** Já possuía intenção de trabalhar no setor do petróleo ao escolher esse curso?

**M:** Não, não fazia ideia. Quando eu iniciei o curso técnico era apenas visando o aproveitamento de uma oportunidade porque era um curso gratuito, por eu estudar no SESI no ensino médio, acredito que ainda tenha essa oportunidade de realizar o curso técnico gratuito integral com o ensino médio, então foi visando apenas aproveitar uma oportunidade do momento, mas, sinceramente, essa vontade de atuar e prestar concurso veio logo após a formação.

### **3º Bloco – Trabalho e migração**

**R:** Em qual empresa trabalha atualmente? Há quanto tempo? Qual a localização? Precisou migrar de cidade para atuar na empresa? **Se sim**, a decisão de migrar foi principalmente por conta do emprego?

**M:** Desde que eu assinei o contrato 6 anos, foi em janeiro de 2016. Hoje estou em home office, hoje a empresa está com essa nova forma de trabalhar, mas nem sempre foi assim, desde a pandemia nós estamos assim. Hoje atuo na sede conhecida como EDIVIT, Edifício Vitória na Reta da Penha.

Na Petrobras desde 2016 o concurso quando eu prestei foi pra Macaé, então eu morei em Macaé desde janeiro de 2016 a 2018, se não me engano, a março de 2018 e desde então eu atuo aqui no Espírito Santo. Consegui uma

transferência, o principal motivo foi a família e amigos, e justamente por ser daqui, sou muito apegado e gosto muito de morar aqui.

**R:** Como é o seu deslocamento casa/trabalho (diário ou não)? Esse tipo de deslocamento influenciou na escolha do local onde habita atualmente?

**M:** Hoje estou em home office, a empresa implementou esse home office com a possibilidade do empregado escolher quantos dias irão, então há dias mínimos e pelo menos dois dias na empresa foi o que eu escolhi e o que maioria escolheu, então atualmente estou ficando segunda, quinta e sexta em casa e terça e quarta eu vou trabalhar presencialmente.

Hoje eu moro na Serra, no bairro Colina de Laranjeiras, distância é exatamente quatorze quilômetros de onde eu trabalho, atualmente estou indo de bicicleta, estou gostando muito inclusive justamente por vários motivos como a economia, saúde e trânsito, eu estou gastando menos tempo de bicicleta hoje eu gasto de 35 a 40 minutos e quando eu vou de carro eu gasto 50 minutos em alguns dias dependendo do horário. Essa série de fatores fazem com que eu vá de bicicleta.

**R:** Além da empresa em que trabalha atualmente, trabalhou em outras empresas? Quais? Também eram do setor de petróleo? Qual era a localidade e quanto tempo trabalhou em cada uma (se possível solicitar o ano inicial e final)?

**M:** Sim, eu trabalhei não no ramo do petróleo. Logo que eu me formei no curso técnico precisei fazer um estágio na área com o mínimo de três meses foi na área de metalurgia e foi o suficiente para eu conseguir o meu diploma e logo após o estágio eu fiz uma pausa para estudar pro concurso e foi aí que apareceu a oportunidade na Marinha do Brasil que na época abriu concursos pra sargento com ênfase em cursos técnicos e com o curso técnico em mecânica foi a vaga que eu escolhi. Como eu falei, desde que eu encerrei o curso eu visava a Petrobras, mas na época não abria concurso então eu prestei pra Marinha, passei e trabalhei durante três, quatro anos na Marinha no Rio de Janeiro.

**R:** O que te motivou a trocar de empresa?

**M:** A Marinha eu utilizei ela como um trampolim não era o objetivo desde o início depois que eu me formei no curso técnico, então foi um trampolim. O salário era bom, já entrei com um cargo mais alto do que a maioria, tinha

estabilidade, porém não era aquilo que eu visava para o meu futuro. Na Marinha tem diversas vantagens como aposentadoria integral, mas eu não me via a longo prazo por justamente não me adaptar ao clima militar e também por saber que seria difícil eu retornar para minha cidade natal, tem essa possibilidade, porém é muito mais difícil do que a empresa onde eu estou hoje e por ver também que a Petrobras por mais que não tivesse algumas vantagens que a Marinha tinha eu via outras vantagens que eu coloquei na balança e para mim valeu a pena. Até hoje eu não me arrependi, gosto do que eu faço não me arrependo e hoje estou aqui trabalhando em casa perto da minha família, perto dos meus amigos então isso tudo foi a minha decisão.

#### **4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

**R:** Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?

**M:** Sem dúvidas, não posso falar que todos os empregados sentem, mas sem dúvidas eu aposto que a maioria, a gente sente essa instabilidade com a mudança de governo, nós estamos vindo de uma crise, a de 2016, com a Lava-Jato e sem dúvidas não é todo dia, mas é recorrente o bate-papo interno sobre essa nossa instabilidade em como vai ser com a mudança de presidente, não sei se você viu semana passada o novo presidente. O antigo não ficou nem um ano, então essa troca de presidente interfere e o governo também, sem dúvidas desde quando eu entrei a gente conversa muito sobre isso e nós acabamos fazendo plano B, plano C porque a gente não tá seguro aqui. É uma empresa excelente muito boa, mas que dá uma certa instabilidade diferente das empresas privadas.

**R:** Em algum momento da história recente da empresa onde trabalha, sentiu temor de ser demitido em decorrência de decisões de política interna da empresa?

**M:** De exoneração não, porque hoje nós temos casos de empregados exonerados por justa causa, tem que ter um motivo muito forte pra ser exonerado hoje, mas sim, se privatizar, se for o caso, a gente já conversa mais sobre esses assuntos. Hoje é de forma remota, nós trabalhamos mais

tranquilos justamente por esse motivo por ser uma empresa de economia mista, tem sua parte do governo.

**R:** Sentiu desejo de mudar para o setor privado? **Se sim**, por qual motivo?

**M:** Não, sinceramente não senti. Se caso um dia eu sair por algum motivo acho que vou querer permanecer no setor do petróleo, mas buscar instituições públicas.

**R:** Desejou mudar de município, estado ou país em razão da conjuntura política do Brasil? Para onde? (caso não, pular para 4.8)

**M:** No meu caso, atualmente a médio prazo eu não planejo, como eu falei eu passei um período longo longe de casa e deu pra perceber que aqui é onde eu quero ficar por mais que é aqui do lado no estado vizinho, mas eu sempre gostei daqui sempre quis morar aqui e sinceramente hoje eu não almejo mesmo saindo da empresa onde eu estou eu não almejo me mudar. Tenho um apego forte a aqui, gosto de morar aqui, mesmo por motivos financeiros acho que eu não sairia daqui, claro que falando da situação que estou hoje eu concordo que minha opinião pode mudar se minha situação mudar, mas hoje minha opinião é essa.

**R:** Sentiu-se ameaçado em perder o emprego em decorrência da pandemia?

**M:** Não, porque a gente tem uma certa estabilidade na empresa, por mais que a empresa acabou “enxugando” os gastos não foi com empregados pelo motivo da pandemia, antes a empresa vinha fazendo alguns programas de demissão voluntária, porém foi antes da pandemia por outros motivos, por motivos políticos.

**R:** Como a pandemia afetou o seu emprego?

**M:** Acho que o primeiro é trabalhar em casa, o home office não tem como não lembrar disso, inclusive para mim foi muito vantajoso pra mim e pra maioria dos colegas que eu converso, colegas da minha gerência de outros estados como o Nordeste conseguem trabalhar de lá mesmo com a gerência daqui do Espírito Santo. Acho que esse foi um dos maiores impactos.

**R:** Você acredita que a pandemia afetou o seu emprego permanentemente? Como?

**M:** Sim, por esses motivos que já citei e gastos entre empresa e empregados. Hoje eu acabo tendo um custo maior em casa com energia, porém eu tenho quase certeza que acabo economizando mais por outros motivos e a

produtividade acaba aumentando porque o tempo gasto com deslocamento e outras coisas acabam se transformando em trabalho.

### **Entrevistado 8:**

#### **1º Bloco – Infância e adolescência**

**R:** Onde nasceu e onde passou sua infância e adolescência?

**F:** Nasci em Ponte Nova, MG. Mas, meu pai recebeu uma promoção e nos mudamos para Itabirito, MG, quando eu tinha 6 anos. Me considero Itabiritense, e essa mudança, foi benéfica à família porque o mesmo foi promovido e para uma cidade com melhores condições de emprego e educação (Mineração, automotiva, próximo à UFMG/UFOP/CEFET-Ouro Preto, onde me formei), além de ter sido de comum acordo (meu pai e a CEMIG).

**R:** Você migrou para outros lugares nessa fase da vida? Caso sim, poderia me dizer paraquais lugares e quanto tempo ficou?

**F:** Além da migração de Itabirito para Ponte Nova, ainda criança, tive as seguintes: 2002, fui fazer estágio na Rio Paracatu Mineração, em Paracatu MG, distante 500 km da minha cidade "natal". Após o término do estágio em 2003 fui trabalhar viajando, em uma empresa geoambiental, portodo o Brasil. Fiquei assim até entrar na Petrobras em 2008 e me mudar para o Rio de Janeiro, RJ. Lá, fiquei até 2013, quando concorri a uma vaga para me transferir para Vitória-ES e fui aprovado. Considerava Vitória melhor para minhas condições financeiras, sou nível técnico na Petrobras, condições para criar a família e nosso carinho pela cidade. Em janeiro de 2020 a exploração foi toda transferida para o Rio de Janeiro, então, me mudei para Niterói e minha esposa permaneceu em Vitória, ela é concursada em Cariacica e teria que esperar o fim do estágio probatório para conseguir licença sem vencimentos. Foi quando surgiu a pandemia e o home office, então, fiquei em Niterói apenas até abril de 2020 e voltamos para Vitória onde estamos até hoje. Pretendo continuar residindo na cidade, pois teremos escala de 2x3 (presencial x Home office), para preservar o trabalho da minha esposa e criar meu filho em melhores condições, mesmos com o custo financeiro das viagens semanais e o desgaste físico.

**R:** Caso tenha migrado, consegue se lembrar quais foram motivos da migração?

**F:** Sempre a trabalho. A única exceção da minha vontade foi a centralização da exploração no Rio de Janeiro, ocorrida em 2020.

## **2º Bloco – Educação e Qualificação**

**R:** Qual o curso (técnico ou graduação) mais elevado que estudou? Há relação direta com o petróleo? Qual motivação na escolha do curso?

**F:** Técnico em Mineração-Geologia. E estudei geologia superior até o quinto período. Sou de uma região mineradora.

**R:** Em que ano iniciou e em que ano terminou o curso? Quantos anos tinha quando iniciou e terminou o curso?

**F:** Iniciei aos 19 e terminei aos 21. O superior comecei aos 35 mas não terminei, por problemas pessoais.

**R:** Precisou migrar para realizar o curso? De qual cidade para qual cidade?

**F:** Sim. Estudava em Ouro Preto e residia em Itabirito-MG.

**R:** Em que ano começou e em que ano terminou o curso mais elevado? Quantos anos tinha?

**F:** 1999-2021. Terminei com 21 anos, sou de 1980.

**R:** Após concluir o curso, demorou quanto tempo para conseguir trabalho? Tinha relação com a área de estudo? Tinha relação com o petróleo?

**F:** Demorei poucos meses para conseguir estágio. Era uma mina de ouro, o estágio era de seis meses mas foi renovado por mais seis. Total relação com a área de estudo no Cefet-Ouro Preto.

**R:** Já possuía intenção de trabalhar no setor do petróleo ao escolher esse curso?

**F:** Sim. Sempre tive o sonho de trabalhar na Petrobras e conhecia pessoas que fizeram o mesmo curso e trabalhavam na mesma.

## **3º Bloco – Trabalho e migração**

**R:** Em qual empresa trabalha atualmente? Há quanto tempo? Qual a localização? Precisou migrar de cidade para atuar na empresa? Se sim, a decisão de migrar foi principalmente por conta do emprego?

**F:** Petrobras, há 14 anos. Lotado no Rio de Janeiro. Sim, tive que migrar do ES para o RJ por decisão unilateral da empresa.

**R:** De qual maneira conseguiu ingressar na empresa em que trabalha atualmente(concurso, indicação, etc.)? O que te motivou a tentar a vaga?

**F:** Concurso. Ter certa estabilidade, participar de bons treinamentos e ter remuneração razoável.

**R:** Como é o seu deslocamento casa/trabalho (diário ou não)? Esse tipo de deslocamentoinfluenciou na escolha do local onde habita atualmente?

**F:** Atualmente estou de home office. Num futuro próximo terei que trabalhar duas vezes na semana no RJ, pretendo ir de ônibus, chegar e ir ao trabalho, dormir uma noite em um hotelbarato, trabalhar o outro dia e voltar a Vitória na própria noite.

**R:** Solicitou ou desejou solicitar transferência de local de trabalho na empresa em que trabalha atualmente? Se sim, por qual motivo?

**F:** Não solicitei. A empresa fez a transferência de maneira unilateral, alegando economia nosgastos com pessoal.

**R:** Além da empresa em que trabalha atualmente, trabalhou em outras empresas? Quais? Também eram do setor de petróleo? Qual era a localidade e quanto tempo trabalhou em cada uma (se possível solicitar o ano inicial e final)?

**F:** Trabalhei no Ponto do Fazendeiro, como Balconista, de 1998 até 1999, Itabirito-MG. Trabalhei como operador de produção da Delphi Automotive Systems, de 1999 a 2002, em Itabirito-MG. Trabalhei na Rio Paracatu Mineração, de 2002 a 2003, como estagiário na mina, em Paracatu- MG. Trabalhei na Georadar Levantamentos Geofísicos, de 2003 a 2008, como Técnico em Operações, Geologia, empresa sediada em Nova Lima, MG, mas eu ficava no campo, por todo o país (sudeste, nordeste e norte do Brasil). Entrei na Petrobras em 2008, no Rio de Janeiro RJ, onde permaneci até 2013, consegui ser transferido para Vitória-ES, onde permaneci até 2020, quando fui transferido para o Rio de Janeiro, RJ, juntamente com todos os colegas do setor.

**R:** Caso as empesas sejam do setor de Petróleo, Precisou migrar para atuar nessas empresas? Se sim, para quais cidades?

**F:** Sim, Petrobras, fui transferido do ES para o RJ.

#### **4º bloco – Conjuntura e a influência das questões macroestruturais:**

**R:** Dentro do período em que trabalha no setor de petróleo, sentiu receio de perder o emprego em decorrência de forças maiores (instabilidade política, crise econômica, pandemia, etc.)?

**F:** Sim. O processo de ataque do capital em cima da renda do trabalho vem ganhando cada vez mais força. Ao tempo em que acionistas lucram como nunca, ficamos até sem conseguir o reajuste salarial pela inflação, que anda alta. Logo no início da Pandemia a Petrobras cortou nossos salários em 25%, com redução proporcional de jornada, de maneira unilateral, mas, as atividades não reduziram, pelo contrário, aumentaram com o home office. Já para os ocupantes de cargos de confiança fizeram apenas uma poupança forçada, adiando um pouco os pagamentos os 25%.

**R:** Precizou de ser transferido ou tende a ser para outro local de trabalho? Caso sim, considera como algo positivo ou negativo para sua vida? Por que avalia como algo positivo ou negativo?

**F:** Sim, de Vitória para o Rio de Janeiro. Só considero que foi negativo. Tenho dificuldades de conseguir uma moradia segura para minha família no Rio de Janeiro, dado os altos custos, minha esposa teria que deixar seu trabalho, concursada na secretaria de educação de Cariacica. Nos sentimos em casa em Vitória, cidade que escolhemos para viver e que pretendíamos passar o resto das nossas vidas.

**R:** Sentiu desejo de mudar para o setor privado? Se sim, por qual motivo?

**F:** Ainda não. Particularmente não gosto do clima não colaborativo da iniciativa privada, do clima de competição desmedida. Só o faria se não tivesse escolhas. Trabalhei por muito tempo na iniciativa privada então conheço as duas realidades. O espírito colaborativo, de troca de conhecimentos e ajuda mútua é muito forte na Petrobras, talvez, a receita por a empresa ser a recordista mundial de produção em águas ultraprofundas.

**R:** Desejou mudar de município, estado ou país em razão da conjuntura política do Brasil? Para onde?

**F:** Sim, é algo que sempre vem à cabeça, algum país Europeu, Canadá ou Austrália.

**R:** Acredita que conseguiria trabalho facilmente no local que migraria? Seria na mesma área em que atua?

**F:** Não. Acho que teria que começar algo novo.

**R:** Como a pandemia afetou o seu emprego?

**F:** Home office desde março de 2020 até atualmente, MUITO TRABALHO, corte de 25% dos salários logo no início da pandemia.

**R:** Você acredita que a pandemia afetou o seu emprego permanentemente? Como?

**F:** Sim, acho que o home office, ao menos parcial, veio para ficar. Aumentou a produtividade, mas, por outro lado, dificulta a criação de vínculos pessoais com os demais colegas do setor.

**Entrevistado 9 e 10:** (Entrevista adaptada para ser realizada em conjunto com os demais membros do grupo de pesquisa)

**RE:** Boa tarde. Eu vou aproveitar a informação que o M. já passou. Os dois são migrantes. O R. é de Minas e o...

**R:** Isso, de Belo Horizonte.

**E:** De BH? Aí ó, vou começar pelo R. Você passou a sua infância, toda a adolescência em Belo Horizonte?

**R:** Sim.

**RE:** E você migrou em algum momento da sua vida, nessa... ou você só migrou para ir trabalhar no Espírito Santo?

**R:** Eu trabalhei dez anos na fábrica da Fiat em Betim. E em 2005 eu fiz o concurso da Transpetro e fui convocado em 2007. 2007 que eu vim pra cá.

**RE:** E desde então, no ES?

**R:** Então tem 15 anos que eu estou aqui já. Eu vim só por causa do concurso mesmo.

**RE:** Tá certo. E você, M? Como foi o seu processo de migração?

**M:** Eu sou oriundo de... né como eu falei? Eu sou baiano, sou da capital, sou de Salvador. Minha infância também foi em Salvador, entendeu? Aí, no concurso, que eu vim para o Espírito Santo. Não trabalhei no interior, já trabalhei no polo de Camaçari, que fica próximo lá de Salvador, passei cinco anos trabalhando no polo. Aí depois eu fiz a universidade também. Aí fui professor concursado lá em Salvador, no estado. Eu sou formado em Física, licenciado também Física e aí dei aula, e aí dei aula também na própria

universidade também. E aí depois, com o fim do concurso, eu vim para cá. Aí tive que abdicar de lá. Pedir uma exoneração, tá?

**R:** Tá certo! Aí já vou aproveitar, então, Marcos, que você falou que é formado em Física, eu ia perguntar sobre a formação de cada um. Vocês são concursados como técnico de operações? Correto.

**M:** E aproveitando aí, é? Eu fiz para a área técnica, porque eu fiz escola técnica também na época, né? Que é hoje o IFES, né? E aí eu tenho duas formações. Eu tenho uma formação em Química, e tenho uma formação em mecânica, né? E aí eu vim, né? Já que dava, o concurso pedia essas formações técnicas, aí eu... para a área enquadrado ... nessa área operacional.

**RE:** Então você fez curso técnico aqui no Espírito Santo, então? Você migrou primeiro para fazer o curso técnico? Ou você fez na Bahia?

**M:** Eu fiz esse curso técnico na Bahia, Escola Técnica da Bahia.

**RE:** Beleza. Aí você terminou em que ano? Começou em que ano? Terminou em que ano? Você consegue lembrar?

**M:** Eu comecei eu acho que foi em 86, fui até 88. Final de 88.

**RE:** Aí beleza. E tinha intenção de trabalhar com petróleo quando optou por fazer esses cursos?

**M:** Não, é... Lá eu fui... eu... fui entrar no curso, fiz um concurso e aí fui trabalhar numa subsidiária da Petrobrás, a Copene, que depois foi vendida ao grupo Braskem. Aí eu trabalhei um período na Copene e trabalhei em outras empresas privadas lá no polo petroquímico, né? Durante esse período que eu falei em torno de cinco anos, ok?

**RE:** Certo, certíssimo. Aí vou por R. Qual é o curso mais elevado que você fez, R? Sua formação?

**R:** Eu sou formado em técnico elétrica pelo Cefet de Belo Horizonte e recente formei, ano passado, em Odontologia. Estudei na Multivix

**RE:** Bom, mas quando você fez o curso técnico, você... já passava na sua cabeça entrar para a área do petróleo?

**R:** Não, na época, eu nem... nem tinha interesse mais... sabia da Petrobrás, mas não da Transpetro. E foi bem depois mesmo que eu entrei numa sequência de tentar concurso e aí que eu consegui entrar aqui.

### **Trabalho e mobilidade:**

**RE:** Foi o caso dos dois, então, né? Foi quando explodiu a oportunidade do concurso que abriu o leque, vamos dizer assim, o interesse de vocês pelo setor do petróleo. Ambos são Transpetro, correto?

**R:** Isso.

**M:** Ok! Ô Rennan, é só para salientar no meu caso, né? É como falei para você, quando eu saí da escola técnica, eu fui trabalhar na Copene, aí depois eu trabalhei em outra empresa química, lá também no próprio Polo. E aí depois eu me afastei do... porque eu entrei na universidade e tal. Aí fui seguir essa área acadêmica e aí eu fiz um concurso, né? No estado e depois fui ensinar também no estado. E aí também na faculdade. Aí me afastei dessa parte do industrial. Aí depois surgiu a oportunidade de voltar de novo para a área industrial, né? Que foi o concurso que eu fiz da Transpetro, né? A minha turma foi a segunda, né? Quando... da criação da Transpetro, entendeu?

**RE:** E, no caso, qual o concurso que você fez, que passou e veio pro ES?

**M:** Eu fiz o concurso em 2002.

**RE:** 2002. Beleza. E veio para o ES...

**M:** Ai eu entrei em 2003.

**RE:** 2003, aí você migrou para o Espírito Santo e tá até hoje?

**M:** E estou até hoje.

**RE:** Beleza. E você R, a mesma coisa? Né?

**R:** Em 2005 eu fiz o concurso. 2007 eu fui chamado e desde então eu estou aqui.

**RE:** Beleza, então.

**Z:** Rennan, vamos avançar porque já são... nós temos pouco tempo, viu?.

**RE:** Beleza. Eu acho que já consegui aqui também.

**Z:** E as questões do trabalho e tal, rapidamente, não? O cargo de vocês qual é, R?

**R:** Eu sou técnico de manutenção.

**Z:** Técnico de manutenção... E o seu cargo, M?

**M:** é técnico de operação,

**Z:** técnico de operação... E vocês tem algum posto de direção, de gerência, alguma coisa, não?

**M:** Eu sou supervisor.

**Z:** você é supervisor. E o R?

**R:** Eu sou técnico, só técnico.

**Z:** vocês podem dizer para... vocês já falaram que... porque quando vocês entraram na Petrobrás em 2002 um e em 2005 o outro, mas o TNC é mais tardio, né?

**M:** Positivo.

**Z:** Vocês trabalharam a onde aqui no ES?

**M:** Quando eu vim para cá, no concurso nacional, fizemos para o complexo da Bacia de Campos, e aí eu vim para Regência. Aí houve até um equívoco meu, porque eu...

**Z:** Você foi trabalhar onde em Regência? No terminal lá?

**M:** no terminal de Regência.

**Z:** aquele que fechou, né?

**M:** isso aí! Que fazia parte de uma unidade... de uma outra unidade que acoplado nas unidades, para, junto com o terminal elas são acopladas. Depois a gente pode tá falando, né? Lá era Lagoa Parda, né? Complexo Lagoa Parda.

**Z:** que foi vendido agora, né?

**M:** que foi vendido hoje para a Imetame.

**Z:** Pra Imetame, exatamente.

**M:** Então a Lagoa Parda e as outras estações, ela... porque, pra vocês entenderem, todo o escoamento do petróleo terrestre é feito no terminal aqui. Antes, era feito no Terminal de Regência e aí, agora, passou a... eles fizeram, desenvolver o tal, por questão de logística, e segurança. O petróleo que foi encontrado aqui ao norte é um petróleo mais pesado. Nem por... antes ia de carreta, fez um piloto com carreta, e aí trouxe... se criou esse projeto aqui. A Petrobrás tem uma estação próxima ao terminal para evitar essa logística terrestre, gasto, toda essa parte econômica. Então aí se criou o TNC, que começou a operar em 2006.

**Z:** 2006. Foi aí que você se transferiu:

**M:** Aí eu fui realocado de regência para o TNC.

**Z:** tá, e o R, você também?

**R:** não, eu já vim direto para cá.

**M:** O R já chegou direto para cá pela própria data de, né? Que ele colou aqui.

**Z:** Em 2006, 2005 por aí, né? Até. Ainda é só uma coisa: vocês moram aonde? Um e outro?

**R:** Eu moro em Vila Velha.

**Z:** Vila Velha. E o Marcos:

**M:** Linhares.

**Z:** Linhares. E vocês vão como para o trabalho? Vocês fazem... são turnos. Como é que é, rapidamente só?

**M:** Olha só, quando era em Regência a gente ia e voltava. Ele, quando chegou aqui, porque aqui o TNC, como fica distante e fica numa área meio ermo, era uma área mais.. então a gente fica confinado. É como se tivéssemos numa plataforma. Então a gente fica sete dias aqui trabalhando. O turno aqui é de 12h, né?

**Z:** 7 dias confinados, né? E quantos dias de folga?

**M:** a escala aqui você trabalha sete e folga sete, né? É um dia por 1/2, né? Aí ficou a escala de sete por sete. E quando estou à noite, eu trabalho sete noites, eu folgo 14, tá? Então é sete, sete, sete, 14.

**Z:** o R é a mesma coisa?

**R:** a minha é cinco, oito, seis, nove, de segunda a sexta, eu folgo uma semana. Depois segunda a sábado, folgo a outra semana.

**M:** porque o R é manutenção, tá, professor? Ele é manutenção, então ele não trabalha a noite, entendeu? A área operacional ele não para. Então tem um turno de manhã e o turno noturno, né? O turno dá operação ele é de 12h.

**Z:** Você tá na operação e o R na manutenção, né? Tá, ok.

**M:** Mas ele fica confinado também, tá?

**Z:** Ah, tá confinado também. Fica 5 e 6, né isso, R?

**R:** Trabalho 5... trabalho uma semana, folgo uma semana, né?

**Z:** Tá, ok. E aí com quantos trabalhadores tem aí no TNC, grosso modo assim? Vocês têm ideia pra falar pra gente?

**R:** Ele tá atendendo o telefone aqui. De próprios, hoje, a gente deve ter em torno de 11, contando manutenção, administrativo, técnico de segurança, 11, aproximadamente.

**Z:** E terceirizado?

**R:** E terceirizados a gente está em obra também, estão contando com o pessoal da obra deve ter em torno de 40, 50 pessoas.

**Z:** Com a obra, né? E na obra tem mais ou menos quanto?

**R:** Obra de reforma dos tanques deve ter umas 30 pessoas mais ou menos na obra e pessoal fixo, que é de conservação e limpeza, manutenção, eu posso levar até esses dados melhor.

**Z:** Tá, depois você passa para gente. Na realidade, cês são 20 e poucas pessoas, grosso modo, né? Tirando esse pessoal da reforma aí.

**R:** tirando a obra, sim, dá.

**Z:** Bom. Vocês, eu não sei se vocês gostariam de falar nisso ou não, enfim, porque a gente está fazendo isso, está fazendo a classificação. Vocês se encaixariam em que faixa de salário? Mais de dez salários mínimos, mais de 15, entre 5 e 10. Se vocês desejarem falar, viu? Não é obrigatório, não, mas...

**R:** Eu prefiro deixar esse confidencial.

**Z:** E o M?

**M:** também

**Entrevistado 11:** (Entrevista adaptada para trabalho de campo)

O entrevistado nasceu na Bahia, no município de Itacaré em 1971, não tendo realizado nenhum movimento migratório na infância ou juventude.

Migrou para São Mateus, Espírito Santo, em 1990, quando tinha 19 anos de idade. A motivação da migração foi a crise do cacau que infringiu a região. Em São Mateus atuou em diferentes ocupações.

Em meados dos anos 2000 começou a trabalhar como terceirizada para a Petrobrás, como motorista de ônibus com vínculo ligado à empresa Vix.

Iniciou um curso técnico em segurança do trabalho aos 37 anos, em 2008 e finalizou aos 39 anos em 2010. O entrevistado relatou que optou pelo curso com intenção de trabalhar no setor de petróleo, mais especificamente como concursado da Petrobrás.

Em 2010 passou no concurso da Transpetro e migrou para Macaé, onde ficou por 90 dias. Conseguiu voltar para São Mateus, logo em seguida, quando uma colega foi transferida para a Bahia.

Trabalhou em Linhares no gasoduto entre 2010 a 2016. Em seguida conseguiu se transferir para o Terminal Norte Capixaba (TNC), em 2016, localizado na Barra Nova Sul (São Mateus).

Sobre pendularidade, não retorna diariamente para casa, fazendo escala de trabalho  $\frac{1}{2}$  no mês. Fica 7 dias em casa e depois 7 dias confinado, depois 7

dias confinado e 14 dias em casa. É preciso totalizar 15 dias confinado no TNC.

Sobre a **conjuntura da Petrobrás** atual, em relação à venda de infraestrutura para empresas privadas, teme ser transferido.

No entanto, em caso de privatização do TNC, o entrevistado disse que a haverá a opção da Petrobrás continuar operando o terminal. Porém, ele acredita que caso seja vendido para a Seacrest, não contratará a operação pela Petrobrás.

### **Entrevistado 12:**

#### **Informações fornecidas pelo entrevistador quando perguntado sobre sua vida pessoal:**

F. é da direção do Sindipetro-ES, nasceu em Vitória em 1981 e passou a infância no Parque Residencial Laranjeiras, que hoje é um centro comercial, estudou na escola Aristovão Barrosa Leão (que foi demolida), tem uma relação pessoal com a região norte capixaba por causa do avô paterno ser fornecedor de hortifruti granjeiro e ter uma propriedade na referida região e a mãe ter suas origens em Rio Bananal. Na adolescência migrou para Vila Velha e fez curso técnico em Química na escola Vasco Coutinho e realizou estágio na CST, após isso trabalhou no laboratório Agrolab, prestou vestibular para farmácia na UFES em 2001 mas não cursou por trabalhar como técnico na CST, após o Agrolab trabalhou em um laboratório da Vale do Rio Doce, em 2004 retornou como técnico para a CST e durante esse período cursou Engenharia Química em Aracruz (ingresso em 2002) em uma universidade privada mas não se formou. Desde 2014 trabalha na UTGC de Linhares.

#### **Você escolheu Engenharia Química por causa do trabalho e da relação com a CST?**

O entrevistador diz que optou por esse curso para dar um suporte para fazer o vestibular da UFES e ajudar a passar em Medicina mas o curso acabou abrindo portas para trabalhar na CST e com isso seguiu por essa área e acabou passando em um concurso da Petrobras em 2008 para técnico em operação e foi para essa área.

#### **A Petrobras era uma intenção específica ou um acontecimento?**

O entrevistado disse que estava em um momento da vida que tentou concursos diversos na área pública como CESAN, Guarda Municipal de Vitória e Polícia Militar e a Petrobras surgiu como oportunidade em 2008.

**De qual área do sindicato você é diretor?**

O entrevistado se declara diretor da Secretaria Patrimonial.

**Você foi sempre militante sindical?**

Não se considera um militante e sim um burocrata sindical, é filiado ao Partido dos Trabalhadores e defende o partido mesmo ainda não se considerando militante. Já se desfilou e voltou ao partido no contexto atual do Brasil, na defesa da classe trabalhadora e do próprio setor do trabalho com petróleo.

**Está na UTGC desde quando?**

Apesar de entrar como técnico de operação, existia uma carência no setor de química na área de fluidos de perfuração então foi levado para esse setor específico trabalhando de 2008 até 2014 com perfuração entre o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia, entre 2010 e 2014 inclusive foi coordenador do setor de perfuração, trabalhando em mais de 250 poços, mais especificamente na fiscalização de sondas e fiscalização de fluidos e logo após foi para UTGC em 2014.

**Como são as atividades relacionadas a perfuração e fiscalização de fluidos?**

A função do fluido durante a perfuração é ser barreira de segurança, ele garante que não haja desbalanceamento, influxo e problemas na superfície.

**O que é um fluido (sobre a composição)?**

O entrevistador usa a experiência onshore como base e diz que o fluido pode ser até água, existe em diversas composições. No Espírito Santo não se usa fluido sintético, a base de parafina, todo fluido usado no Espírito Santo é à base de água, principalmente no norte do Espírito Santo pela proximidade com o lençol freático.

**Você trabalhou sobretudo em terra?**

Pelas condições de trabalho, o entrevistado diz que é preferível trabalhar em terra e conta que mesmo em terra existe a periodicidade de permanecer 14 dias longe de casa por conta de os poços a serem perfurados serem remotos. O maior produtor em terra do Espírito Santo, por exemplo, o campo de Cancã, passou por um blowout em

2009 quando Felipe estava trabalhando na perfuração. As atividades exigem acompanhamento 24 horas, no caso de poços já conhecidos não tem acompanhamento geológico (pode chegar até a 900 metros) na primeira fase de perfuração, quando vão atingir o reservatório, na segunda fase tem acompanhamento maior de geólogos, fiscais de sonda e químicos, já na estrutura da sonda tinham full time encarregados, mecânicos, eletricitas e técnicos de segurança e quando é possível há troca de turnos em quem não está diretamente na estrutura da sonda. No Amazonas, por exemplo, o transporte de equipamento é feito por via aérea apesar de ser em terra e os trabalhadores permanecem full time no trabalho.

### **Existe muito risco de acidente, vazamentos e/ou impactos?**

A possibilidade de vazamento é inerente à atividade e o risco é recorrente, sempre se trabalha com a possibilidade de vazamentos. Na Petrobras se tinha sondas próprias, foram sendo terceirizadas aos poucos, antigamente eram feitas por trabalhadores próprios, já que essas atividades são perigosas. O entrevistado diz que viu poucos acidentes com trabalhadores, se recorda apenas de uma morte, a maior parte dos acidentes eram apenas com equipamentos. Quando há pressão internacional sobre a indústria com a combinação de dólar alto e barril de petróleo Brent acima de 100 dólares, há aumento do risco devido a aceleração dos processos de produção.

### **Como funcionam as referidas terceirizações internas na Petrobras?**

As terceirizações foram autorizadas pelo STF e era muito caro manter uma sonda própria da Petrobras correndo risco e assim contratar uma empresa para realizar os trabalhos de risco era mais proveitoso enquanto mantinha as atividades de fiscalização, que eram de menor perigo. O nordeste brasileiro tem o know how de perfuração de poços, com destaque para a Bahia com mais de 6 mil poços. Quando o entrevistado era coordenador das perfurações (GEPE QUÍMICO, no dialeto interno) a maioria dos profissionais que trabalhavam na perfuração, como os químicos, eram do nordeste e norte brasileiro (Maranhão, Pará, Morro do Chapéu) e eram os que estavam mais preparados para o isolamento de alguns dias que a atividade exige.

### **Quais os acontecimentos e preparação com acidentes, vazamentos na época em que estava na perfuração?**

O entrevistado diz que aconteceram vazamentos controlados mas se recorda que aconteceu na fazenda Santa Luzia, embora superficial, o maior acidente foi em 2009 no município de Linhares (45km distante do centro) em Cancã III, hoje está com a

empresa Caravan e é o campo que mais produz no norte capixaba, nessa região foi injetado muito petróleo no campo de Lagoa Suruaca durante o início da produção como solução para o óleo que não tinha como ser processado advindo de campos offshore, isto é, o óleo do campo de Golfinho que não tinha como tratar porque os oleodutos eram limitados eram reinjetados onshore no norte capixaba.

### **Porque você foi para a UTGC? Foi preciso um novo Concurso?**

Na época era possível escolher internamente e escolheu a UTGC por ter uma relação com Rio Bananal, vários colegas da época que trabalhavam em química estavam indo para a UTGC, além disso houve também desinvestimento em perfuração em terra e então se candidatou pelo programa MOBILIZA para ir para a UTGC Linhares, este era um programa interno de disputa de vagas entre os trabalhadores já contratados nacionalmente pela companhia, o entrevistado diz ainda que a Petrobras fornece indenização quando há troca de setores.

### **Qual sua função na UTGC quando entrou?**

Neste caso, fui exercer o cargo para que realmente fui contratado, isto é, técnico operador, onde está atualmente, as atividades envolvem desde planejamento da produção até a entrega do produto final, como operação dos processos da planta, controle da planta em salas de controle e grupos de trabalho para atividades realizadas na planta.

### **Você tem algum cargo de direção na companhia?**

O entrevistado diz não ter cargo de chefia.

### **Onde mora atualmente?**

O entrevistado responde que mora na Praia da Costa, Vila Velha. Trabalha 6 dias e folgo 9 dias, em Linhares divide a casa com outros colegas, espécie de república, a empresa faz o deslocamento de ônibus, quando está lá cumpre escala de 12 horas, sendo três dias de 7:00 as 19:00, os outros três dias são de 19:00 até as 7:00, durante a madrugada.

### **Essa escala é compartilhada por outros colegas?**

Felipe diz que a maioria sim, a não ser cargos de administração, segurança ou os confinados, que dormem na unidade.

### **Como é o deslocamento para a unidade?**

O deslocamento normal é em torno de 60 minutos entre o centro de Linhares e a unidade (chegava cerca de 6:40 da manhã), hoje se faz outro trajeto devido a qualidade da estrada por causa de enchentes nos últimos 6 meses, gastando em torno de 2 horas e 10 minutos em um trajeto alternativo e mais longo. A comunidade cobra alguns compromissos que a Petrobras fez e não cumpriu e isso impactou a mudança de trajeto para evitar o contato com a população, passando por Povoação.

### **Quantos são os trabalhadores diretos e terceirizados?**

Felipe diz que os trabalhadores diretos são em torno de 350 e os terceirizados podem chegar a 800 trabalhadores. Algo em torno de 60 trabalhadores da unidade foram transferidos da unidade por conta da redução da produção nos últimos anos.

### **O que motiva a diminuição da produtividade?**

A UTGC escoava cerca de 8 milhões de m<sup>3</sup> por dia em 2014 e atualmente gira em torno de 3 milhões de m<sup>3</sup> por dia, a capacidade instalada chega a 20 milhões. O nome correto é UTG, de acordo com Felipe, como Cacimbas e Caraguatatuba, essas unidades recebem todo gás da produção offshore porque a queima é proibida, ainda de acordo com o entrevistado, pelo lógica seguida hoje pela Petrobras, a queima seria um caminho mais viável, se assim fosse permitido. Houve uma política de governo em relação ao pré-sal - que já é conhecido há 40 anos - essas unidades então fracionam para gerar valor agregado, como os campos reduziram a produção, sobretudo os campos offshore, reduziu-se a produção na UTG. Além do mais, a produção vai caindo ao longo do tempo.

O gás do Parque das Baleias (P58) envia boa parte do gás que chega a UTGC, uma parte vai para a UTG SUL (Anchieta-ES), com 500 mil m<sup>3</sup> por dia de produção no total, e outra parte vai para a UTGC de Linhares. Outra motivação para a diminuição da produção foi que até 2015 tinha o campo na cidade de São Mateus, Camurupim, o navio afretado que mandava o gás passou por um acidente vitimando 9 trabalhadores, era completamente terceirizado e assim 2,2 milhões de m<sup>3</sup> cessaram de chegar a UTGC e assim decidiu-se não mais produzir no campo e perdeu-se esse valor e o Campo de Golfinho que consome gás. Outro impacto advém da plataforma de Peroá que antes mandava 1,5 milhão de m<sup>3</sup>, foi leiloada mas ainda se repassa a operação, embora em menor número, cerca de 800 mil m<sup>3</sup> por dia.

### **Tem como enviar gás para a UTGC de outros lugares?**

O entrevistado diz que sim, existia um projeto da rota 4, interligação da rota da UTGC com o resto das UTG's do Brasil em direção ao sul, mas foi abandonado, de acordo com ele, a Petrobras enquanto comunidade praticamente não existe mais no Espírito Santo já que se vendeu os ativos terrestres. Em 2010, enquanto trabalhava, para melhorar o ganho do ativo, se perfurava mais, o norte capixaba já produziu mais que a UTGC, cerca de 16 mil barris de petróleo por dia e hoje produz entre 8 e 12 mil por dia, por causa dos desejos de venda, se deixa de investir em sondas e estrutura.

### **Sobre a questão salarial, qual sua média salarial?**

De acordo com Felipe sua renda é em média 15 salários mínimos brutos, alguns acordos coletivos foram feitos para benefícios como assistência à saúde mas não são exatamente benefícios já que o trabalhador contribui para o pagamento (60% do trabalhador e 40% da Petrobras) devido a natureza do seu trabalho ser celetista. A sua remuneração mínima é 14 mil reais mas algumas coisas vem com natureza salarial como remunerações para educação.

### **Você tem receio de perder o emprego hoje?**

Felipe diz que por conta da estabilidade e dos acordos coletivos, perder o emprego é uma realidade muito distante.

### **Você acha possível vender/fechar a unidade?**

O entrevistado diz que acha difícil fechar a unidade pois teria que fechar o campo P58 pois a UTGC recebe o gás natural para ser processado advindo deles, apesar da produção já ter sido maior, o PPI garante que o setor de petróleo seja muito lucrativo. O receio maior é que seja privatizado, perder o emprego é mais difícil, o empregador disse ter um plano B que é aceitar o convite para trabalhar em uma plataforma de pré-sal no regime 15/21. O trabalho com pré-sal em plataformas confinadas oferece mais estabilidade por ser um setor que a Petrobras concentra atividades, inclusive diz já ter recebido convite para realizar esse trabalho em 2018, embora tenha declinado, é o local que garante mais estabilidade. O setor de petróleo ainda demanda muita mão de obra, por conta do seu currículo ainda existe um nível de estabilidade na carreira. Os 60 colegas do entrevistado que mudaram de setor o fizeram por conveniência, de acordo com ele, existe ainda uma gama de oportunidades de trabalho, uma das citadas pelo entrevistado é trabalhar em temporada na China.

### **A unidade UTG SUL está para fechar e a UTGC está diminuindo a produção, você teme ser transferido para outra unidade?**

Felipe responde que o caminho que a Petrobras tem seguido é concentrar as atividades no sudeste brasileiro, o maior receio é ir trabalhar por exemplo em uma refinaria onde alteraria muito a escala atual do trabalhador, como turnos de 8 horas que exigiria mudar de cidade, muitos trabalhadores que vão para o embarque se mantêm na cidade de origem, é uma transferência mas não soa como. Os trabalhadores da empresa defendem a perspectiva de defender a atuação da Petrobras no Espírito Santo para garantir que gere valor e relação com a população, o que não acontece com as empresas privadas.

De acordo com ele, existem algumas situações no xadrez do petróleo como no governo Dilma que os royalties foram para a educação que mudaram, agora no governo Bolsonaro, através de resolução na ANP para delimitar os royalties, as empresas consideradas de médio porte teriam a obrigação do royalty reduzido pela metade. O SINDIPETRO dessa forma fará uma caravana pelos municípios para mostrar os impactos negativos dessa mudança e como funciona a política de royalties.